

REVISTA NECAT

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA SEMESTRAL DO
NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE



ANO 2, NÚMERO 3
Jan-Jun de 2013
ISSN 2317-8523

EDITORIAL

As transformações no mundo do trabalho e as tendências das relações de trabalho na primeira década do século XXI no Brasil

José Dari Krein

Comportamento do mercado de trabalho no estado de Santa Catarina entre 2001 e 2011

Lauro Mattei

Bruna Boni Lavratti

Rayana de Azevedo Peled

O trabalhador do "novo rural" catarinense: uma análise estatística a partir da PNAD de 2011

Janete Leige Lopes

Rosângela Maria Pontili

O mercado de trabalho formal de Criciúma: uma análise a partir da matriz insumo-produto

Giovani da Silva Mendes

Thiago Rocha Fabris

Breves notas sobre a demografia na região da Grande Florianópolis na primeira década do século XXI

Maicon Cláudio da Silva

Lauro Mattei



SUMÁRIO

EDITORIAL	03
 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E AS TENDÊNCIAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI NO BRASIL	
José Dari Krein.....	06
 COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2011	
Lauro Francisco Mattei Bruna Boni Lavratti Rayana de Azevedo Peled.....	26
 O TRABALHADOR DO “NOVO RURAL” CATARINENSE: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA A PARTIR DA PNAD DE 2011	
Janete Leige Lopes Rosangela Maria Pontili.....	44
 O MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE CRICIÚMA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA MATRIZ INSUMO-PRODUTO	
Giovani da Silva Mendes Thiago Rocha Fabris.....	63
 BREVES NOTAS SOBRE A DEMOGRAFIA NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI	
Maicon Cláudio da Silva Lauro Mattei.....	89

REVISTA NECAT

Revista semestral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense,

Editores:

Prof. Dr. Lauro Mattei – UFSC

Prof. Dr. Valdir Alvim – UFSC

Comitê Editorial: André Luiz Campos de Andrade (UDESC); Ivo Marcos Theis (FURB); Lauro Mattei (UFSC); Valdir Alvim (UFSC)

Conselho Editorial

André Modenezi (UFRJ); André Moreira Cunha (UFGRS); Anthony Pereira (Kings College – Reino Unido); Anthony Hall (London School of Economics – Reino Unido); Fernando César de Macedo (IE-UNICAMP); Ivo Marcos Theis (FURB); José Rubens Garlipp (IE-UFU); Joshua Farley (Universidade de Vermont-EUA); Lauro Mattei (UFSC); Maurício Amazonas (UNB); Nelson Delgado (CPDA-UFRJ); Steven Helfand (Universidade da Califórnia – EUA); Valdir Alvim (UFSC).

Endereço:

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Departamento de Economia e Relações Internacionais. Campus Universitário, Trindade.

88040-900 – Florianópolis, SC, Brasil.

Revista NECAT – Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 2, nº 3, Jul-Dez. Florianópolis, NECAT, 2013.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

Página eletrônica: www.necat.ufsc.br/

E-mail: necat.ufsc@gmail.com

EDITORIAL

O MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

O comportamento do mercado de trabalho em Santa Catarina precisa ser entendido à luz da dinâmica econômica do estado, cujas atividades produtivas sofreram importantes transformações nas últimas duas décadas. Este processo, aliado às características recentes da estrutura demográfica, conforma um cenário de expansão do emprego global, mas também de contínuas alterações na forma de ocupação da mão-de-obra e no nível de emprego de diversos setores de atividade.

Por isso, é importante entender que o comportamento do emprego não possui apenas determinantes internos ao território catarinense, uma vez que o mercado de trabalho estadual também sente os efeitos do comportamento da economia do país e, em grande medida, reflete a própria dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. Portanto, analisar o desempenho do mercado de trabalho em Santa Catarina pressupõe compreender essas inter-relações, bem como as múltiplas dimensões que envolvem a configuração do mundo do trabalho catarinense.

São precisamente estes pontos que serão abordados pelos distintos artigos que fazem parte deste número da Revista NECAT, buscando as mediações acima referidas. Assim, o primeiro artigo, assinado por José Dari Krein, faz uma abordagem geral explorando os processos de mudanças no mundo do trabalho, destacando dois movimentos contraditórios. Paralelamente à expansão do emprego, redução da informalidade, queda das ocupações sem proteção social e aumento relativo da renda do trabalho, observa-se a continuidade de processos que recriam condições precárias de trabalho, especialmente com o avanço das terceirizações.

O autor mostra que este processo contraditório faz parte do estágio atual do modo de produção capitalista que, visando superar suas crises constantes, procura respostas através da flexibilização das relações.

Em termos específicos do Brasil, o autor afirma que o país vive um momento singular de sua história, existindo a possibilidade concreta de se estruturar o mercado de trabalho por meio da expansão do emprego com proteção social. Mas esta possibilidade, ressalta o autor, está atrelada aos desdobramentos futuros do modelo socioeconômico e da capacidade da

sociedade brasileira de reverter o atual processo de flexibilização das relações trabalhistas impulsionadas a partir da década de 1990.

O segundo artigo, assinado por Lauro Mattei, Rayana Peled e Bruna Lavratti, analisa a dinâmica e comportamento do mercado de trabalho no estado de Santa Catarina entre 2001 e 2011, com ênfase em vários aspectos. Em primeiro lugar, os autores mostram que o mercado de trabalho catarinense segue integralmente a dinâmica do mercado de trabalho do país em três quesitos fundamentais: concentração do emprego na PEA com domicílio urbano; concentração da PEA no setor terciário da economia; e aumento da participação das mulheres na PEA total.

Este último aspecto, no caso de Santa Catarina, é bastante expressivo, uma vez que a taxa de crescimento da participação das mulheres no período considerado foi de 2,1% ao ano contra 1,9% ao ano dos homens. Isto fez com que, em 2011, as mulheres representassem 44% do total da PEA catarinense.

Neste cenário, o ramo de atividade agrícola reduziu significativamente sua participação no conjunto das ocupações, enquanto que o setor industrial manteve-se estável no período entre 2001 e 2011. Isto significa que o setor terciário foi o grande dinamizador do mercado de trabalho, como destaque para os setores do comércio, administração pública e serviços de educação e saúde.

O terceiro artigo, assinado por Janete Leige Lopes e Rosangela Maria Pontili, aborda a dinâmica do trabalho rural no estado de Santa Catarina, destacando-se o perfil das pessoas que residem em áreas rurais e as diferentes formas de ocupação, em especial a pluriatividade das famílias rurais catarinenses.

Com base nos dados da PNAD de 2011, as autoras concluíram que, embora as pessoas com atividades agrícolas predominem na PEA rural, o número de trabalhadores rurais que desempenham atividades não agrícolas é bem importante. Em sua maioria estes trabalhadores exercem essas atividades no setor industrial e detêm um nível salarial mais elevado, comparativamente aos trabalhadores exclusivamente agrícolas.

A conclusão geral é que o trabalho rural catarinense segue a tendência do país, ou seja, que se amplia a diversidade de formas de ocupações e que as atividades não agrícolas têm importante participação na geração da renda familiar.

O quarto artigo, assinado por Giovani da Silva Mendes e Thiago Rocha Fabris, discute o comportamento do mercado formal de trabalho na cidade de Criciúma, tomando como

referência analítica a matriz insumo-produto, instrumento considerado essencial pelos autores para a formulação de políticas públicas de emprego.

Analisando o processo de diversificação das atividades econômicas do município, bem como as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, chegou-se a conclusão que a geração de postos formais de trabalho no município é menos expressiva no setor industrial, comparativamente a outros setores, sobretudo no comércio e prestação de serviços.

A partir do método utilizado os autores chegaram à conclusão geral de que as atividades prestadoras de serviços são aquelas que apresentam os maiores efeitos multiplicadores, com reflexos positivos na estrutura produtiva e no próprio comportamento dos postos formais de trabalho no município.

Finalmente, o quinto artigo, assinado por Maicon Cláudio da Silva e Lauro Mattei, trata da questão demográfica na principal mesorregião geográfica de Santa Catarina. O artigo discute as principais mudanças demográficas que ocorreram na região da Grande Florianópolis na primeira década do século XXI, dando ênfase ao debate sobre litoralização em curso do conjunto da população catarinense.

Tomando a mesorregião da Grande Florianópolis como referência, os autores mostram a continuidade da tendência já observada no final do século XX de concentração da população neste espaço. Isto porque esta mesorregião apresentou as maiores taxas de crescimento populacional entre os dois períodos censitários (2000 e 2010).

Mas o artigo mostra também as contradições internas deste processo, uma vez que enquanto a microrregião de Florianópolis apresentou uma elevada concentração populacional, as duas demais microrregiões que compõem a referida mesorregião convivem com sérios problemas de estagnação econômica e populacional, particularmente no caso da microrregião do Tabuleiro.

O NECAT espera, com mais este número de sua revista eletrônica, estar dando sua contribuição nos estudos sobre Santa Catarina e sua realidade social e econômica no limiar do século XXI.

Os Editores

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E AS TENDÊNCIAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI NO BRASIL

José Dari Krein¹

Resumo: O artigo discute os movimentos contraditórios no trabalho e no sindicalismo nos anos 2000 no Brasil. Por um lado, há um conjunto de indicadores que mostram uma melhora no nível do emprego, na queda do desemprego, no avanço da formalização, no avanço das negociações salariais e medidas esparsas de maior proteção. Por outro lado, o processo de flexibilização continua avançando em elementos centrais da relação de emprego, tais como a jornada, a remuneração e as formas de contratação. O resultado é que temos ainda um mercado de trabalho bastante flexível. O movimento sindical também, por um lado, se fortaleceu na ação coletiva junto a sua categoria. Por outro lado, apesar de um governo mais próximo, não conseguiu recuperar o protagonismo político.

Palavras-chave: emprego, regulação; flexibilização; sindicalismo.

THE CHANGES IN THE LABOR WORLD AND THE TRENDS OF LABOR RELATIONS ON THE FIRST DECADE OF THE XXI CENTURY IN BRAZIL

Abstract: The article discusses the contradictory movements of labor regulation and trade unionism in in Brazil during the 2000s. On the one hand, there is a set of indicators that show an improvement in the employment level, the decline of unemployment, growth of formalization rates, better wage bargaining results, and an extension of social protection. On the other hand, the flexibilization process continues to move forward in several of the central elements of the employment relationship, such as journey length, compensation and hiring methods. The net result is that we still have a very flexible labor market. The trade union movement has strengthened the collective action of workers, but even with a closer proximity with the, it has failed to regain political prominence.

Key words: employment regulation; flexibility; unionism.

¹ Pesquisador do CESIT (Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho) e Professor do Instituto de Economia da UNICAMP. Pesquisador do Projeto Temático da FAPESP Contradições do Trabalho no Brasil Atual.

INTRODUÇÃO

Na análise sobre o trabalho no Brasil recente pode-se identificar dois processos contraditórios. Por um lado, há uma melhora de uma série de indicadores do mercado de trabalho, como o crescimento do emprego, especialmente o formalizado; a redução proporcional da informalidade; a queda do desemprego; queda proporcional dos ocupados sem proteção previdenciária; uma relativa melhora na renda do trabalho; e uma diminuição da desigualdade social.

Por outro lado, continua ocorrendo um processo que recria condições mais precárias de trabalho, tais como o avanço da terceirização, a intensificação do ritmo de trabalho, o avanço do componente variável na remuneração, a crescente insegurança no trabalho, a alta rotatividade de força de trabalho. São aspectos que apresentam uma tendência de precarização do trabalho, como parte de um movimento de transformações do capitalismo contemporâneo em que prevaleceram as teses da flexibilização.

Os dados em relação ao setor público tendem a confirmar a mesma tendência. Por um lado, cresce o número de servidores concursados e o aumento da remuneração do trabalho em alguns setores, especialmente no âmbito federal. Por outro lado, há o avanço da terceirização, do trabalho-estágio (o que substitui o trabalho de um profissional), a retiradas de direitos com a reforma da previdência, o aumento da contratação de trabalhadores demissíveis (não estáveis), a crescente cobrança por resultados ou metas, que contribuem para intensificar o ritmo trabalho.

Olhando para o futuro pode-se afirmar que o país vive um momento bastante singular na sua história, havendo a possibilidade de se avançar na perspectiva de uma estruturação do mercado de trabalho (emprego com proteção social) - dependendo dos desdobramentos do nosso desenvolvimento socioeconômico e da capacidade de ação das entidades para reverter problemas históricos, como é o caso da tendência de flexibilização que ganhou importância desde a década de 90.

O debate atual (da segunda década do século XXI) é muito distinto do que existia na sociedade brasileira nos anos 90. A experiência brasileira dos anos 2000 contrapõe-se a quatro teses que ganharam relevância no debate acadêmico e político nos anos de 1990. A primeira era que o nível de emprego não iria aumentar mesmo havendo crescimento da economia, dado o processo de reestruturação produtiva, especialmente com as inovações tecnológicas. Não foi

isso que aconteceu. O Brasil mostrou uma grande capacidade de geração de emprego no período seguinte.

A segunda tese hegemônica foi de que a criação de emprego (redução do desemprego e da informalidade) somente seria possível caso houvesse uma maior flexibilização das relações de trabalho. Outra ideia liberal que não foi comprovada pelas evidências empíricas.

A terceira tese era de que o sindicalismo estaria em fase de declínio estrutural (não crise), em que tenderia a perder força na sociedade, com a emergência de uma sociedade pós-industrial. Esta tese também não se confirmou, uma vez que houve um aumento das greves e as negociações salariais e de emprego melhoraram.

E a quarta tese era de que não poderia haver aumento do salário mínimo porque isto provocaria inflação e desemprego. A realidade mostrou que a política de valorização do salário mínimo foi uma das principais políticas sociais do Governo, com implicações bastante positivas no mercado de trabalho, na elevação dos rendimentos, especialmente da parcela de trabalhadores localizada na base da pirâmide social, na melhoria da distribuição dos rendimentos do trabalho e no combate à pobreza.

Com isso, pode-se afirmar que as teses liberais e conservadoras não foram comprovadas pela experiência concreta. Todavia, muitas questões continuam em aberto e merecem ser debatidas para se obter um efetivo processo de estruturação do mercado de trabalho (criação de emprego de qualidade com proteção social). A questão fundamental a ser discutida no presente texto está relacionado aos desafios colocados na área do trabalho, buscando destacar os problemas e as contradições.

O presente texto está estruturado em mais três, além desta introdução. Na primeira delas destaca-se a dinâmica do emprego e seus desafios, considerada uma pré-condição para o avanço no processo de estruturação do mercado de trabalho. Na segunda seção são analisadas as tendências de flexibilização advindas das mudanças estruturais no trabalho e do jogo político. Algumas bandeiras do sindicalismo acabam reforçando e não se contrapondo a essa lógica. A existência de um ator sindical fortalecido é uma condição para o avanço na regulação do trabalho, especialmente se o quadro do emprego continuar apresentando uma tendência de crescimento, contexto em que o poder de barganha dos sindicatos aumenta. Finalmente, a terceira seção apresenta as considerações finais do artigo, procurando demonstrar as principais tendências do mundo do trabalho e das relações trabalhistas.

I – A DINÂMICA DO EMPREGO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Os indicadores do mercado de trabalho são amplamente conhecidos. A tabela 1 mostra, por exemplo, que entre 2004 e 2009 o assalariamento cresceu fortemente, passando de 51,3% para 53,7% da População Economicamente Ativa (PEA), segundo a PNAD. O emprego assalariado cresceu bem mais (16,7%) do que a PEA (11,5%). Houve especialmente um avanço expressivo do emprego formal com crescimento de 24% (19% do emprego público e 27% no setor privado) no mesmo período. Enquanto isso, o “conjunto dos assalariados sem carteira, dos trabalhadores por conta própria, dos trabalhadores domésticos e sem remuneração apresentou redução absoluta (-1,1%), e uma expressiva queda na estrutura ocupacional brasileira de, 51,1% para 45,3% da PEA” (Krein e Santos, 2012: 03). A melhora dos indicadores do emprego fez com que o desemprego caísse 13% em 2003 para 6% em 2011 (PME/IBGE). É uma queda substantiva. Apesar da redução, o desemprego ainda é bastante alto entre os jovens com menos de 24 anos, assim como a taxa entre as mulheres é mais elevada do que entre os homens.

A melhora dos indicadores do mercado de trabalho tem relação com a dinâmica econômica do período, que cresceu em torno de 4,5% ao ano. “Esse crescimento foi, em primeiro lugar, favorecido por um cenário de expressivo aumento da demanda internacional por commodities e, secundariamente, por um quadro interno marcado por taxa de câmbio desvalorizada e expressiva capacidade ociosa em diversos segmentos produtivos, surpreendentemente, as exportações passaram a apresentar um vigoroso e sustentado ritmo de crescimento, especialmente a partir de 2003 e que se prolongou até os impactos negativos da crise internacional sobre o comércio mundial, que começou em 2008. Ainda que as políticas econômicas conservadoras² tenham restringido o ritmo de crescimento, especialmente no primeiro mandato, que se situou num patamar bem mais baixo do que o observado em vários países em desenvolvimento e da América Latina, os impactos de um ritmo mais elevado de

² O quadro econômico herdado pelo Governo Lula era realmente precário e, ainda assim, a opção de política macroeconômica guiou-se pelo conservadorismo no primeiro mandato, tanto no que se refere à política fiscal e ainda mais em relação à política monetária, diante de um cenário de elevada dívida pública, vulnerabilidade externa e inflação crescente. Além disso, as primeiras reformas encaminhadas ao Parlamento também se assentaram, em geral, nos fundamentos neoliberais; reforma da previdência, nova Lei de Falências etc.

crescimento em relação ao período anterior foram positivos sobre o mercado de trabalho” (Krein e Santos, 2012: 02).

Tabela 1. Indicadores Seleccionados do Mercado de Trabalho. Brasil, 2004-2009.

Indicadores/Ano	2004 (Abs.)	2004 (Distrib.)	2006 (Abs.)	2006 (Distrib.)	2009 (Abs.)	2009 (Distrib.)	Var 2009-04 (Em %)
PEA	90.672	100,0	96.874	100,0	101.110	100,0	11,5
Ocupados (1)	80.926	89,3	88.725	91,6	92.689	91,7	14,5
Desempregados	8.196	9,0	8.149	8,4	8.421	8,3	2,7
Total de Empregados	46.548	51,3	49.646	51,2	54.313	53,7	16,7
Empregados do Setor Priv. Formal	25.558	28,2	28.042	28,9	32.364	32,0	26,6
Militares e Funcionários Públicos	5.563	6,1	5.867	6,1	6.638	6,6	19,3
Empregadores	3.470	3,8	3.945	4,1	3.992	4,0	15,0
Total da Ocupação Formal	34.591	38,2	37.854	39,1	42.994	42,5	24,3
Empregados sem Registro	15.427	17,0	15.737	16,2	15.311	15,1	-0,8
Trabalhadores Domésticos	6.458	7,1	6.734	7,0	7.223	7,1	11,8
Trabalhadores por Conta Própria	18.551	20,5	18.824	19,4	18.978	18,8	2,3
Não Remunerados	5.900	6,5	5.400	5,6	4.299	4,3	-27,1
Total Ocupação Precária	46.336	51,1	46.695	48,2	45.811	45,3	- 1,1
Taxa de Desemp. Aberto Brasil	9,0	9,0	8,4	8,4	8,3	8,3	-7,7
Taxa de Desemp. Aberto Metrop (2).	11,5	11,5	10,0	10,0	8,1	8,1	-29,6

Fonte: PNAD/IBGE. (1) Exclusive trabalhadores para o próprio consumo e para o próprio uso. (2) Fonte: PME/IBGE.

Entre 2006 e 2008, a economia brasileira apresentou fortes taxas de crescimento, refletindo um novo ciclo de consumo de bens duráveis impulsionado pela elevação da renda e do acesso ao crédito, especialmente das famílias mais pobres e da baixa classe média. Além disso, o crescimento é impulsionado pelo aumento do gasto e do investimento público e privado. “Assim, progressivamente, do primeiro para o segundo mandato [de Lula], a política macroeconômica passa a caracterizar-se cada vez mais pela presença das políticas públicas na promoção do desenvolvimento. E é dentro dessa perspectiva de mudança política, numa situação externa e fiscal muito melhor, que se pode entender a decisiva importância das políticas públicas de combate à crise internacional de 2008, momento que tornou mais evidente a preponderância da visão desenvolvimentista na equipe econômica, a despeito da continuidade de uma política monetária conservadora” (Krein e Santos, 2012: 03).

O governo Dilma, com o agravamento da crise externa, fez a opção de enfrentar dois problemas estruturais da economia brasileira: as elevadas taxas de juros e a sobrevalorização da moeda. Ao mesmo tempo, está buscando articular um processo de desenvolvimento nacional para minimizar os efeitos da crise, buscando destravar as obras de infraestrutura, incentivar o investimento e reativar a economia por meio da concessão de incentivos para diversos setores. Contando com a participação dos atores sociais, criou um espaço para formulação de políticas setoriais com a finalidade de incrementar a produtividade e a

competitividade dentro do programa Brasil Maior. No entanto, até o momento, as taxas de crescimento da economia continuam abaixo do planejado, pois os efeitos da crise internacional são muito fortes e há certo esgotamento de um ciclo de consumo de duráveis. Por enquanto, não há fortes efeitos sobre a taxa de desemprego. A taxa de maio de 2012 foi a menor para o mês desde 2002 (5,8%). Ao mesmo tempo a capacidade de geração de postos de trabalho apresenta desaceleração em 2012. O grande desafio colocado é como impulsionar a taxa de investimento, que é o principal gargalo para uma retomada sustentável da economia.

Além do crescimento da economia, também contribuiu para a recuperação do mercado de trabalho um conjunto de políticas públicas tais como o salário mínimo; a bolsa família; o maior acesso ao crédito; o apoio à agricultura familiar; a ampliação dos créditos do BNDES; e a conquista de aumento real nas negociações. São políticas que geram renda e afetam as condições dos empregos existentes. Por exemplo, as políticas de transferência de renda fizeram com que muitas pessoas não precisassem se submeter a condições de trabalho sub-humanas para conseguir sobreviver.

A formalização dos empregos está relacionada com um quadro mais geral de regularização da economia, da melhora do mercado de trabalho, da atuação das instituições públicas na área do trabalho e da existência do ator sindical. O primeiro aspecto está relacionado com o esforço do governo federal, desde 1999, de aprimorar a máquina arrecadatária para fazer frente ao colossal endividamento público provocado pela desvalorização do Real. Em segundo lugar, a existência de instituições públicas (Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Sistema de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego), mesmo permeadas por contradições, pode ajudar a inibir a fraude. Por exemplo, ao TST reconhecer a responsabilidade subsidiária da empresa que subcontrata e repassar a ela o passivo de uma reclamatória trabalhista caso essa terceirizada não pague o trabalhador, fez com que a formalização em atividades tipicamente terceirizáveis fosse superior aos demais setores. O índice de formalização (carteira assinada) entre os trabalhadores de asseio e conservação é de aproximadamente 80%.

A outra novidade a ser considerada para pensar os desafios do futuro é a mudança demográfica da população brasileira. A tendência é que nos próximos 20 anos a pressão sobre o mercado de trabalho se reduza em função da queda da taxa de natalidade e também de uma pressão menor pela incorporação das mulheres na população econômica ativa, que cresceu nas últimas décadas. Significa que o país precisará criar um número menor de postos de trabalho para absorver as pessoas que estão entrando no mercado de trabalho.

O crescimento da formalização refletiu não somente os impactos positivos do crescimento econômico, mas também a importância das políticas de regulação do trabalho. Ocorreu uma intensificação do combate ao trabalho forçado e redução expressiva do trabalho infantil – considerando também sua relação virtuosa com o programa Bolsa Família.

Há imensos desafios a serem enfrentados no curto e médio prazos, entre os quais se destacam: 1) criação de empregos de qualidade e estáveis (em contraponto à elevada rotatividade); 2) ampliação da proteção social com o avanço da formalização; 3) combate ao processo de precarização do trabalho; 4) enfrentamento das desigualdades; 5) redução da jornada de trabalho; e 6) diminuição da desigualdade social. A seguir discute-se as particularidades de cada um desses itens.

1) Mesmo tendo ocorrido uma melhora no nível de emprego, combinada com a janela demográfica, ainda somos um país que tem o desafio de criar postos de trabalho, especialmente de qualidade e estáveis, o que coloca em questão a necessidade de termos uma política de crescimento sustentável da economia e um modelo de desenvolvimento que seja capaz de criar postos de trabalho de qualidade. As ocupações a serem geradas têm relação direta com o modelo de desenvolvimento social e econômico que o país for adotar. Por exemplo, um modelo econômico baseado em setores pouco dinâmicos ou com baixa utilização de tecnologia tende a criar postos de trabalho de baixa qualidade. Portanto, a agenda do trabalho está diretamente vinculada com o debate sobre os projetos de país. Nesse sentido, destacam-se quatro aspectos: a) a capacidade de gerar ocupação em setores com maior grau de complexidade do ponto de vista tecnológico, o que implica investimento em ciência e tecnologia e uma política ativa na forma de inserção do país na globalização, preservando e estimulando certos setores, especialmente o industrial por seu efeito estruturador do mercado de trabalho; b) um grande gargalo é a nossa atual infraestrutura física e social, o que implica a adoção de políticas que de fato desenvolva, por exemplo, a saúde e educação, saneamento, sistema de transporte coletivo etc.; c) o grande desafio de ter um crescimento sustentável do ponto de vista ambiental, não é possível pensar o futuro sem considerar a dimensão ecológica; d) a promoção da inclusão social. Um modelo de desenvolvimento com essas características tende a gerar postos de trabalho de maior qualidade.

2) Apesar dos avanços na formalização, o Brasil tem um mercado de trabalho muito segmentado. O peso do trabalhador autônomo é grande e parte expressiva dele exerce essa ocupação como mera estratégia de sobrevivência e está sem proteção previdenciária. Assim como, continuam existindo em torno de 15 milhões de assalariados sem carteira. O contingente dos ocupados sem proteção previdenciária ainda é superior a um terço da PEA, apesar de sua redução substantiva nos anos 2000. Parte está localizada em atividades de baixíssima produtividade e outra é pura ilegalidade. Ou seja, as pessoas se encontram nessa situação pelo desrespeito a legislação trabalhista e previdenciária existente no país. Por exemplo, apesar do expressivo incremento da construção civil e do setor de turismo, o número de trabalhadores sem registro continuou subindo, apesar de crescer menos do que os com carteira. A não formalização não foi por falta de atividade econômica, mas por ausência de fiscalização e de punição de quem comete a fraude. Portanto, parte da questão somente será resolvida pela dinâmica da economia ou por uma redistribuição dos trabalhos úteis existentes na sociedade. Outra parte é pelo combate das práticas fraudulentas, em que sejam proporcionadas condições para o efetivo funcionamento das instituições públicas do trabalho (Sistema de fiscalização, Ministério Público do Trabalho e Justiça do Trabalho) e uma maior punição a quem recorre a essas práticas. Há necessidade de criar uma situação que deixe de ser compensador o crime de sonegar direitos e não pagar as contribuições sociais. A questão é que fraude não está ocorrendo somente na base da pirâmide social. A fraude está ocorrendo entre os que ganham bem, especialmente por meio da contratação como Pessoa Jurídica (PJ) ou pela *CLT Flex*, (assina a carteira, mas parte importante é pago por fora ou em forma de benefícios). São estratégias acordadas entre os contratados e as empresas em detrimento da sociedade, que deixa de arrecadar as contribuições sociais e os impostos, o que fragilizar as políticas públicas, especialmente a seguridade social.

3) A qualidade do emprego não pode ser reduzida a sua formalização. A grande maioria das ocupações criada nos anos 2000 é de baixa remuneração e bastante instável. Entre os trabalhos precários destaca-se o avanço da terceirização. Um grande desafio é, por um lado, lutar pela valorização de certas ocupações, o que implica em garantir uma remuneração digna e condições de trabalho decentes. Ao mesmo tempo, há a necessidade de buscar pela ação sindical e pela interferência nas políticas públicas e no arcabouço jurídico institucional formas de regular esse trabalho, coibindo as estratégias empresariais e de autoridades públicas em utilizar a precarização como forma de ampliar a competitividade do seu negócio e/ou reduzir custos. Por exemplo, em relação à terceirização, a CUT, junto com outras entidades,

estruturou um “Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização” que apresentou uma proposta concreta de parâmetros para regular a matéria e uma estratégia de luta para combater essa prática predatória e de resistir contra a sua legalização.

4) Há um consenso em relação a persistência de uma desigualdade existente no mercado de trabalho desfavorável às mulheres, aos negros, indígenas e jovens. Houve um crescimento muito intenso das mulheres na população economicamente ativa, mas estas continuam recebendo salários menores. A renda média mensal dos homens pretos e pardos continua sendo 52% menor do que dos brancos. Utilizando o mesmo parâmetro, as mulheres brancas ganham 71% em relação aos homens e as mulheres pretas e pardas a diferença aumenta ainda mais, pois elas recebem somente, em média, 38% do rendimento dos homens brancos, segundo dados PME/IBGE de 2010.

5) Outra questão importante é a redução da jornada de trabalho, pois pelo progresso técnico há um aumento progressivo da capacidade de produzir bens e serviços com um número menor de pessoas, o que coloca a necessidade de redistribuir o trabalho útil na sociedade, acompanhada de uma redefinição no padrão de consumo e das formas de sociabilidade. Na mesma linha, é importante discutir formas de retardar a entrada de jovens no mercado de trabalho, proporcionando um ensino de qualidade.

6) A desigualdade social apesar de ter reduzido, continua muito alta. Segundo Fagnani (2011), entre 2003 e 2010, a renda domiciliar per capita dos extratos mais pobres cresceu 50%, ante 12% auferido pelos mais ricos. A queda da desigualdade pode ainda ser verificada pelo índice de Gini, que recuou de 0,583 em 2002 para 0,53 em 2010 (IPEA, 2010), que é um índice muito alto nos padrões internacionais. A melhoria da renda tem relação com a política de valorização do salário mínimo, a melhora no mercado de trabalho, as políticas de transferências de renda e o avanço das negociações salariais, em contexto de crescimento econômico e de adoção de políticas sociais e de desenvolvimento. No entanto, o desafio de criar um país menos desigual é muito grande e o contexto ficou mais complicado. Na década passada, a valorização da moeda fez com que os termos de troca fossem favoráveis aos salários. Agora a situação é outra, tendo a ocorrer maior disputa pela apropriação da produtividade, em um contexto de menor crescimento, maior exposição à competitividade e câmbio valorizado. Ou seja, o conflito distributivo deve se intensificar, como pode ser observado no aumento das greves recentes.

II – A AGENDA DA FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

A regulação do trabalho avançou muito pouco na década passada. Em alguns aspectos a flexibilidade foi reafirmada e até aprofundada. As mudanças no arcabouço jurídico institucional foram tímidas e contraditórias. Nas negociações coletivas, parte expressiva dos sindicatos conseguiu aumento real dos salários, mas nos setores mais dinâmicos prevaleceu o avanço da remuneração variável. Em relação a outros aspectos da relação capital e trabalho pouco se avançou. No mundo real, com o crescimento da terceirização e das atividades no setor de serviços, o nível de cobertura da ação coletiva tampouco foi expressivo.

Além dos problemas históricos discutidos no item anterior, novas questões foram introduzidas a partir dos anos de 1990 que geraram maior insegurança e precariedade no trabalho. São mudanças resultantes de três processos combinados: 1) a reorganização da ordem econômica e política sob-hegemonia do neoliberalismo; 2) a reestruturação produtiva e; 3) a flexibilização das relações de trabalho. Ou seja, a partir dos anos de 1990, o Brasil faz a opção de inserir na lógica da globalização financeira. O Brasil incorpora, de forma tardia e singular, a agenda da flexibilização das relações de trabalho. Tardia em relação aos países centrais, pois ela aparece com intensidade nos anos de 1990 no contexto de uma crise econômica, da abertura comercial e financeira com valorização cambial, da redefinição do papel do Estado, da reestruturação produtiva e da opção política pelo neoliberalismo.

A reorganização da ordem econômica e política, caracterizada pela globalização financeira, redefiniu o papel do Estado, voltado fundamentalmente para o atendimento das necessidades de acumulação de riqueza abstrata do capital em detrimento de um processo de desenvolvimento econômico voltado para o benefício da coletividade tanto no que diz respeito à produção quanto à distribuição. Por conseguinte, o Estado nacional, na atual ordem globalizada, foi assumindo a lógica privada na busca da eficiência e eficácia, o que significou realizar privatizações, reformas administrativas na perspectiva de enxugar o seu tamanho e de reduzir a sua importância na garantia para o pleno exercício da cidadania (civil, política e socioeconômica). O neoliberalismo não significou somente um conjunto de políticas públicas (privatizações, reforma administrativa, etc.), uma vez que sua hegemonia também se manifestou na existência de um conjunto de valores conservadores que reforça o

individualismo e o particularismo. Sob a sua hegemonia foram ganhando força as teses que introduziram mecanismos de concorrência entre os trabalhadores e os responsabilizando pelas situações em que se encontravam no mercado de trabalho. É uma concepção crescentemente criticada no Brasil e na América Latina, mas muitos dos seus aspectos continuam influenciando políticas públicas e formas de regulação das relações de emprego.

Coincidindo com as mudanças na ordem econômica e política, há um processo de reestruturação produtiva, que é ao mesmo tempo sustentáculo e consequência das mudanças mais gerais que estão ocorrendo na forma de acumulação do capitalismo. A reestruturação produtiva envolve 5 dimensões: a) as inovações nos equipamentos e materiais; b) a mudança na relação entre empresas (por um lado, fusões, joint venture, compartilhamento de projetos etc. e, por outro, internalização e horizontalização da empresa); c) novos métodos de organização da produção (just in time, kanban, qualidade total, manutenção preventiva etc.); d) novos métodos de organização do trabalho (trabalho em grupo, polivalência etc.); e) inovações na gestão do trabalho (adoção de métodos “participativos” e de envolvimento do trabalhador com a empresa). Por exemplo, o novo padrão tecnológico baseado na microeletrônica possibilitou a globalização financeira e dos negócios e de reorganização do trabalho. Assim como, os novos métodos organizacionais foram importantes para uma maior racionalização da produção (máxima redução de custos, da ociosidade dos fatores produtivos e dos riscos impostos pela instabilidade e mutação dos mercados) e uma mudança na correlação de forças entre capital e trabalho. A mesma lógica privada é progressivamente introduzida na administração pública. Como tendência geral, as empresas adotam mudanças organizacionais, tornando-se mais enxutas (“downsizing”), flexíveis e descentralizadas (“outsourcing”), tanto nos processos de produção como de distribuição.

A lógica das empresas tende a internalizar cada vez mais as inovações tecnológicas e organizacionais e a externalizar os custos e as parcelas de produção, conjuntamente com alguns de seus efeitos deletérios. Distinguem-se, então, as relações de trabalho entre os trabalhadores considerados estratégicos – que permanecem na empresa principal – e os terceirizados e subcontratados. Nesta perspectiva, as empresas procuraram criar novas normas ordenadoras das relações de trabalho, especialmente para os trabalhadores considerados do núcleo estratégico, em que um dos componentes é o envolvimento pessoal com a lógica e os objetivos da empresa, o que leva muitas negociações a nem serem intermediadas pelo sindicato. Busca-se construir uma relação cooperada, onde o Estado e o Sindicato são considerados, em grande medida, indesejáveis.

O discurso para o núcleo estratégico de trabalhadores vai no sentido de superar o caráter conflitivo do sistema anterior e construir uma relação de cooperação (parceria), com a finalidade de garantir a competitividade e a boa saúde financeira da empresa e, conseqüentemente, o emprego e melhores condições de vida e de trabalho a seus trabalhadores. Ou seja, restabelece-se a flexibilidade através de uma renovada ligação entre o emprego, as condições de trabalho e a remuneração do trabalhador com a “sorte” (destino) da economia da empresa. As empresas – expostas a uma concorrência mais intensa e a um quadro de pífio crescimento econômico – conseguem mobilizar as competências dos trabalhadores de forma cooperativa, oferecendo, em contrapartida, condições de trabalho até mesmo piores do que aquelas anteriormente praticadas. Essa *cooperação forçada* dá-se pela consciência do trabalhador de que um desempenho inferior ao exigido lhe custaria o emprego ou comprometeria parte de sua remuneração. Ao mesmo tempo são impostos ao trabalhador, ou ao seu grupo, desafios cada vez mais intensos para o cumprimento de metas, em um ambiente que é apresentado como de cooperação, mas que na prática é de intensa competição.

Então, na ordem econômica e política hegemônica do capitalismo, a **flexibilidade** apresenta dois sentidos bem definidos. Primeiro, possibilitar maior liberdade às empresas na determinação das condições de uso, de contratação e de remuneração do trabalho. Em segundo lugar, possibilitar ajustes no volume e no preço da força de trabalho na perspectiva de reduzir seu custo no cenário descrito acima. Essas duas finalidades concretizam-se, por um lado, por meio da supressão de benefícios e de direitos advindos da legislação e/ou de normas coletivas, o que significa a eliminação, diminuição ou afrouxamento da proteção trabalhista e social vigente em cada país. Por outro lado, pela introdução de novas legislações ou normas coletivas que permitam adaptar os direitos trabalhistas à lógica apontada acima, especialmente em relação a quatro temas bastante comuns em diversas experiências nacionais: remuneração, jornada de trabalho, formas de contratação e alocação do trabalho³.

A tese de flexibilização – como forma de combater o desemprego e a informalidade – perdeu força no Brasil nos anos 2000 (mas continua sendo a receita para os países europeus na crise atual) devido ao expressivo crescimento do emprego e as inflexões no papel do Estado. No entanto, em alguns aspectos ela continua avançando.

Do ponto de vista do arcabouço legal, as mudanças foram bastante pontuais e contraditórias. Por um lado, há um avanço de uma série de medidas que reforçam a lógica da

³ A definição da alocação do trabalho não foi objeto de regulação pública no Brasil, pois os empresários sempre tiveram ampla liberdade de definir as funções e carreiras no interior das empresas.

flexibilização, tais como: a lei de falência⁴, a lei do Super-Simples⁵, o 1º emprego⁶, a legitimação do trabalho aos domingos⁷, a contratação de intelectuais e artistas como não assalariados⁸, a reforma da previdência.

Com exceção da reforma da previdência as outras medidas são bastante pontuais. A Emenda Constitucional nº 41/2003 realizou profundas alterações no sistema previdenciário do serviço público, afetando direitos dos servidores ativos e inativos ao estabelecer o fim da integralidade e da paridade, ao fixar o limite a ser percebido a título de proventos de aposentadoria de acordo com o teto do regime geral do INSS. Além disso, introduziu a cobrança previdenciária para os inativos; determinou a criação de fundos de pensões complementares (FUNPRESP) para os servidores que tem uma remuneração maior do que a estabelecida pelo teto do regime geral e, ainda, aumentou o limite de idade.

Assim, podemos perceber que, mesmo durante um governo identificado com os trabalhadores e em um contexto de dinamização da economia com crescimento do nível de emprego formal, ainda foram aprovadas algumas medidas que reforçam a lógica da flexibilização. A flexibilização não é pensada como uma medida geral, mas sim para públicos específicos (pessoa jurídica, micro e pequenas empresas, jovens) e realizada por meio de mudanças na legislação ordinária (Galvão, 2011).

⁴A nova Lei de Falências e de Recuperação Judicial, reforma que resultou em perda nos direitos dos empregados, oferece maior proteção aos créditos e às instituições financeiras, em detrimento dos direitos dos trabalhadores. A iniciativa foi justificada como uma alternativa para reduzir a taxa de juros, acreditando que ela viria proporcionar maiores garantias aos bancos nos seus empréstimos. No entanto a eficácia da medida não tem comprovação, mas ela desregulamenta um direito até existente de privilegiar o pagamento do passivo trabalhista em caso de falência da empresa.

⁵No “Super simples”, amplia-se a simplificação das rotinas trabalhistas da legislação presente na instituída em 1996. As novidades flexibilizadoras são a legitimação das comissões extrajudiciais de solução de conflitos individuais e a maior dificuldade na produção de provas para detectar a fraude trabalhista. Outra novidade, que não tem um caráter flexibilizador, é a possibilidade das MPE formarem consórcios para atendimento das exigências de segurança e medicina do trabalho. Ela visa reduzir custos, mas pode ajudar a estruturar, junto com órgãos públicos, serviços que tenham maior efetividade na criação de condições de trabalho mais apropriadas à saúde e à segurança do trabalho (Krein e Biavaschi, 2011).

⁶O Programa Nacional de Primeiro Emprego (PNPE) concede incentivos financeiros às empresas que contratem jovens, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). As características flexibilizadoras do Programa estão na permissão de contratação por prazo determinado, desde que por um período mínimo de 12 meses e na simples recomendação da não substituição de trabalhadores, sendo limitados em 20% do total os contratados pelo PNPE. O programa não alcançou os resultados esperados, pois já existe um mercado de trabalho bastante flexível no País.

⁷O governo estabeleceu uma negociação com as entidades patronais e de trabalhadores do comércio para regulamentar o trabalho aos domingos. A medida ao mesmo tempo ratifica o trabalho aos domingos para o comércio e coloca limites maiores do que a regulamentação realizada no governo anterior (FHC), (1) ao instituir a obrigatoriedade da negociação coletiva entre a empresa(s) e o sindicato de trabalhadores, desde que observada a legislação municipal; (2) ao garantir ao menos 2 domingos de folga no mês.

⁸A regulamentação do trabalho intelectual e a nova regulação para o trabalho em atividades de transporte rodoviário de cargas (Lei 11.196/2005 e Lei 11.442/2007) estimulam a relação de emprego disfarçada nessas atividades, tendo como efeito um enfraquecimento de garantias e de direitos trabalhistas resultante da transformação de relações de natureza trabalhista em relações comerciais

Ao mesmo tempo foram realizadas iniciativas que vão contra a lógica de flexibilização, resultando na defesa dos direitos trabalhistas e na ampliação da regulação pública do trabalho. Com exceção do salário mínimo, as medidas de maior impacto não foram pela ampliação de direitos, mas as que evitaram maior flexibilização por meio dos vetos e da retirada de pauta de projetos do Congresso Nacional, tais como o projeto que previa a prevalência do negociado sobre o legislado; o veto que inibia a fiscalização e o cancelamento dos subsídios para a contratação por prazo determinado, etc.

No sentido de ampliar a regulação pública do mercado de trabalho foram introduzidas: a política de valorização do salário mínimo; a ampliação do seguro desemprego no decorrer da crise de 2008 e 2009⁹; o movimento de aumento da formalização do emprego; a nova regulamentação do estágio¹⁰; e o estímulo para inclusão do autônomo na seguridade social e da dona de casa¹¹, a ampliação do aviso prévio, o reconhecimento da negociação coletiva no setor público.

A política de valorização do salário mínimo foi a medida mais importante pelo seu papel na estruturação do mercado de trabalho, no combate à pobreza e na melhora dos rendimentos dos trabalhadores com menores salários, dos aposentados e dos beneficiários dos Benefícios de Prestação Continuada. Ela é responsável por parte expressiva da melhora de indicadores sobre distribuição pessoal de renda e tem relação com o aumento real dos rendimentos dos trabalhadores por conta própria, que acompanharam a sua elevação. O salário mínimo também é extremamente importante para determinar a elevação das remunerações de base e influencia as negociações dos pisos salariais das categorias profissionais.

O movimento sindical, em conjunto com outros atores sociais, tem tido mais sucesso em conseguir barrar projetos que desestruturam o trabalho do que ampliar o nível de direitos. Por um lado, a pressão contribuiu para retirada da pauta do Congresso Nacional do projeto em que prevalecia o negociado sobre o legislado, que dava incentivos para contratação por prazo determinado e a restituição do poder de fiscalização dos auditores fiscais do trabalho. Além disso, continua em uma árdua luta pela regulamentação da terceirização. Está conseguindo

⁹A ampliação do seguro desemprego para 7 meses foi instituída para os trabalhadores dos setores econômicos mais atingidos pela crise de 2008/2009.

¹⁰A nova lei do estágio coloca limites ao seu desvirtuamento, ao vincular o estágio ao projeto pedagógico da escola, prever uma jornada limite de 6 horas diárias, introduzir férias, limitar a duração no máximo a 2 anos, estabelecer uma cota de 10% para deficientes, prever a remuneração em estágios não-obrigatórios.

¹¹Micro empreendedor Individual, MEI, que possibilita ao autônomo ou o empreendedor individual recolher a contribuição social ao INSS, o que lhe garante não a formalização de sua atividade, mas lhe é assegurada a condição de sujeito do sistema de seguridade social

retardar o processo, mas sem vitórias no conteúdo do que está tramitando na Câmara. Por outro lado, a sua agenda mais recente sobre o trabalho não avançou em conquistas formais, tais como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, o fim do fator previdenciário e a introdução de mecanismos contra a dispensa imotivada (Convenção 158 da OIT).

Além disso, algumas proposições mais recentes, levantadas com destaque nas comemorações do último 1º de maio, são objeto de controvérsia sobre a sua contribuição para a estruturação de uma sociedade mais igualitária, que passa também, pela ampliação das políticas públicas. Como por exemplo, a luta pela isenção do imposto de renda para o bônus recebido no programa de PLR. Ela tem lógica na injusta estrutura tributária, que entre tantos outros absurdos, não tributa os lucros e dividendos distribuídos às pessoas físicas. Mas ela também beneficia um contingente muito pequeno de trabalhadores em detrimento da fragilização das fontes para estruturação das políticas públicas, podendo reforçar o caráter concentrador da renda do trabalho.

Portanto, há movimentos contraditórios que mostram possibilidades de avanço na regulação pública trabalhista, mas continua havendo um movimento que tende a aprofundar a flexibilização do trabalho. A flexibilização também avança com a terceirização, a subcontratação, a contratação como pessoa jurídica, a utilização do trabalho estágio, a permanência de alta ilegalidade, informalidade e rotatividade.

2.1 - As relações de trabalho na dinâmica dos atores sociais

A tendência de ampliação da flexibilização das relações de trabalho continuou avançando, em aspectos relacionados aos elementos centrais da relação de emprego: avanço da remuneração variável, da jornada flexível e formas de contratação. Em relação à remuneração, estudo realizado em importantes setores mostra que houve expressivo avanço da remuneração variável no período de crescimento econômico entre 2005 e 2009 (Tavares, 2010). No setor privado, destaca-se o programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), em que o seu valor cresceu mais do que o salário médio, que teve algum aumento real. O problema, entre muitos outros, é que a PLR fragiliza as fontes de financiamento das políticas sociais, especialmente da seguridade social e tende a quebrar a solidariedade entre os trabalhadores. No setor público, existe uma tendência crescente de parte da remuneração ser composta por abonos e gratificações cada vez mais vinculadas a metas. A lógica do

produtivismo foi ganhando grande força no serviço público, o que coloca uma pressão imensa sobre os trabalhadores.

Em relação à jornada de trabalho, além de um pequeno avanço na jornada entre os assalariados formais, a flexibilidade avançou tanto na intensificação do ritmo de trabalho quanto na sofisticação dos mecanismos de controle do tempo de trabalho e de separação (cada vez mais tênue) entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho. As novas tecnologias e os novos métodos organizacionais permitiram ao capital eliminar os tempos perdidos (mortos) dentro da jornada e controlar mais o trabalho, prescindindo de chefias. Além disso, o banco de horas, que sofreu processo de contestação em muitas categorias continua sendo uma realidade das relações de trabalho do país. A partir de uma negociação tripartite, houve uma nova regulamentação do trabalho aos domingos no comércio, assegurando que somente poderá se adotar sob a concordância do sindicato (negociação) e com o respeito de dois domingos de folga para o trabalhador. A questão é que o trabalho aos domingos avança em muitos setores, comprometendo um dos pilares da sociabilidade, da folga coincidir para todos os membros da família. Por último, uma questão em aberto é sobre a intensificação do trabalho, que se acentuou fortemente e ainda há pouca tradição sindical na sua negociação.

Já em relação às formas de contratação, houve uma explosão da terceirização, dos contratos chamados de atípicos e da utilização do trabalho estágio. Apesar de prevalecer a contratação por prazo indeterminado, ela embute dois mecanismos de fácil ajuste flexibilizadores para as empresas: o vínculo de emprego pode ser facilmente rompido pelo empregador e, a título de experiência, o trabalhador pode ser dispensado sem diversos direitos. Portanto, a flexibilidade já está incluída no próprio contrato por prazo indeterminado, com exceção do emprego estatutário no setor público. Essas características contribuem para explicar, entre outros fatores, a crescente rotatividade, cuja taxa mensal situa-se em torno de 4% ao mês.

A melhora dos indicadores do mercado de trabalho refletiu positivamente no poder de barganha dos sindicatos. Entre 1996 e 2003, o resultado das negociações coletivas foi prejudicial aos trabalhadores. Por exemplo, no período o poder de compra do salário médio caiu 17%, mesmo com uma elevação do salário mínimo. Em pesquisa realizada em 2001, a manutenção das cláusulas anteriores era considerada uma vitória. A partir de 2004, quando grande parte das categorias consegue recompor o poder de compra dos salários e inclusive obter algum aumento real (majoritariamente entre 1 e 2%). É um período, combinado com uma política de valorização do salário mínimo, que teve uma elevação real de 57%,

contribuindo para a recuperação dos salários médios. Os pisos salariais tiveram uma elevação ainda mais substantiva. O resultado das negociações salariais mostra que há um número crescente de categorias com capacidade de repor a inflação passada, que chega a 96% em 2008, caindo um pouco na crise de 2009 para 87% e voltando a crescer em 2010. No último ano, 88% das categorias conseguiram aumento real.

O aumento do poder de barganha foi capaz de colocar novamente outros aspectos na agenda. A redução da jornada, ainda de forma tímida, começa a aparecer em algumas categorias. Na análise das negociações coletivas, também aparecem outras cláusulas adicionais em relação aos benefícios sociais. Há um quadro que possibilita a construção de uma agenda mais propositiva, dependendo do mercado de trabalho e da capacidade de ação coletiva dos trabalhadores. Uma agenda que coloca os problemas históricos do mercado de trabalho, com os novos oriundos das transformações introduzidas especialmente a partir dos anos 1990, é o maior desafio.

Entre outras questões, uma agenda que amplie o grau de representatividade dos sindicatos. Nos anos 2000, houve uma dupla tendência em relação ao ator sindical. Por um lado, os sindicatos ampliaram a sua representatividade junto as suas categorias profissionais. O número de sindicalizados voltou a crescer, aumentou o número de greves e o resultado das negociações coletivas também foram mais favoráveis aos trabalhadores, especialmente em relação a remuneração do trabalho. Além disso, o sindicalismo conseguiu ser um importante interlocutor junto ao Governo Federal.

A taxa de sindicalização cresceu até 2005, chegando a 29% dos assalariados formais. Entre 2002 e 2005 cresceu mais do que o emprego formal, segundo a PNAD/IBGE. Depois caiu, chegando a 26% em 2009. O número de sindicalizados cresceu um pouco (2,5 ao ano), mas muito abaixo do emprego (4,9% ao ano). O número de sindicalizados cresce um pouco mais entre as mulheres (26%) do que entre os homens (21%) entre 2003 e 2009. A taxa cresceu no setor agrícola e a construção civil, mantendo-se estável no setor da educação e caindo nos demais setores, sendo que a queda mais acentuada ocorreu nos transportes e na indústria de transformação. O número de pessoas sindicalizadas não caiu, mas a geração de emprego foi mais intensa do que o incremento dos sindicalizados. Em relação à idade, a taxa caiu em todas as faixas abaixo de 49 anos e sobe nas faixas entre 50-59 e mais de 60. Há uma clara tendência de menor sindicalização dos jovens e um envelhecimento dos sindicalizados.

O menor dinamismo na sindicalização depois de 2006 vem acompanhado de outros indicadores que mostram uma menor influência do sindicalismo na sociedade. É preocupante

a queda do grau de confiança da instituição sindical na sociedade. A confiança cresceu expressivamente no começo da década até 2005, passando de 49% em 1997 para 62% no começo de 2005, conforme pesquisa IBOPE. Depois vem caindo, chegando em 44% em 2011. É uma das instituições pior avaliada pela opinião pública. Outro exemplo é o que ocorreu nas grandes obras de infraestrutura do país. As questões ambientais estão presentes em todos os editais de licitação, nos critérios de financiamento dos bancos públicos e a preservação das condições de vida dos que trabalham foram desconsideradas. A inclusão de normas e regras para garantir a preservação ambiental é muito positiva e bem vinda, mas as greves de 2011, revelaram como o trabalho perdeu espaço na agenda política e não foi considerado como critério nas licitações e no financiamento das obras públicas. O mesmo ocorre com os recursos liberados pelos bancos públicos para empresas privadas, especialmente os recursos do BNDES para investimentos e inovação. Recentemente no âmbito dos fóruns de competitividade da indústria o tema do trabalho ficou reduzido a demanda por qualificação profissional. Porém, depois dos incidentes e greves, a questão está sendo discutida na sociedade e tem espaço na agenda governamental, o que abriu uma nova oportunidade para avançar na valorização do trabalho. Assim como os trabalhadores estão participantes dos fóruns de competitividade, que abre a possibilidade de inclusão de questões que levam a reconsideração da qualidade do trabalho no centro da agenda política nacional.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, verifica-se um movimento que, apesar da melhora dos indicadores do mercado de trabalho, exerce um processo de pressão muito forte sobre o trabalhador para ser “produtivo” visando atingir metas, ao mesmo tempo em que deve ser polivalente e flexível. Tanto as mudanças nas formas de organização do trabalho, com a reestruturação produtiva, como a regulação da relação de emprego, com o avanço da flexibilização, contribuem para estabelecer um ambiente de trabalho não saudável. É o que explicam os dados que mostram um significativo crescimento das doenças profissionais. Portanto, a questão da saúde é questão estratégica para enfrentar as transformações recentes no trabalho. A partir da identificação dos fatores causadores das novas doenças profissionais, é possível desenvolver uma estratégia que reverta esse ambiente desfavorável nas condições e nas relações de trabalho.

Também é verdade que a continuidade do processo de estruturação do mercado de trabalho (criação de emprego protegido) é fundamental para ampliar o poder de barganha dos trabalhadores e de suas organizações. Nesse sentido, é uma condição a continuidade do atual processo de formalização, que está vinculado com o padrão de desenvolvimento socioeconômico do país, exigindo um conjunto de políticas públicas que seja capaz de gerar, ao mesmo tempo, ocupação de qualidade e de implementar políticas sociais e trabalhistas que promovam maior inclusão e proteção social. É uma agenda que inclui a discussão do modelo de desenvolvimento com sustentabilidade, o investimento em infraestrutura social e física, o incremento das políticas sociais, especialmente na educação e saúde, e a ampliação da cobertura na seguridade social.

Algumas questões novas estão emergindo, tais como a retomada da discussão sobre redução da jornada de trabalho, a regulamentação da terceirização, o fortalecimento das negociações coletivas, a reversão das características flexíveis do nosso sistema de relações de trabalho (a inexistência de mecanismos contra a dispensa imotivada, a taxa de rotatividade, os baixos salários, a prevalência de contratos de curto prazo...). Paralelo a isso, faz-se necessário avançar na discussão sobre o ambiente de trabalho, que enfrente as formas de organização que estão gerando as condições de trabalho adversas.

Por último, a democracia também pressupõe a existência de entidades sindicais representativas com capacidade para colocar na sociedade os interesses dos trabalhadores e, com isso, participar da disputa pelos rumos do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALTAR et al. Moving towards decent work. Labour in the Lula government: reflections on recent Brazilian experience. In: **Global Labour University Working Papers**, v.9, 2010,
- DIEESE. **Política de valorização do Salário Mínimo: aplicação da MP 421 em 1º de março**. Nota técnica número 62, março de 2008.
- DIEESE. O Balanço das negociações salariais em 2010. Estudos e Pesquisas nº 55. São Paulo: Dieese, 2011.
- GALVÃO, A. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: coedição, Revan, FAPESP, 2007.
- KREIN, J. D. **As tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. Tese de doutorado – Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- KREIN, J.D. SANTOS, A.L. La formalización del trabajo. Efectos de la política laboral en Brasil. In: **NEUVA SOCIEDAD**. Buenos Aires, Março/abril, 2012 (prelo).
- NOBRE Jr, H. B., KREIN, J. D., BIAVASCHI, M. B. A Formalização dos Contratos e as Instituições Públicas In: FAGNANI, E.; HENRIQUE, W.; LÚCIO, C. G. **Previdência Social: Como Incluir os Excluídos?** Ed. São Paulo: LTr, 2008, p. 119-135.
- NUNES, B. T.. **O debate teórico sobre a regulação das relações de trabalho e as tendências das políticas trabalhistas nos governos de FHC e Lula**. Monografia, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2010.
- SANTOS, A. L. *Trabalho em pequenos negócios no Brasil: impactos da crise no final do século XX*. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- TAVARES, P. A evolução da PLR na composição da remuneração do trabalho. Monografia (graduação em Economia) - - Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2011

Lauro Francisco Mattei¹²
Bruna Boni Lavratti¹³
Rayana de Azevedo Peled¹⁴

Resumo: O final do século XX foi marcado por mudanças estruturais, tais como a terceira revolução tecnológica, a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados, aspectos que caracterizaram a fase conhecida como o “período de globalização”. As empresas sob a égide da globalização e do receituário neoliberal passaram a buscar um sistema de relações de trabalho mais flexível como forma de reduzir custos. No Brasil, as políticas adotadas a partir da década de 1990 visavam incorporar a economia nacional neste cenário global de mudanças. Todavia, essas tendências começaram a ser revertidas desde a desvalorização do Real em 1999, quando se observa que os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização dos postos de trabalho. No Governo Lula, estes resultados se intensificaram devido às prioridades dadas na esfera social, com a reestruturação das políticas de emprego e ampliação dos programas sociais voltados ao combate da pobreza. Este artigo analisou as modificações que ocorreram no mercado de trabalho de Santa Catarina no período entre 2001 e 2011. Observou-se que a população economicamente ativa (PEA) ocupada cresceu a uma taxa de 1,9% ao ano entre 2001 e 2011. Em contrapartida, os desocupados perderam participação relativa sobre a PEA catarinense, ocasionando uma queda taxa de desemprego aberto. Observou-se também uma maior taxa de crescimento das mulheres no mercado de trabalho, comparativamente aos homens, tendência que também vem sendo verificada no âmbito do país.

Palavras-chave: mercado de trabalho; Santa Catarina; população economicamente ativa

¹² - Professor do curso de Graduação em Economia e de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Email: l.mattei@ufsc.br

¹³ - Estudante de Economia da UFSC. Email: bruna.economista@gmail.com

¹⁴ - Estudante de Economia da UFSC. Email: rayanapeled@gmail.com

BEHAVIOR OF LABOR MARKET IN SANTA CATARINA BETWEEN 2001 AND 2011

Abstract: The final of the XX century was pronounced by structural changes, like the third technological revolution, the markets deregulation, and the open economy, which of them characterize the new capitalism phase known as “globalization period”. Under the globalization and neoliberal prescriptions, the enterprises start to search a labor relation system more flexible as a way to reduce costs. In Brazil, the policies adopted from the 1990 decade aimed to incorporate the national economy on this context in the global scenario. However, those trends started to be reversed since the Real depreciation in 1999, when the informal jobs stopped to grown, giving place to an employment formalization process. Under the Lula government, the results intensified due to priorities on social sphere, with the restructuration of employment policies and enlargement of social programs against poverty. This paper analyzed the structural changes that occurred in Santa Catarina’s labor market in the period between 2001 and 2011. It can be observed that the PEA (economically active population) occupied grew at a rate of 1,9% per year, between 2001 and 2011. In this scenario, the unemployment level dropped in this period. It is also observed that the woman increased her participation in the labor market, comparatively to men, a trend that has been verified in country also.

Key-words: labor market; Santa Catarina State; economically active population.

INTRODUÇÃO

As mudanças políticas e econômicas que atingiram o final do século passado colocaram a economia mundial na nova fase conhecida como globalização, cujas marcas foram a reestruturação produtiva, a liberalização dos fluxos de capitais e a desregulamentação dos mercados, com impactos visíveis sobre o mundo do trabalho.

Sob a égide deste processo geral, observam-se profundas transformações no mercado de trabalho, as quais foram tão intensas que, segundo Antunes (1997), se pode afirmar que a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise do século, atingindo não só a sua materialidade, mas produzindo profundas repercussões na subjetividade e na forma de ser da mesma.

Em parte, esse processo está relacionado ao desenvolvimento tecnológico, uma vez que o mesmo acelera as transformações qualitativas do trabalho (alterações nas qualificações, na organização e na divisão técnica do trabalho) e a própria distribuição setorial do emprego, em função da expansão e/ou declínio das atividades econômicas. Assim, o conjunto de inovações difundidas nas últimas décadas afeta a qualidade do trabalho, destruindo velhas formas de organização e introduzindo novos tipos de articulação entre trabalho e capital. Neste novo cenário é que a questão do emprego e do desemprego passa a ter maior relevância em todo o mundo.

Desta forma, “percebe-se a conformação de espaços regionais de divisão do trabalho, com dinâmicas diferenciadas quanto ao uso e remuneração da mão-de-obra (...), pois os países periféricos, no intuito de fornecer condições vantajosas às corporações transnacionais e seguindo os programas das agências multilaterais (Banco Mundial e FMI), provocam o rebaixamento ainda maior do custo do trabalho (usando recursos públicos para qualificação da mão-de-obra, ampliando a jornada de trabalho e criando contratos de trabalho especiais) e a própria desregulamentação do mercado de trabalho” (POCHMANN, 2001:31).

Nesta lógica, segundo Mattoso (1999), os países que adotaram estratégias de inserção passiva e subordinada no mercado mundial pagam um duplo preço. Por um lado, se submetem aos novos mecanismos de extração do excedente por parte do grande capital internacional e, por outro, debilitam a produção e o próprio emprego nacional, ao colocar o trabalho em condições de desestruturação e anomalia intensas. No caso específico do Brasil, verifica-se que sua inserção nesta nova divisão internacional do trabalho vem ocorrendo de forma

passiva, a partir da incorporação retardatária dos avanços técnicos e organizacionais inerentes ao novo padrão produtivo.

Dentre as principais mudanças na economia brasileira destacam-se a rápida abertura comercial iniciada no final da década de 1980 e início dos anos 1990 que, aliada aos sucessivos programas de estabilização, deu início ao processo de reestruturação produtiva. A década das reformas experimentou mudanças no papel do Estado, a partir da privatização de empresas estatais, além da estabilização monetária. Os ajustes nas empresas também geraram impactos negativos sobre o mundo do trabalho, como o aumento considerável do desemprego, das ocupações precárias e não regulamentadas e da expansão da informalidade.

Este cenário adverso da última década do século XX foi revertido no início do século XXI com crescimento econômico e, conseqüentemente, forte expansão do emprego, especialmente daqueles postos de trabalho com relações formalizadas. É neste cenário que se insere o estado de Santa Catarina, mesmo apresentando algumas especificidades. É expressiva a presença de pequenas e médias empresas em Santa Catarina, conformando uma estrutura setorial diversificada que promove um forte dinamismo econômico.

Neste sentido, o texto busca interpretar o comportamento do mercado de trabalho catarinense entre 2001 e 2011, à luz das principais mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho do país. Além desta breve introdução, o artigo é composto por mais três seções. A primeira delas faz uma breve revisão bibliográfica sobre o assunto nas últimas décadas, destacando as principais mudanças em curso. A segunda seção analisa de forma global o comportamento do mercado de trabalho catarinense, destacando a dinâmica da população economicamente ativa catarinense; a condição de atividade e situação de domicílio segundo sexo; e os ramos de atividade econômica. A terceira e última seção apresenta as considerações finais do trabalho, momento em que se destacam as principais características e tendências do mercado de trabalho em Santa Catarina.

I – O MUNDO DO TRABALHO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

O final do século XX foi marcado por grandes transformações estruturais que causaram impactos no mundo do trabalho, transformações estas caracterizadas como o período de globalização econômica. A mudança do modo de produção aliado a outros fatores como a terceira revolução tecnológica, a nova divisão internacional do trabalho, a

desregulamentação dos mercados, abertura comercial, a maior atuação das empresas transnacionais, levaram a um processo de reestruturação produtiva, seguindo o receituário neoliberal que visa reduzir os custos e aumentar a produtividade do trabalho.

A década de 1980 foi marcada por profundas transformações no mercado de trabalho e no modo como este se insere na estrutura produtiva. A mudança da produção em massa fordista para a produção flexibilizada e especializada do modelo japonês *just in time*, transformou as formas de organização e gestão da produção. O novo modelo utiliza as inovações tecnológicas que otimizam o tempo e reduzem a participação da mão de obra visando à produção com estoques controlados e a especialização de empresas em partes que integram o processo de montagem. Coutinho (1992) atribui o surgimento deste novo paradigma industrial às novas tecnologias de automação flexível, articuladas por processos de engenharia que reestruturaram profundamente as indústrias de bens de capital e serviços.

O novo modelo de produção flexível tem um padrão de acumulação flexível que causa rápidas transformações nos padrões de desenvolvimento desigual, isso pode se observar tanto entre os setores como também entre as regiões geográficas, segundo Harvey (1992) isso cria um grande movimento no emprego no setor de serviços. Do ponto de vista do trabalhador nessa fase de mudança do modo de produção, a principal alteração é que para garantir melhor qualidade e o melhor tempo, o trabalhador quebra com a estrutura uma máquina-um trabalhador e passa a operar várias máquinas, há uma flexibilização da produção (ANTUNES, 1997).

A Terceira Revolução Tecnológica foi desencadeada pelo Japão, sendo que a reestruturação industrial, a produção em pequena escala de vários modelos de produto e o aumento da intensificação do trabalho são as características desse novo modo de produção. Essa reestruturação, no entanto, impactou de forma negativa o mercado de trabalho. “O avanço da desregulamentação do mercado, a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas” (POCHMANN, 2002, pág. 34).

Os programas de reformas macroeconômicas, realizadas nos países periféricos por orientação das agências multilaterais, como o FMI e o BIRD, contribuíram no sentido de rebaixar ainda mais os custos do trabalho através de uma série de medidas: contratos de trabalho temporário; contratos com encargos sociais reduzidos; flexibilização da jornada de trabalho (CARDOSO, 2004).

A globalização econômica, amparada pelo neoliberalismo, significa também um processo de interligação das economias possibilitando uma internacionalização destas. O fluxo comercial e de informações entre os mercados vai ser, em muitos casos, acelerado pelas constantes inovações tecnológicas nas áreas de comunicação e informática que possibilitam maior mobilidade do capital produtivo, comercial e financeiro.

Com o processo de globalização, houve uma reestruturação produtiva das empresas transacionais que gerou uma nova divisão internacional do trabalho. A ampliação da atuação das empresas transnacionais, através do deslocamento de plantas industriais para países onde os custos são menores, trouxe benefícios a estes países, no entanto, ainda que o governo dê subsídios a essas transnacionais, não se tem garantia de que elas permanecerão no país, pois podem existir outros países que ofereçam mais subsídios e mão-de-obra mais barata. Por outro lado, as transnacionais provocam uma concentração de renda ainda maior e uma redução na demanda interna dessas economias periféricas (CARDOSO, 2004).

É fato que o sistema capitalista gera desigualdades, essas desigualdades percorrem também o mundo do trabalho e impactam na sua distribuição. Para Pochmann (2001), o conceito de Divisão Internacional do Trabalho assume relevância como expressão do grau de assimetria geográfica no uso e no rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia mundial.

A assimetria de distribuição geográfica do trabalho pode ser interpretada pela decisão de localização da empresa e de mobilidade da mão-de-obra, esses fatores podem explicar o motivo de uns países serem mais ricos que outros. Outra concepção da distribuição espacial do trabalho é a de repartição própria da lógica capitalista, onde a economia mundial está dividida em classes e há uma hierarquização das economias, a Divisão Internacional do Trabalho seria obra dessa desigual distribuição de poder no mundo (POCHMANN, 2001).

Entendendo a economia capitalista mundial como sendo uma relação estruturada entre centro e periferia, a divisão espacial do trabalho no mundo estaria atrelada a esta relação. O centro representa o poder, é onde as atividades de controle do excedente e a produção e difusão de novas tecnologias se desenvolvem. A periferia é subordinada às lógicas capitalistas do centro e dependente de sua tecnologia, financiamento e crédito. Mais tarde foi criado o conceito de semiperiferia, que não é tão subordinada como a periferia e não tem tanto poder como o centro, é um meio termo.

A diferença na distribuição espacial da divisão do trabalho configura o mundo de hoje, onde de um lado os países semiperiféricos produzindo manufaturados com baixa tecnologia,

mão-de-obra barata e flexível, uso elevado de matéria-prima e energia e onde as atividades são insalubres e poluidoras e de outro os países centro onde se produz mercadorias de alto valor agregado, geralmente da área de informação, comunicação e de serviços de apoio à produção.

Segundo Cardoso (2004), são os trabalhadores dos países periféricos e semiperiféricos, portanto, os que mais sofrem os efeitos da globalização, em função da liberalização comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho. A nova divisão internacional do trabalho aumentou as desigualdades, tanto entre os países centrais e periféricos, quanto no interior dos vários grupos de países.

As mudanças estruturais ocorridas no mundo vão se refletir no Brasil, portanto o processo de reestruturação produtiva brasileira ocorrerá à luz da reestruturação produtiva ocorrida no mundo. Devido ao forte incentivo à industrialização, entre os anos de 1950 a 1980, o Brasil viveu o período de ouro do capitalismo, com grande crescimento da produção, todavia a partir de 1980 a economia brasileira perde seu dinamismo, esta perda pode ser explicada pelos efeitos que sofreu com a globalização e com as políticas macroeconômicas adotadas nesta época.

Segundo Mattei (2012), “a crise da economia [...] abriu caminho para a implementação, no início da década seguinte, do modelo neoliberal no Brasil.” As políticas econômicas influenciadas por este modelo estimulavam a desregulamentação dos mercados, durante a década de 1990 ocorreram mudanças na legislação trabalhista, enfraquecimento dos sindicatos, abertura comercial no Governo Collor, que intensificou a concorrência impulsionando a reestruturação das empresas nacionais, que se seguiu no Governo FHC, com a privatização das empresas estatais. Essas políticas econômicas visavam colocar o país no prumo da globalização e da reestruturação produtiva iniciada nos países desenvolvidos.

Com a abertura econômica as importações aumentaram, impactando negativamente sobre as indústrias nascentes que não estavam preparadas para a concorrência internacional. A partir deste período houve também uma reformulação das funções do Estado. Estes fatores de ordem política e econômica contribuíram para a redução dos empregos em geral, inclusive dos postos qualificados, o que significou um retrocesso no desenvolvimento do país. A partir da década de 1980 “observa-se um crescimento da taxa de desemprego, ao mesmo tempo em que ocorre uma estagnação do emprego formal e o alargamento das ocupações informais como fonte de absorção de mão-de-obra” (IPEA, 2006a, p.401).

No Brasil, a reestruturação produtiva chegou apenas nos anos 1990, década marcada pela hiperinflação e pela instabilidade econômica. Com o intuito de resolver tais problemas, o Governo Collor vai implantar o Plano Collor I o qual é fortemente influenciado pela ideologia neoliberal. No entanto, ao invés de resolver os problemas, promoveu uma recessão econômica e ainda enfraqueceu a indústria nascente, que não estava preparada para a concorrência internacional provocada pela abertura econômica.

No final de 1991 o governo aplica um choque monetário e creditício, o que fez com que os juros se elevassem, diminuindo ainda mais, o investimento e o PIB brasileiro, que voltaram a crescer em 1993 quando a taxa de juros caiu. O desemprego, causado por essas medidas de cunho neoliberal, não reduziu, em 1993, com o aumento do PIB. Em toda essa década a geração de emprego não respondeu ao crescimento do PIB do país, a explicação para tal evento, segundo Cardoso (2004), é a abertura econômica e a distribuição internacional do trabalho na economia mundial.

Ao longo da década de 1990 foi se reduzindo as tarifas às importações, o que fez com que a produção doméstica fosse substituída pelos produtos importados, isso impactou negativamente na capacidade de geração de emprego. Após 1994, com o Plano Real, esse processo de aumento das importações se intensificou devido à sobrevalorização cambial, a partir deste ano o Brasil teve constantes déficits comerciais, o saldo da balança comercial só voltou a ser positivo no ano de 2001, sendo que o real já estava sofrendo desvalorização cambial desde 1999, desestimulando as importações frente às exportações.

A entrada facilitada de importados contribuiu para a atualização tecnológica das indústrias no Brasil e, por consequência, para os ganhos de produtividade, esse também é um fator que pode explicar a menor geração de empregos, visto que os incrementos em tecnologia são poupadores de mão-de-obra.

As grandes empresas diminuíram o emprego na década de 1990, reagindo à abertura da economia e valorização da moeda nacional, com racionalização da produção e enxugamento do quadro de pessoal, mas voltaram a empregar depois de 1999 e continuaram a ampliar o emprego com a expansão vigorosa das exportações, apesar dos efeitos sobre o preço do dólar, do superávit da conta corrente do balanço de pagamentos e do alto nível das taxas de juros praticadas no país (BALTAR, 2010).

A partir de 1995, com o Governo Fernando Henrique Cardoso, foram adotadas medidas legais que desregulamentaram e flexibilizaram a legislação trabalhista. Alguns autores afirmam que essa precarização das relações de trabalho, se deu em período de

crescimento da taxa de desemprego e que, portanto, o que houve na realidade foi uma retirada de direitos dos trabalhadores. Este governo também deu início ao processo de privatizações das empresas estatais que tinham importante papel estratégico no país, esse processo se deu devido ao receituário neoliberal que adotaram os governos a partir dos anos 1980, onde passaram a ser questionadas as funções do Estado.

Essas mudanças no mercado de trabalho refletem a diminuição da participação das grandes empresas e órgãos públicos na absorção dos trabalhadores por conta-alheia que foram agravadas pela terceirização das atividades antes realizadas por empregados dessas empresas e órgãos públicos. A ampliação do uso de terceiros responde pelo imenso aumento tanto do emprego nas pequenas empresas quanto do trabalho por conta-própria. Essas tendências vêm sendo revertidas desde a desvalorização do real em 1999, mas o processo é lento não somente porque tem sido muito limitado o crescimento da economia, mas também porque a população economicamente ativa ainda cresce muito rápido no Brasil, devido à continuidade do aumento da participação feminina na atividade econômica (BALTAR, 2010).

Depois de 1999, as tendências da ocupação que predominaram na década de 1990 foram invertidas. A taxa de desemprego parou de aumentar e começou inclusive a diminuir gradativamente, observa-se que os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização dos postos de trabalho que vem crescendo com certa intensidade (BALTAR, 2010; CEPAL, 2008).

No Governo Lula, estes resultados se intensificaram devido às prioridades dadas no campo social, com a reestruturação das políticas de emprego e da ampliação dos programas sociais voltados a combater a miséria, tais como Fome Zero e Bolsa Família (PRONI; ROCHA, 2010).

Para Proni (2011), “a recuperação da economia e a estabilidade macroeconômica devem ser entendidas como condições necessárias, mas não suficientes, para garantir uma geração adequada de empregos, uma elevação significativa do poder de compra dos salários e uma redução expressiva da miséria e das desigualdades sociais” (PRONI, 2011, pág. 22).

II - O COMPORTAMENTO GERAL DO MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE ENTRE 2001 E 2011

2.1 – A dinâmica da população economicamente ativa e das categorias ocupacionais

O estado de Santa Catarina, contando com uma estrutura produtiva diversificada e com forte participação do setor agrário exportador e expressiva produção industrial, descentralizada e possuidora de um grau de formalização relativamente alto em relação às outras regiões brasileiras, acompanhou as mudanças por que passou a economia nacional e, mais recentemente, o processo de expansão das atividades econômicas bem como dos níveis de emprego.

Com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) entre 2001 e 2011, a tabela 1 apresenta algumas informações gerais.

Tabela 1: Evolução da PIA, PNEA, PEA e condição de ocupação (mil pessoas). Brasil e SC, 2001 a 2011.

	ANO	2001	%	2011	%	2001-2011
Brasil	PIA	138.852	100,0%	166.987	100,0%	1,9%
	PNEA	54.886	39,5%	66.764	40,0%	1,9%
	PEA	83.949	60,5%	100.223	60,0%	1,9%
	PEA	83.949	100,0%	100.223	100,0%	1,9%
	Ocupada	76.102	90,7%	93.493	93,3%	2,2%
	desocupada	7.848	9,3%	6.730	6,7%	-1,4%
Santa Catarina	PIA	4.627	100,0%	5.609	100,0%	2,0%
	PNEA	1.641	35,5%	2.100	37,4%	2,3%
	PEA	2.985	64,5%	3.509	62,6%	1,9%
	PEA	2.985	100,0%	3.509	100,0%	1,9%
	Ocupada	2.861	95,8%	3.385	96,5%	1,9%
	desocupada	125	4,2%	124	3,5%	0,9%

Fonte: IBGE/PNAD.

Desde 2001 Santa Catarina encontra-se numa situação melhor do que a maioria dos estados brasileiros no que se refere ao mercado de trabalho, pois 64,5% da sua população em idade ativa (PIA) são pessoas economicamente ativas (PEA), ou seja, pessoas que estão trabalhando ou estão à procura de emprego. Este percentual está acima da média do país, que em 2001 possuía 60,5% das pessoas em idade ativa trabalhando ou procurando emprego. No entanto, ao longo do período considerado é possível perceber uma pequena mudança no

estado de Santa Catarina, uma vez que a proporção de pessoas em idade ativa que ficaram fora do mercado de trabalho aumentou em quase 2 pontos percentuais.

Em relação ao nível de ocupação, em 2001 Santa Catarina contava com 95,8% da PEA ocupada, o que correspondia a 2.861 mil trabalhadores ocupados. Em 2011 essa proporção teve um aumento de 0,7 pontos percentuais, passando para 3.385 mil trabalhadores ocupados. No Brasil o percentual da PEA ocupada passou de 90,7%, em 2001, para 93,3%, em 2011. A PEA ocupada catarinense cresceu a uma taxa média de 1,9% ao ano no período abordado, enquanto que a do Brasil apresentou um ritmo de crescimento maior, ou seja, de 2,2% ao ano. Em contrapartida, os desocupados perderam participação relativa sobre a PEA catarinense de 4,2%, em 2001, para 3,5%, em 2011, crescendo a uma taxa média de 0,9% ao ano. Portanto, entre os anos de 2001 a 2011 a taxa de desemprego aberto teve uma queda de 0,7 pontos percentuais.

No Brasil a perda de participação relativa dos desocupados sobre a PEA foi mais intensa, uma vez que os desocupados no Brasil tiveram ao longo dos dez anos uma queda substancial de 2,6 pontos percentuais. Com isso, os desocupados passaram a representar apenas 6,7% da PEA brasileira no último ano considerado, o que significou uma taxa negativa de 1,4% ao ano nos dez anos.

A tabela 2 apresenta a posição na ocupação no trabalho principal. Inicialmente percebe-se que os empregados respondiam, no ano de 2011, por 64,9% da PEA catarinense. Em termos absolutos houve um aumento de 692 mil novos empregados na economia entre os anos de 2001 e 2011. Os empregados e os empregadores, são categorias mais estruturadas do mercado de trabalho, obtiveram as maiores taxas de crescimento anuais, de 3,8% e 1,6%, respectivamente.

Isso pode indicar uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, seguindo as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro na primeira década do século XXI, rompendo com o processo de desestruturação da década de 1990. “A primeira podendo refletir o crescimento da demanda por trabalhadores com vínculos mais estáveis e a segunda pode estar relacionada com uma melhora geral na vida econômica, com aumento do consumo, maior disponibilidade de créditos, etc, fatos que estimulam a abertura de novos negócios” (MATTEI ET AL, 2012, pág. 8).

Tabela 2: Evolução da PEA, da condição de ocupação e da posição na ocupação no trabalho principal. SC, 2001 e 2011.

ANO	2001	% da PEA	2011	% da PEA	% aa
PEA	2.985	100,0%	3.509	100,0%	1,9%
Ocupada	2.861	95,8%	3.385	96,5%	1,9%
Desocupada	125	4,2%	124	3,5%	0,9%
Empregados	1.587	53,2%	2.279	64,9%	3,8%
Trabalhadores domésticos	159	5,3%	162	4,6%	0,4%
Conta própria	564	18,9%	628	17,9%	0,8%
Empregadores	172	5,8%	164	4,7%	1,6%
Trabalhadores na construção para o próprio uso	2	0,1%	2	0,1%	-3,1%
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	94	3,1%	42	1,2%	-5,5%
Não remunerados	283	9,5%	108	3,1%	-7,7%

Fonte: IBGE/PNAD.

Os trabalhadores domésticos e os trabalhadores por conta própria cresceram a taxas modestas, da ordem de 0,4% e 0,8% ao ano, respectivamente. É interessante destacar que os trabalhadores por conta própria respondiam por 17,9% da PEA catarinense em 2011, apesar dessa participação ter diminuído ao longo do tempo, pois em 2001 correspondia a 18,9% da PEA. Mesmo assim continuam sendo a segunda maior categoria na ocupação no trabalho principal. Apesar de uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, ainda existe um percentual considerável de pessoas que trabalham por conta própria. Em grande medida, isso se explica pela expressiva participação do sistema agrícola familiar no estado.

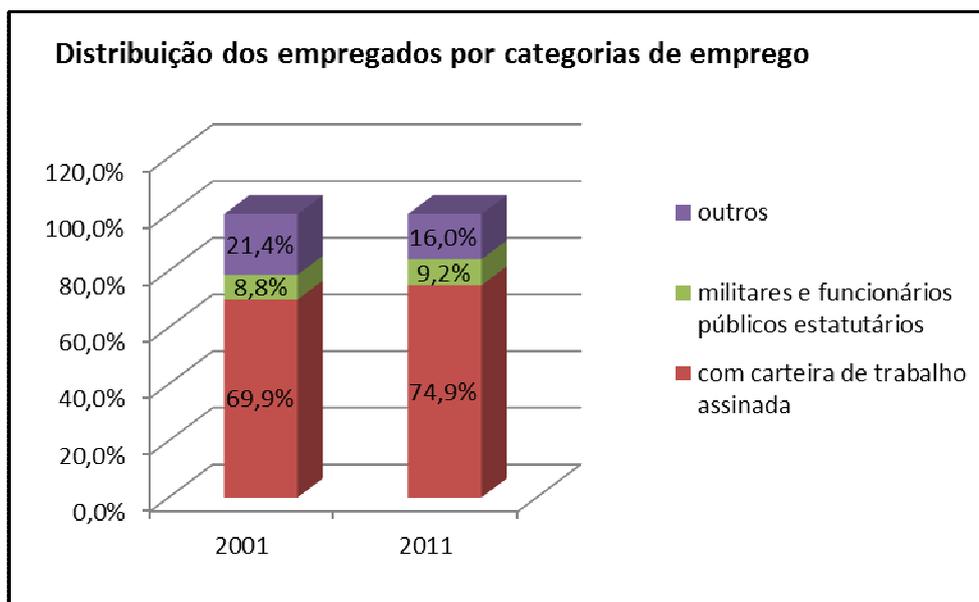
Outro indicativo de uma maior estruturação do mercado de trabalho em Santa Catarina é que as categorias menos estruturadas obtiveram taxas de crescimento negativas. A categoria que teve a maior taxa de crescimento negativo foi a dos trabalhadores não remunerados com uma taxa de crescimento negativo significativa de 7,7% ao ano, representa uma proporção considerável da PEA catarinense mesmo tendo reduzido essa proporção ao longo do tempo, de 9,5% da PEA, em 2001, para 3,1% da PEA, em 2011. Registre-se que a maioria desses trabalhadores não remunerados são ocupados em atividades agrícolas, tanto no Brasil como em Santa Catarina.

Os trabalhadores na construção para próprio uso obtiveram uma taxa de crescimento negativa da ordem de 3,1% ao ano. Todavia, essa categoria representa uma parcela muito pequena da PEA catarinense. Os trabalhadores na produção para o próprio consumo, que em 2001 representavam 3,1% da PEA catarinense, reduziram sua participação para 1,2% no ano de 2011, o que representou uma taxa de crescimento negativa da ordem de 5,5% ao ano

No que tange a categorias de emprego, os empregados se encontram com uma distribuição mais bem estruturada no mercado de trabalho, sendo formado aproximadamente 75% por relações de trabalho formalizados. Entre os anos de 2001 e 2011 observou-se uma melhora nessa distribuição aumentando o percentual das categorias mais estruturadas em detrimento da redução do percentual das categorias menos estruturadas designadas, no gráfico 1, como *outros*, categoria que compreende os sem carteira de trabalho assinada, os escravos, entre outras categorias precárias.

Os empregados com carteira assinada tiveram um aumento da sua participação de 69,9%, em 2001, para 74,9%, em 2011. Os militares e funcionários públicos estatutários também tiveram um aumento na participação sobre os empregados catarinenses de 0,4 pontos percentuais. Por fim, como já observado anteriormente, a categoria do emprego designada como *outros*, teve sua participação reduzida sobre os empregados catarinenses, de 21,4% para 16% no período considerado.

Gráfico 1: Distribuição das categorias de emprego para os empregados. SC, 2001 e 2011.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/PNAD.

2.2 – A Condição de atividade segundo a situação de domicílio e sexo

A tabela 3 apresenta a distribuição da população economicamente ativa segundo a situação de domicílio. A PEA urbana apresentou uma taxa de crescimento anual de 2,6% ao longo do período analisado. Com isso, no ano de 2011 representava aproximadamente 84% da PEA catarinense total. Em sentido inverso, a PEA rural apresentou taxa negativa de 0,9% ao ano, o que reduziu expressivamente sua participação na PEA total no último ano considerado.

Em parte, este movimento está associado à continuidade do movimento de migração para as cidades, tanto para a população economicamente ativa quanto para a não economicamente ativa.

Do ponto de vista da condição de gênero, observam-se movimentos distintos quando se analisam as duas condições domiciliares. No caso da PEA Urbana, nota-se que as mulheres expandiram sua participação, uma vez que enquanto a taxa dos homens foi de 2,3% ao ano, a das mulheres foi de 2,9%, o implicou em um aumento da participação delas na PEA urbana total, que em 2011 situou-se na faixa de 44%. Já no meio rural este movimento é diferente, pois mesmo que homens e mulheres tenham apresentado redução em suas participações na PEA rural total, as mulheres tiveram taxas mais expressivas, ou seja, reduziram em -1,2% ao ano sua presença no trabalho rural. Com isso, a presença de mulheres na PEA rural total caiu de 42%, em 2001, para 39%, em 2011.

Tabela 3: Pessoas de 10 anos ou mais de idade (PIA) por condição de atividade na semana de referência, segundo sexo e situação do domicílio (mil pessoas). SC, 2001 e 2011.

Condição de atividade		Situação do domicílio		2001	%	2011	%	Taxa %
		Sexo						
Economicamente ativa	Total	Total		2.985	100,0%	3.509	100,0%	1,9%
		Homem		1.727	57,9%	1.998	56,9%	1,7%
	Total	Mulher		1.258	42,1%	1.511	43,1%	2,1%
		Total		2.323	100,0%	2.948	100,0%	2,6%
	Urbana	Homem		1.346	57,9%	1.657	56,2%	2,3%
		Mulher		977	42,1%	1.291	43,8%	2,9%
		Total		662	100,0%	561	100,0%	-1,0%
		Total		662	100,0%	561	100,0%	-1,0%
	Rural	Homem		381	57,6%	341	60,8%	-0,9%
		Mulher		281	42,4%	220	39,2%	-1,2%
Total			1.641	100,0%	2.100	100,0%	2,3%	
Total			1.641	100,0%	2.100	100,0%	2,3%	
Não economicamente ativa	Total	Homem		589	35,9%	771	36,7%	2,9%
		Mulher		1.053	64,2%	1.328	63,2%	1,9%
	Total	Total		1.417	100,0%	1.734	100,0%	1,8%
		Urbana	Homem		514	36,3%	627	36,2%
	Urbana	Mulher		902	63,7%	1.107	63,8%	1,6%
		Total		225	100,0%	366	100,0%	5,4%
	Rural	Homem		74	32,9%	144	39,3%	7,9%
		Mulher		151	67,1%	221	60,4%	4,1%

Fonte: IBGE/PNAD.

Em termos da População Não Economicamente Ativa (PNEA), observa-se que tanto no meio rural como urbano as mulheres são a grande maioria, situando-se nos dois casos na faixa de 60% relativamente aos homens.

Todavia chama atenção a importante diferença entre as situações domiciliares, uma vez que enquanto a PNEA urbana cresceu a uma taxa de 1,8% ao ano no período considerado,

o crescimento da PNEA rural foi de 5,4%, destacando-se, neste caso, a elevada taxa anual dos homens, que se situou em 7,9% ao ano.

2.3 – As ocupações segundo os ramos de atividade econômica

A tabela 4 apresenta a distribuição da PEA ocupada por ramos de atividade, chamando atenção que a série inicia no ano de 2002 porque na PNAD de 2001 estas informações não estão disponíveis.

Em 2002 a agricultura era a atividade com o maior número de ocupados no estado, representando 24% do total. Em 2011 sua participação caiu pela metade, 12% do total, ficando com apenas 403 mil ocupados na atividade. A taxa de queda entre os anos de 2002 a 2011 foi de 4,2% ao ano.

Em sentido oposto, notou-se que a indústria de transformação cresceu a uma taxa de 1,6% ao ano, o que a tornou o ramo com o maior número de ocupados ao final do período considerado. Entretanto, a participação relativa no total de ocupações do estado ficou estagnada ao redor de 21% da PEA ocupada total ao longo de todo o período.

Tabela 4: Distribuição e percentual da PEA ocupada, por ramos de atividade (mil pessoas). SC, 2002 e 2011.

Ramos de Atividade	2002	%	2011	%	2002-2011
Total	2.966	100%	3.385	100%	1,4%
Agrícola	712	24%	403	12%	-4,8%
Indústria	649	22%	739	22%	1,6%
Indústria de transformação	632	21%	719	21%	1,6%
Construção	175	6%	266	8%	4,0%
Comércio e reparação	469	16%	645	19%	3,7%
Alojamento e alimentação	82	3%	125	4%	3,3%
Transporte, armazenagem e comunicação	116	4%	174	5%	5,1%
Administração pública	114	4%	174	5%	4,3%
Educação, saúde e serviços sociais	202	7%	295	9%	3,9%
Serviços domésticos	172	6%	162	5%	0,2%
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	91	3%	116	3%	3,3%
Outras ativ., ativ. mal definidas ou não declaradas	183	6%	286	8%	4,6%

Fonte: IBGE/PNAD.

Desta forma, verifica-se que o setor industrial se manteve proporcionalmente estável no período, porém sem conseguir absorver grande parte dos trabalhadores que saem do setor primário, os quais acabaram impulsionando diversos ramos de atividades do setor de serviços.

Neste ramo os setores que mais contribuem para a geração de emprego foram as atividades de comércio e reparação e a de educação, saúde e serviços sociais, sendo a primeira com maior expressão. Assim, ao final do período considerado o setor de comércio era responsável por aproximadamente 20% do total de ocupados no ramo de serviços.

O destaque foi o setor de transporte, armazenagem e comunicação, pois apresentou a maior taxa de crescimento, ficando ao redor de 5,1% ao ano. Todavia, a participação relativa deste setor na PEA ocupada total permanece pouco expressiva.

O ramo da administração pública apresentou um aumento na sua participação relativa de apenas um ponto percentual sobre a PEA catarinense, mesmo tendo uma taxa média de crescimento de 4,3% ao ano durante o período considerado.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças mais gerais no processo produtivo brasileiro também produziram reflexos sobre a estrutura do mercado de trabalho catarinense, principalmente em relação à composição dos empregos e do perfil dos trabalhadores empregados. Assim, a nova configuração do mercado de trabalho catarinense, além de ser condizente com a conjuntura econômica atual, também reflete o processo maior em curso no país e globalmente em termos do mundo do trabalho.

De uma maneira geral, este movimento pode ser observado no comportamento geral da PEA ocupada. Enquanto a PEA brasileira cresceu a uma taxa de 2,2% ao ano, a PEA catarinense cresceu a 1,9% ao ano. Todavia, deve-se registrar que o nível de ocupação da PEA catarinense é maior que da brasileira, situando-se na faixa de 96%.

Observando o comportamento da PEA ocupada por situação e domicílio, notou-se que a PEA urbana cresceu a uma taxa de 2,6% ao ano, enquanto que a PEA rural apresentou taxas negativas da ordem de 0,9% ao ano. Com isso, o peso desta última na PEA total caiu consideravelmente.

Do ponto de vista de gênero, no caso da PEA ocupada urbana verifica-se que as mulheres cresceram a uma taxa de 2,9% ao ano, enquanto a taxa de crescimento dos homens foi de 2,3%. Com isso, as mulheres aumentaram sua participação na PEA total para 44%, o que significou uma forte presença feminina no mercado de trabalho catarinense. Mas o que

mais chamou atenção no quesito gênero foi a redução de 1,2% ao ano da participação das mulheres na PEA rural, fato que comprova, em parte, o processo de masculinização do trabalho rural já apontado por diversos autores.

Já os desocupados perderam participação relativa sobre a PEA catarinense. Assim, entre os anos de 2001 a 2011 a taxa de desemprego aberto apresentou tendência de queda no estado, podendo-se afirmar que em termos absolutos houve um aumento de 692 mil novos empregados na economia entre os anos de 2001 e 2011. Outro indicativo de uma maior estruturação do mercado de trabalho em Santa Catarina é que as categorias menos estruturadas obtiveram taxas de crescimento negativas e os empregados com carteira assinada tiveram um aumento de sua participação no total de empregados no Estado.

Mesmo com esta maior formalização do mercado de trabalho catarinense ao longo do período considerado, o percentual de pessoas que trabalha por conta própria ainda é expressivo. Os empregados domésticos, por exemplo, em sua grande maioria ainda permanecem sem qualquer tipo de proteção.

A dinâmica da PEA catarinense por ramos de atividades mostra uma tendência muito similar àquela encontrada no conjunto do país, ou seja, uma redução cada vez maior das atividades primárias e secundárias e, conseqüentemente, uma concentração da PEA total no setor terciário da economia.

A participação da agricultura na PEA ocupada total teve uma redução de 4,2% ao ano, fazendo com que ao final do período considerado este ramo de atividade representava apenas 12% da PEA total. Já a indústria de transformação, mesmo apresentando taxa de crescimento anual de 1,9%, ao final do período manteve seu percentual de participação na PEA total ao redor de 21%.

Com isso, conformou-se um cenário em que mais de 60% da PEA catarinense no ano de 2011 encontrava-se ocupada no setor terciário da economia, com destaque para as atividades de comércio e reparação, educação, saúde e administração pública. No geral, pode-se dizer que são também estes setores, com destaque para o comércio, que absorveram a maior parte dos trabalhadores advindos de outros setores, especialmente do setor primário e de alguns setores específicos do setor secundário da economia.

Em síntese, as informações anteriores conformam um quadro muito similar ao do conjunto do país, cuja tendência é uma concentração do emprego cada vez maior no setor terciário da economia, em especial os setores de prestação e serviços gerais e pessoais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

BALTAR, Paulo. **Emprego, política de emprego e política econômica no Brasil.** Escritório da OIT no Brasil. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.2). Brasília: OIT, 2010.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho:** um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina. Tubarão: Studium, 2004.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente.** Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008. 176 p. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/arqui1220877382.zip>>.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade**, n.1, ago. 1992.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre a modernidade, São Paulo: Ed. Loyola, 1992. In: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil. In: _____. Brasil: o estado de uma nação. **Mercado de trabalho, emprego e informalidade.** 2006a. cap. 7. p. 401. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/estadonacao2006/cap7_politicas.pdf>.

MATTEI, Lauro F. ; Niederle, Sidnei ; PELED, R. ; LAVRATTI, B. B. . **Evolução do mercado formal de trabalho no estado de Santa Catarina na primeira década do século XXI.** 2012.

PRONI, Marcelo W.; ROCHA, Thaíssa T. A OIT e a promoção do trabalho decente no Brasil. **Revista da ABET**, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, vol. IX, n. 1, jan-jun, 2010.

PRONI, Marcelo W. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. **IE/UNICAMP.** n.188, 2011, p. 22.

POCHMANN, Márcio. **A década dos mitos.** São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado:** exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002, p. 34.

O TRABALHADOR DO “NOVO RURAL” CATARINENSE: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA A PARTIR DA PNAD DE 2011

Janete Leige Lopes¹⁵
Rosângela Maria Pontili¹⁶

Resumo: Ao longo da história ocorreram diversas transformações na zona rural, particularmente no que diz respeito ao mercado de trabalho. Uma das mais importantes foi o fenômeno que se tornou conhecido como “Novo Rural” ou “Ruralidade”. Muitas pessoas residentes na zona rural passaram a desempenhar atividades não ligadas ao setor agrícola, um fato que passou a ser denominado de “Pluriatividade”. Assim, com o objetivo de contribuir com o tema, este estudo se propôs a fazer uma análise estatística das características dos trabalhadores que residem na zona rural no Estado de Santa Catarina, mas que desenvolvem atividades não agrícolas. Para tanto, foram utilizados os dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2011. As principais conclusões são: de 571.511 trabalhadores, 43,92% residem na zona rural e desempenham atividades não agrícolas; 36,86% destes trabalhadores concentram-se suas atividades no setor industrial da economia; a maioria é do sexo masculino e o nível de escolaridade predominante é de 9 a 11 anos. No que se refere à renda recebida por estes trabalhadores notou-se que o salário predominante é de 1,0 a 1,5 salários mínimos. Em relação às famílias onde pelo menos um de seus membros desenvolve algum tipo de atividade não agrícola, notou-se que de um total de 443 mil famílias residentes na zona rural, 208 mil dedicam-se somente à atividades agrícolas, 156 mil a atividades não agrícolas e 79 mil famílias possuem membros que desempenham atividades agrícolas e não agrícolas. Percentualmente estes totais representam 47%, 35% e 18%, respectivamente. São estes 18% que a literatura denomina de “famílias pluriativas”. Em vista do exposto, conclui-se que o trabalhador ali inserido tende a estudar mais; tem um rendimento salarial melhor e melhores condições de vida. Porém, é necessário se observar os pontos fortes de cada região, investir em pesquisas locais que estimulassem o interesse de outras pessoas por essa atividade, criando a infraestrutura necessária.

Palavras-chave: novas ruralidades, pluriatividade, Santa Catarina

¹⁵ Professora Adjunta da UNESPAR, campus Campo Mourão, PR, Brasil. J_llopes@yahoo.com.br

¹⁶ Professora Assistente da UNESPAR, campus Campo Mourão, PR, Brasil. rpontili@yahoo.com.br

THE WORKER OF THE “NEW RURAL” IN SANTA CATARINA STATE: A STATISTICAL ANALISYS FROM PNAD 2011

Abstract: Along the history occurred different transformations in the countryside, particularly about the labor market. One of the most important was the phenomena known as “New Rurality” or “Rurality”. Lots of resident people in the countryside passed to act activities none linked to the agricultural sector, a fact called as Pluriactivity. Thus, targeting to contribute with the theme, this study proposes to make a statistic analysis of the characteristics of workers that live in the countryside of Santa Catarina State, but who developed non-agricultural activities. Thereby, it was used the PNAD (IBGE Statistical Measurement) in 2011. The main conclusions are: of 571.511 workers, 43,92% lives on countryside and develop non-agricultural activities; 36,86% of this workers focus their activities in industry; most is male gender, and the prevalent schooling level is between 9 and 11 years. Regarding to work income, it is observed that the wage is no more than 1.5 minimum wage by months. Concerning to families where at least one member develops any kind of non-agricultural activity, it is observed that in a total of 443 thousand countryside resident families, 208 thousand dedicates only to agricultural activities, 156 thousand to non-agricultural activities and 79 thousand families members which develop agricultural and non-agricultural activities. Percentage these totals represent 47%, 35% and 18% respectively. This 18% is what the literature calls as pluriactivity families. Based on these results, the paper concluded that the worker in this situation tends to study more; has a better wage income; and better life conditions. However, it is necessary to observe the strong sides of each region, invest in local researches that stimulate the concern of other people by this activity, and creating the necessary infrastructure.

Key-words: new rurality, pluriactivity, Santa Catarina State.

INTRODUÇÃO

O século XX foi caracterizado por inúmeras transformações na dinâmica da agricultura brasileira. A partir da década de 1960, a agricultura brasileira iniciou o processo de modernização, com a chamada Revolução Verde, a partir da qual novos objetivos e formas de exploração agrícola passaram a serem utilizadas, provocando transformações no meio rural (BALSAN, 2013). Uma das mudanças mais importantes foi a migração dos sistemas basicamente primários, como o Complexo Rural (século XIX), para outro modelo de agricultura orientada para o Complexo Agroindustrial (início do século XXI), (KAGEYAMA 1987).

Entre a passagem do Complexo Rural para os Complexos Agroindustrial ocorreram diversas mudanças, dentre elas o desenvolvimento do mercado de trabalho, que passa de trabalho escravo para trabalho livre.

Verificou-se também, mudanças na base técnica de produção agrícola que transformam a produção artesanal do camponês numa agricultura moderna, intensiva e mecanizada, estruturada no modelo conhecido como “Revolução Verde”. Além disso, assistiu-se o aprofundamento da divisão social do trabalho a partir do qual a agricultura se converte num ramo de produção da indústria, num processo denominado de “industrialização da agricultura”.

A “modernização da agricultura” e a “industrialização da agricultura” se constituíram em “fenômenos chave” para a formação ou surgimento dos Complexos Agroindustriais, a partir dos quais se identificam conjuntos de atividades fortemente relacionadas entre si, ou seja, *“uma tipologia marcada pelas relações intersetoriais indústria-agricultura-comércio-serviços num padrão agrário moderno, no qual o setor agropecuário passa a ser visto de maneira integrada à indústria”*. (MEDEIROS, 1995:49).

Para integrar a agricultura ao sistema capitalista mundial, especialmente através de mudanças tecnológicas, o governo brasileiro centralizou as decisões e realizou grandes investimentos específicos no meio rural, num modelo que priorizou a agricultura patronal e os grandes complexos agroindustriais. Através do crédito subsidiado, foram realizados grandes investimentos em novas tecnologias. As estratégias de crescimento seguidas pelo país para a expansão e modernização da agricultura seguiram a preferência por incentivos de mercado, em detrimento da ação sobre fatores estruturais como educação, a estrutura da posse da terra,

o estabelecimento de um sistema efetivo de tributação fundiária e sobre as relações de trabalho no meio rural (BALSAN, 2012).

Embora esse processo de modernização tenha sido importante para transformar as atividades agrárias em fins comerciais, este provocou inúmeras mudanças na produção agropecuária. Se de um lado produziu ganhos de produção e produtividade e, conseqüentemente, aumento da renda agrícola, de outro, provocou a expulsão da mão-de-obra rural para os centros urbanos ou outras áreas de fronteira agrícola, além da exclusão de produtores que não conseguiram se incorporar ao processo de modernização. (MÜLLER, 1989).

Graziano da Silva (1999) comenta que a modernização ocorreu de maneira parcial, no sentido de atingir alguns produtos, em algumas regiões, beneficiando alguns produtores e algumas fases do ciclo produtivo, aumentando a dependência da agricultura com relação a outros setores da economia e o grau de desequilíbrio social.

Ouro agravante do processo de modernização da agricultura brasileira é que esta tendeu a favorecer o aumento da participação relativa das camadas mais ricas na apropriação da renda total, culminando com o aumento da pobreza no campo, pois a expansão da grande propriedade com a mecanização e utilização de agroquímicos diminui a necessidade de mão de obra permanente. (GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Com a integração da agricultura com outros setores da economia não só a produtividade agrícola aumenta como também a produtividade do trabalho, de forma que, o trabalho conjunto da família perde espaço para o trabalho individualizado. *“Duas grandes transformações ocorrem no meio rural, i) nova divisão do trabalho no interior das famílias, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem em outras atividades, alheias a sua unidade produtiva e, ii) os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não”*. (GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, 1998:165).

É neste cenário de mudanças que a noção de “Novo Rural” ou “Ruralidade” ganha espaço. Trata-se do reconhecimento de que a atividade agrícola deixou de cumprir seu papel central de geração de renda e emprego e, portanto, *“uma mudança no perfil do emprego em determinadas áreas rurais, num contexto marcado pela maior diversificação de ocupações e fontes de rendas, que vai além da agricultura para os residentes no espaço agrário, é acionada como estratégia para preencher as suas necessidades”*. (TEIXEIRA, 2009:23).

Silva Rodrigues (1998) descreve algumas das atividades desempenhadas nesse “Novo Rural”. Segundo a autora, o que torna esse Rural realmente novo é basicamente o fato de não proceder apenas de atividades relacionadas à agropecuária ou a agroindústria, mais sim, a ampliação de atividades que não faziam parte desse meio, atribuindo-lhe novas funções, tais quais as que se baseiam em lazer, à moradia, a industriais e as de prestação de serviços. Para a autora, apesar de ser realizada no espaço rural, não se restringem ao plantio e a colheita de produtos agrícolas. Trata-se de olhar o mercado de trabalho da zona rural sob um novo prisma, que exige que se situe o que se considera “Meio ou Espaço Rural”.

Wanderley (2001) entende o meio rural como uma maneira de vida, que reflete os indivíduos a si mesmos e o mundo como um todo. Há a ideia de um universo não isolado, porém, com características próprias, adquiridas ao longo da história.

Para outros autores as definições de ruralidade se modificam conforme a área de atuação de cada estudioso, na geográfica, por exemplo, estudiosos defendem que é uma questão de localização, e não setorial, associando muitas vezes carência e precariedade, em diversos países, entre eles o Brasil. (ABRAMOVAY, 1998).

Ruralidade é um conceito de território, onde se acrescenta características comuns, mesmo que não definidas claramente e onde as famílias rurais passam a ficar atentas às alternativas de trabalho e as potencialidades apresentadas, com o intuito de melhorar sua qualidade de vida. (SARACENO, 1996; CARNEIRO, 2006). Trata-se de uma visão que privilegia tanto o aspecto econômico quanto social, na medida em que contempla o aumento no nível de renda familiar e ao mesmo tempo da qualidade de vida dos envolvidos.

Quando se se verifica o fenômeno da combinação das atividades agrícola e não agrícola, por parte dos membros das famílias dos produtores, como uma estratégia planejada e permanente, chega-se ao conceito de “Pluriatividade”. (TEIXEIRA, 2009).

Para Alentejano (1999), a Pluriatividade e seu desenvolvimento representa um aumento da exploração capitalista, ainda englobada nas transformações no mundo contemporâneo, demonstrando uma maior flexibilização e precarização das relações trabalhistas e considerável aumento no lucro do capitalista. Já Rua (2005) designa Pluriatividade como uma forma de não fragmentação da propriedade, pois, torna-se uma possível solução dos problemas agrícolas, “[...] procura-se, cada vez mais, trabalhar fora da unidade produtiva, e membros da família dedicam-se à prestação de serviços externos (tratorista, torneiro, frentista, comerciário, bancário, veterinário, piloto agrícola, etc.); estabelece-se uma estratégia de não fragmentação”. (RUA, 2005:9).

Sacco dos Anjos (2003) entende Pluriatividade como sendo um fenômeno com o objetivo de obtenção de uma maior remuneração. Segundo ele, trata-se do desenvolvimento, pelos componentes de uma mesma família, de diversas atividades da qual obtém remuneração. Estas atividades, por sua vez, podem ser prestadas dentro ou fora do meio de exploração, devido ao fato de que um ou mais integrantes podem trabalhar assalariados, prestando serviço a outros agricultores, ou ainda, industrializando a propriedade, oferecendo o serviço de turismo rural e/ou agro turismo, artesanato, etc., criando espaço para que tudo possa ser aproveitado da propriedade e no seu redor.

No Brasil, grande parte da população ainda reside na zona rural e é exatamente nessa parcela de indivíduos que estão os menos favorecidos, devido às grandes propriedades patronais que criaram grandes espaços vazios, o que afasta o país ainda mais de uma situação de paridade social.

Os pequenos produtores que ainda residem na zona rural e dependem de sua produção para manter-se, vêem na Pluriatividade uma oportunidade de acréscimo na renda. O que para Wanderley (2001), significa dizer, que a maneira em que especificamente é aplicada a Pluriatividade não constitui um abandono das atividades agrícolas e do meio Rural, mas uma estratégia familiar destinada a garantir sua permanência no meio Rural e vínculos com o patrimônio.

Assim, com o objetivo de contribuir com o tema, este estudo se propôs a apresentar uma análise estatística descritiva do “Novo Rural” catarinense. Para tanto, optou-se por dividi-lo em três seções, além desta introdução. Na primeira seção apresenta-se a metodologia e a base de dados. A segunda seção destina-se a apresentação dos resultados e discussões, onde é exposto o perfil socioeconômico das pessoas que residem na zona rural, mas que não desempenham atividades rurais. Já a terceira seção apresenta as considerações finais do estudo.

1-METODOLOGIA E BASE DE DADOS

Para atingir o objetivo proposto, este estudo fez uso da análise estatística descritiva que, segundo Martins e Donaire (1988), baseia-se em resultados de determinada amostra de uma população, buscando inferir, induzir ou estimar as leis de comportamento dessa população. Neste método estatístico os dados quantitativos são coletados, organizados, apresentados e analisados.

A base de dados utilizada para obter as variáveis mencionadas refere-se à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada e disseminada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2011.

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967 com o PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. O referido sistema de pesquisas investiga diversas características socioeconômicas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o país.

Para fazer a seleção do banco de dados e análise estatística dos mesmos utilizou-se o *SASfor Windows V8*.

2- RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção tem por objetivo apresentar, através de uma análise estatística, o quadro socioeconômico da população agrícola residente na zona rural catarinense, mas que trabalha em atividades não agrícolas. Para tanto ela foi subdividida em dois subitens: Aspectos socioeconômicos do Estado de Santa Catarina e Perfil socioeconômico dos trabalhadores catarinenses, residentes na zona rural, mas que desenvolvem atividades não ligadas ao setor agrícola.

2.1 - O Estado de Santa Catarina¹⁷: informações gerais

Localizado na Região Sul do Brasil, o Estado de Santa Catarina, possui 295 municípios, tendo como capital a cidade de Florianópolis e ocupa uma extensão territorial é de 95.736.165 km², sobre o qual vive uma população de 6.248.436 pessoas das quais 5.247.913 residem na zona urbana e 1.000.523, na zona rural. Do total da população rural, 521.839 são homens e 478.684, mulheres. (CENSO, 2010).

¹⁷Estas informações constam em: www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc, e: www.brasilecola.com/brasil/economia-santa-catarina.htm.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,84 e sua economia é diversificada. Trata-se de um Estado onde são desenvolvidas atividades econômicas no ramo da indústria, extrativismo (animal, vegetal e mineral), agricultura, pecuária, pesca, turismo.

O setor industrial atua, principalmente, na produção têxtil, cerâmica e metal mecânico. Na agroindústria as duas maiores empresas de alimentos do Brasil são nativas de Santa Catarina, Sadia e Perdigão. Além dessas empresas existem outras que destacam em diferentes modalidades como na indústria de motor elétrico, indústria de compressores e eletrodomésticos, como a Cònsul e a Brastemp.

Seu extrativismo centra-se na extração de madeiras retiradas das Matas de Araucárias, além de obtenção de ervas e produção de papel. Na extração mineral existem reservas de carvão, fluorita, sílex, além de jazidas promissoras de quartzo, argila, cerâmica, bauxita, pedras semipreciosas, petróleo e gás natural.

No setor agrícola, o Estado ocupa um lugar de destaque na produção de milho, soja, fumo, mandioca, feijão, arroz, banana, batata inglesa, além de ser grande produtor de alho, cebola, tomate, trigo, maçã, uva, aveia e cevada. Na pecuária o estado destaca-se na criação de animais comerciais como bovinos, suínos e aves.

A pesca é considerada uma atividade de extração animal. Em Santa Catarina essa fonte de renda representa um importante papel no panorama econômico. O litoral catarinense é um dos maiores produtores de pescados e crustáceos do Brasil.

Sua imensa quantidade de paisagens e atrativos naturais promove, de forma significativa, o desenvolvimento do turismo no Estado, além de oferecer ao visitante a oportunidade de conhecer a arquitetura e os costumes herdados dos imigrantes europeus. Em suma, essa atividade assume um papel fundamental na receita do Estado.

2.2 - Perfil socioeconômico dos trabalhadores catarinenses residentes na zona rural e que desenvolvem atividades não agrícolas

De acordo com a figura 1, o Estado de Santa Catarina conta com uma população 6.439.389 milhões de habitantes, dos quais, 830.403, correspondem às pessoas com menos de 10 anos de idade; 69.532, os indivíduos com mais de 80 anos e 5.539.454, é a população que está na faixa etária dos 10 aos 80 anos de idade o que representa 86,02% da população total.

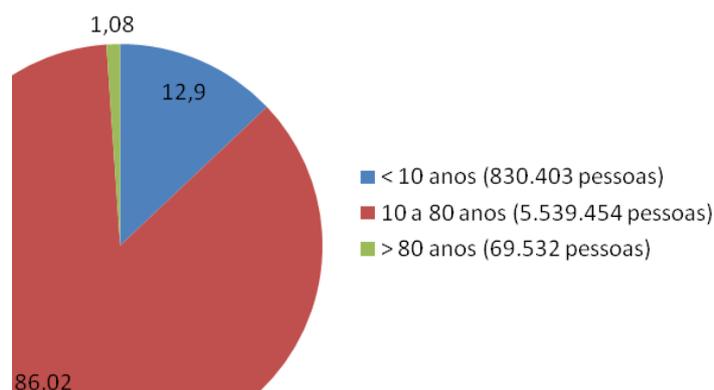


Figura 1: Total da População do Estado de Santa Catarina.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011.

Da população que pertence à faixa etária dos 10 aos 80 anos (5.539.454 pessoas), 4.626.893 residem na zona urbana e 3.053.470 fazem parte da PEA – População Economicamente Ativa. Já dos residentes na zona rural, que somam 912.561 pessoas, 571.511 pessoas fazem parte da PEA. Na Figura 2, são apresentados estes resultados.

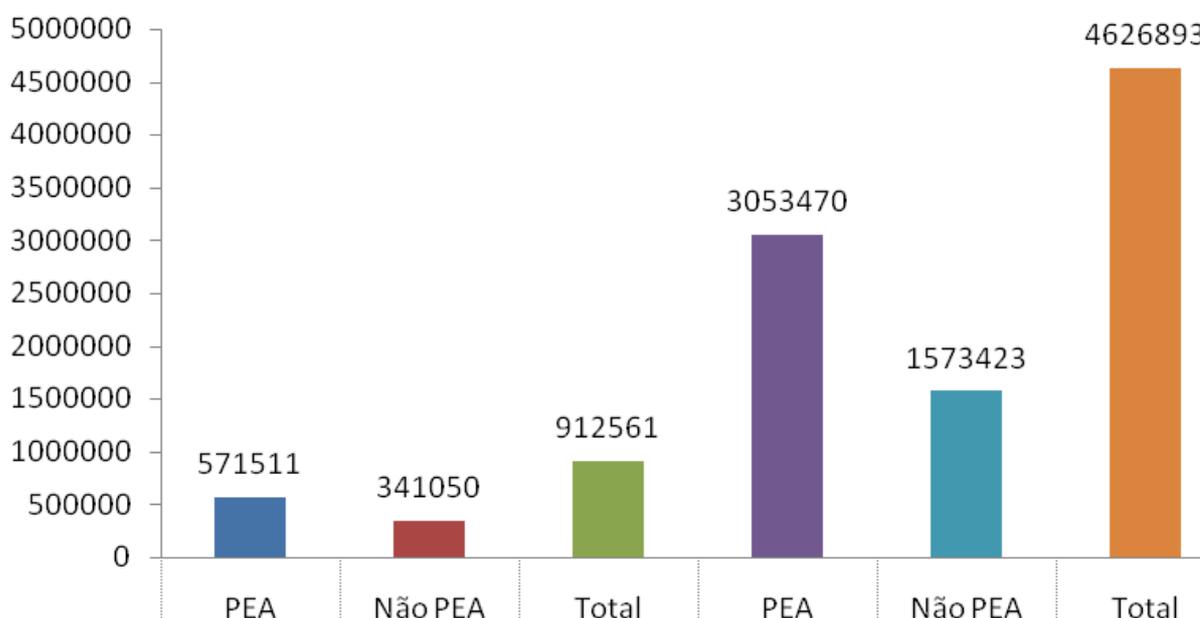


Figura 2: Total da População Economicamente Ativa (PEA), de Santa Catarina, segundo a Zona de residência e o fato de estar trabalhando ou não.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011.

Contudo, nem todos os trabalhadores residentes na zona rural catarinense desempenham atividades não agrícolas. Conforme pode ser visto na Figura 3, do total da população residente na zona rural, destacado na Figura 2, acima, 56,08% residem na zona

rural e desempenham atividades ligadas ao setor agrícola, enquanto que 43,92% executam atividades não agrícolas.

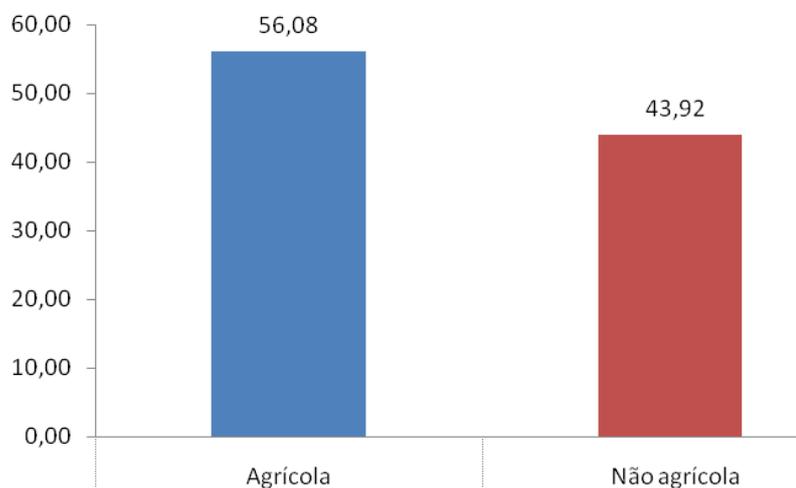


Figura 3: Total da População Trabalhadora e o fato de residir na Zona Rural e desempenhar atividades agrícolas e não agrícolas.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011

Assim, para cumprir o objetivo desta pesquisa, selecionou-se somente trabalhadores que moram na zona rural e que desempenham atividades não agrícolas, o que representa um total de 246.348 trabalhadores. A escolha desta população decorre do fato de que o estudo em foco visa demonstrar que as atividades na zona rural tem se tornado diversificado de suas vertentes agrárias.

Em relação aos setores de atividades, nota-se, segundo a Figura 4, que estes trabalhadores desempenham atividades em praticamente todos os setores de atividade econômica não agrícola. A indústria é o setor que mais emprega trabalhadores que residem na zona rural, com 36,83% da mão de obra total, o que representam, 90.735 trabalhadores. Em seguida vem o comércio, no qual 18,28% ou 45.025 pessoas estão trabalhando. Além disso, na construção civil encontram-se 11,56% da população. Outras áreas que se destacam ainda são o setor de serviços e o setor de educação e social, empregando 8,87% e 7,79% respectivamente.

Schneider (2007) tem salientado que o crescimento de atividades não agrícolas tem sido contínuo, enquanto que a redução da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada nas atividades rurais tem sido constante.

Segundo Souza (2004), os empregadores agrícolas têm buscado formas de diversificar a própria renda, investindo em outras atividades em suas propriedades, as atividades não

agrícolas. Segundo Gasson (1998), as explorações agrícolas em grande escala têm princípios pluriativos não devido às qualificações dos operadores, mas por diversificar a forma de utilização de recursos ou dos investimentos relacionados à propriedade.

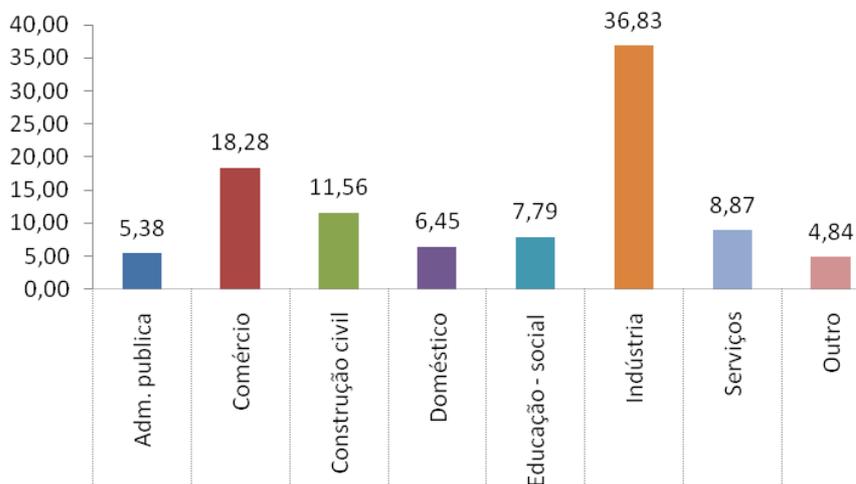


Figura 4: Total dos trabalhadores, residentes na Zona rural, segundo os setores de atividade econômica e o fato de desempenharem atividades não agrícolas.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011.

Este estudo também procurou verificar qual era a cor ou raça predominante em meio a estes trabalhadores. Conforme se observa na Figura 5, o que predomina são pessoas da cor ou raça branca, correspondente a 91,13% da população total de trabalhadores que residem na zona rural e desempenham atividades não agrícolas, percentual que corresponde a 224.491 pessoas.

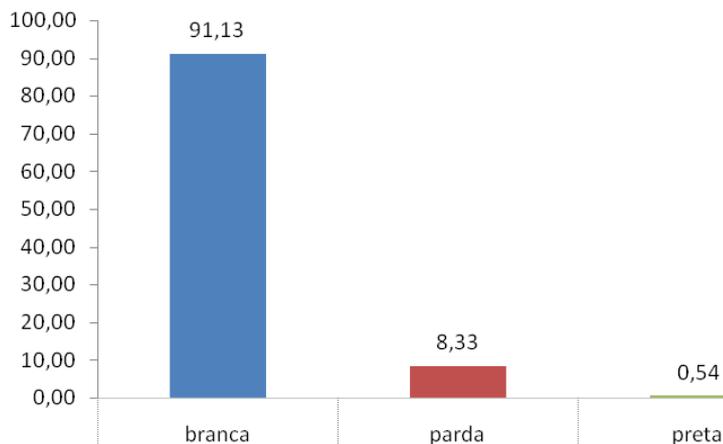


Figura 5: Total dos trabalhadores, residentes na Zona rural, que desempenham atividades não agrícolas, segundo a cor ou raça.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011.

Quando se observa o sexo dos trabalhadores residentes na Zona rural, Figura 6, nota-se que predominam os trabalhadores do sexo masculino. Contando com um total de 141.053 pessoas referente a 57,26% do total, enquanto os trabalhadores do sexo feminino representam 42,74% dos trabalhadores ou um total de 105.295 pessoas.

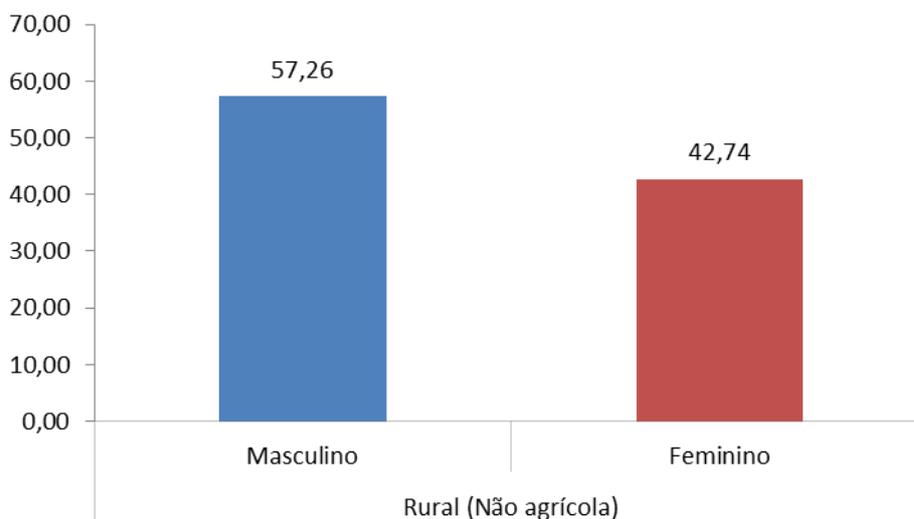


Figura 6: Total dos trabalhadores, residentes na Zona rural, que desempenham atividades não agrícolas, segundo o sexo.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011.

No que diz respeito à escolaridade desses trabalhadores, pode-se notar pela Figura 7 que 92.708 dos trabalhadores, ou seja, 31,63% dos trabalhadores, tem de 9 a 11 anos de estudo. Apenas 15.232, ou seja 6,18% dos trabalhadores, não possuem qualquer nível de instrução. Observa-se uma tendência crescente, ou seja, conforme aumenta o nível de instrução, aumenta também o número de trabalhadores que desempenham atividades não agrícolas, indicando uma relação direta entre o nível escolar e a atividades econômica que estes desempenham. O que se quer dizer com isto é que as atividades não agrícolas exigem trabalhadores mais preparados, em termos educacionais.

Segundo Soares (2008) ao longo dos anos, nota-se avanços consideráveis nos números da educação no país. Amorim *et al* (2008) em seu estudo defende que a escolaridade tem sido o maior capital humano convergido em gerenciamento, inovações e técnicas produtivas. Apesar de ainda ter uma baixa escolaridade, há tendências de melhora.

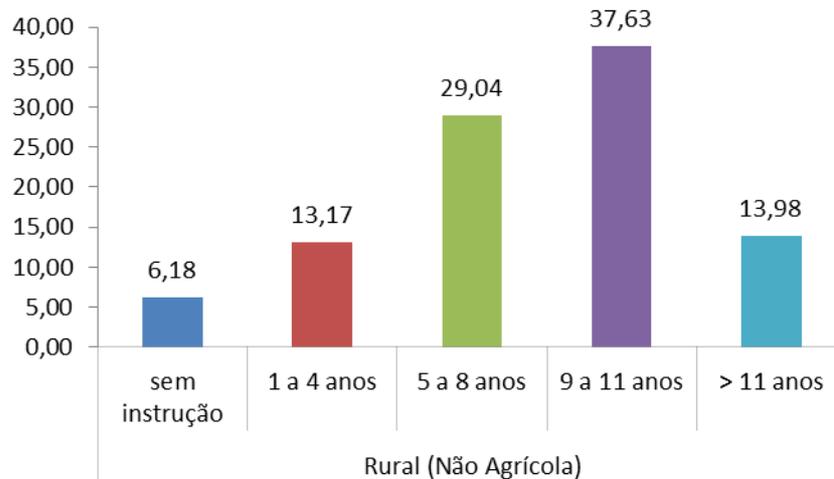


Figura 7: Total dos trabalhadores, residentes na Zona rural, que desempenham atividades não agrícolas, segundo os anos de estudo.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011.

Outra variável analisada por este estudo refere-se à renda recebida por estes trabalhadores. Na Figura 8 pode-se observar que o rendimento recebido pelos trabalhadores residentes na zona rural, mas que não desenvolvem atividades agrícolas. Os dados dessa figura demonstram que a grande maioria dos indivíduos que dedicam-se às atividades não agrícolas, ou seja, 28,23% dos trabalhadores, recebem de 1 a 1,5 salários mínimos. Enquanto 21.191 trabalhadores recebem menos que 0,5 salário mínimo, perfazendo 8,6% dos trabalhadores. Nota-se também que há uma relação inversa entre número de trabalhadores e o nível salarial maior, ou seja, conforme aumenta o nível salarial, diminui a quantidade de trabalhadores pertencendo a esta categoria.

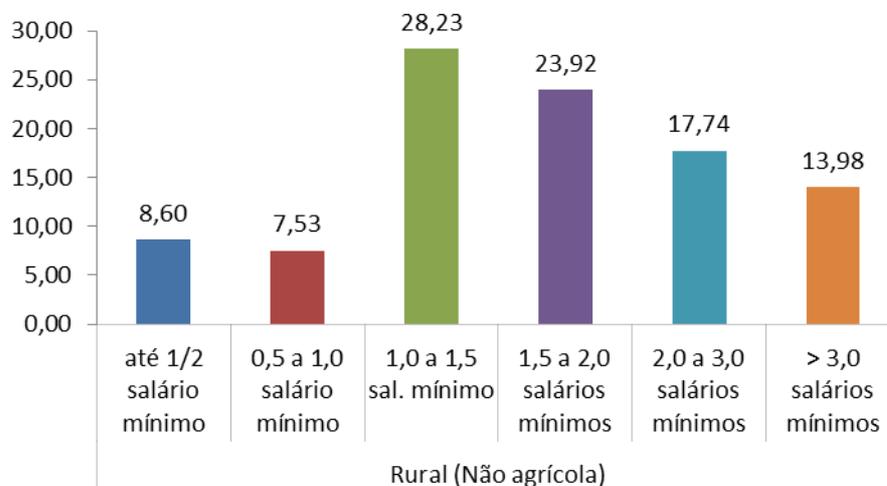


Figura 8: Total dos trabalhadores, residentes na Zona rural, que desempenham atividades não agrícolas, segundo o rendimento salarial.

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, 2011.

Finalmente, apresenta-se na Figura 8 o total de famílias, residentes na zona rural. Nota-se que de um total de 443.000 famílias, 208 mil famílias todos os seus membros desempenham atividades somente no setor agrícola da economia; 156 mil famílias dedicam-se somente às atividades não agrícolas e somente 79 mil famílias são compostas por indivíduos que estão desempenhando atividades nos dois setores ao mesmo tempo: agrícola e não agrícola. Portanto, são estas famílias que a literatura tem designado de Famílias Pluriativas.

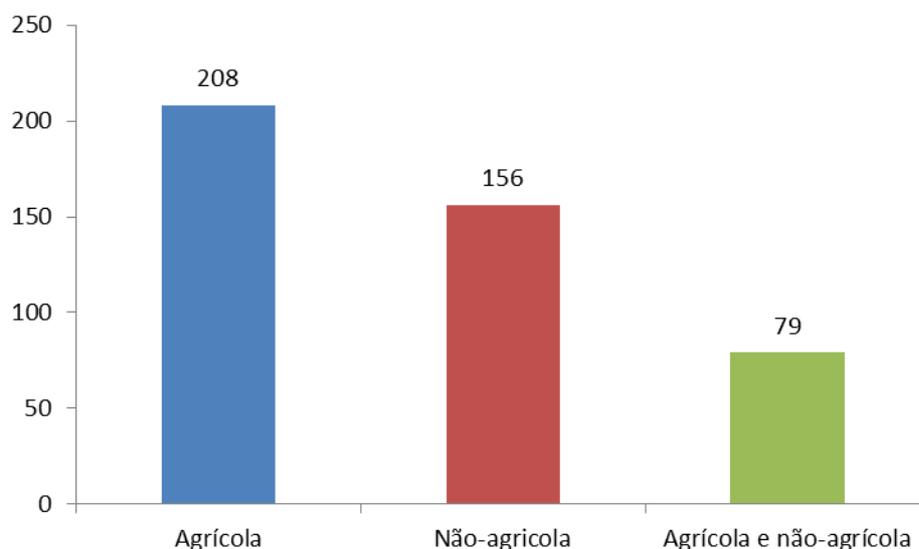


Figura 9: Total das famílias, residentes na Zona rural, que desempenham atividades “agrícolas”, “não agrícolas” e “agrícolas e não-agrícolas”,

Fonte: Resultados da pesquisa e a partir dos dados da PNAD, 2011.

Vale registrar que este estudo esbarrou em questões técnicas no sentido de que, utilizando-se os dados da PNAD, foi possível identificar os membros de uma mesma família, contudo não se consegue isolar as características socioeconômicas relativas a cada membro, dentro de cada família.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por finalidade fazer uma análise estatística descritiva das características socioeconômica dos trabalhadores agrícolas que desempenham atividades não agrícolas no Estado de Santa Catarina. Estas atividades, comumente designadas de “Novo Rural” ou “Ruralidade”.

Para atingir o objetivo proposto, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano 2011, realizada e disseminada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os principais resultados verificados são:

- a. Do total de indivíduos que fazem parte da PEA, ainda predominam trabalhadores residentes na zona rural executando atividades agrícolas, ou seja, a grande maioria ainda se dedica as atividades de cunho rural;
- b. Dos trabalhadores que residem na zona rural e que executam atividades não agrícolas, predominam trabalhadores desempenhando suas funções no setor industrial da economia.
- c. Considerando a variável raça, nota-se que há predominância da cor branca entre os trabalhadores das atividades não agrícolas;
- d. Segundo a variável escolaridade nota-se que a grande maioria dos trabalhadores possui de 9 a 11 anos de escola. Notou-se também uma relação diretamente proporcional entre números de trabalhadores e nível escolar, no sentido de que existe mais trabalhador com maior grau de escolaridade.
- e. No que tange ao rendimento, os indivíduos que se dedicam as atividades não agrícolas, tem rendimento salarial maior, e conforme aumenta o salário, diminui o número de trabalhadores ocupados nestas atividades.
- f. Em relação às famílias compostas por membros que desempenham atividades agrícolas e não agrícolas, observou-se que somente 18% dessas estão trabalhando nos dois setores ao mesmo tempo.

A renda recebida pelos trabalhadores em atividades não agrícolas tem um nível relativamente maior do que aqueles que se dedicam unicamente as atividades rurais. Para as atividades não agrícolas faz-se necessário um maior grau de instrução, pois os serviços antes considerados mecânico e braçal passam a exigir um conhecimento maior em sua execução. Homens e mulheres dividem o mercado de trabalho, porém, ainda há predominância masculina.

Este estudo confirma que o Estado de Santa Catarina tem seguido a tendência nacional, onde trabalhadores da zona rural estão cada vez mais diversificando seus trabalhos e encontrando formas alternativas de aumentar a renda através das atividades não agrícolas.

Alguns autores têm defendido a necessidade de diversificação na área rural, porém, que esta não pode ser realizada sem planejamento. Silva *et al* (1999), sugerem pontos que devem ser identificados para que ocorra essa diversificação, destacando-se: observar as potencialidades do meio, tanto para atividades agrícolas como as não agrícolas; criar o interesse da comunidade local afim de que ela participe; solucionar problemas de infraestrutura que criam impasses ao aproveitamento das oportunidades; reestruturar os instrumentos institucionais para um maior fortalecimento dos setores; atualizar as pesquisas agropecuárias e de extensão rural do setor público, etc.

Finalmente destaca-se que a hipótese levantada neste estudo se confirmou, ou seja, os trabalhadores que estão desenvolvendo atividades não agrícolas têm recebido renda superior àqueles que se dedicam exclusivamente as atividade agrícolas. Tal fato já foi destacado em estudos que analisaram a situação de pobreza no campo. Rocha (1997), utilizando-se de dados da PNAD, verificou que a proporção de pobres que residiam no meio urbano do Brasil chegava a 26,8% e era significativamente inferior à proporção da população pobre domiciliada no meio rural, que era de 39,2% da População Economicamente Ativa (PEA). Lopes e Pontili (2010), também mostraram que os moradores da área urbana têm menor probabilidade de serem pobres ou indigentes, comparativamente àqueles residentes na área rural.

Outro fato que se constatou em muitas pesquisas foi em relação ao nível de escolaridade e a renda recebida pelos trabalhadores exclusivamente agrícolas. Estes estudos apontam para um grande contingente executando tarefas agrícolas sem nenhum rendimento ou trabalhando para o próprio consumo e a predominância de um nível escolar que não ultrapassava a 4 anos de estudo. (BUAINAIN, *et al* , 2010; LOPES, PONTILI e ALMEIDA, 2011; LOPES, PONTILI e COSTA, 2012).

Dentre os fatores que contribuíram de maneira decisiva para a perpetuação da pobreza no meio rural está a maneira como é organizado o mercado de trabalho. Na concepção de Balsan (2011), isto decorre do fato de, o novo padrão de desenvolvimento econômico tem provocado exclusão do homem do campo da geração de emprego, diminuição da renda, entre outros, ocasionando conseqüentemente, desordem no espaço rural, decorrente da competitividade do capitalismo.

As condições econômicas, sociais e políticas brasileiras evidenciam disparidade entre diferentes classes sociais, marginalizando diretamente as classes menos favorecidas, como os

agricultores com baixo poder aquisitivo, pequenos proprietários e agricultores familiares com área restrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para Discussão n. 72. IPEA, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R.. **Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?** In: TEDESCO (org.): **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 394p.

BALSAN, Rosane. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11787/6900>. Acesso em: fev/2013.

CARNEIRO, Maria José Teixeira. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica**. In: A diversidade da Agricultura Familiar. Sérgio Schneider (org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.165-185.

GRAZIANO SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 240 p.

_____. **O novo mundo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. **O Novo Rural Brasileiro**. Oficina de Atualizações: Ocupações Rurais não Agrícolas, 1998, p. 165-173. Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf. Acesso em 20/02/2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.org.br>. Acesso em: 20/02/2013.

KAGEYAMA, A (Coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: UNICAMP/IE, 1987.

MARTINS, G. de A.; DONAIRE, D. **Princípios de estatística**. São Paulo: Atlas, 3. ed., 1988.

MEDEIROS, Natalino H. **A competição schumpeteriana e a organização cooperativa: o caso da "COCAMAR"**. São Paulo, 1995. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; Departamento de Economia.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989. 149 p.

RUA, João. **Urbanidades no rural em um trecho da região serrana fluminense – a rodovia Teresópolis – Nova Friburgo**. In: I Encontro de Grupos de Pesquisa – agricultura, desenvolvimento regional e transformações sócio-espaciais. Rio de Janeiro: 2005. I Encontro de Grupos de Pesquisa.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374p.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade**: Problemas de definição em escala europeia. Seminário INEA sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais. Roma: 1996. Tradução de Angela Kageyama.

SILVA RODRIGUES, Vera Lúcia Graziano da. **Organizações empresariais por produto: o caso da cana-de-açúcar e da laranja em São Paulo**. Publicado em Cadernos do instituto de Ciências Humanas (I.C.H.), PUC – Campinas, n.8, 1998.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense**: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares. Campinas, SP: [s.n.], 2009. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Em publicacion: *¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. P. 30-44. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: 01/03/2013.

O MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE CRICIÚMA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA MATRIZ INSUMO-PRODUTO

Giovani da Silva Mendes¹⁸
Thiago Rocha Fabris¹⁹

RESUMO: Atualmente o município de Criciúma busca entender sua estrutura produtiva. Por este motivo torna-se necessária a construção de instrumentos de análise regional que possibilitem essa compreensão. A Matriz de Insumo-Produto tem papel essencial para a elaboração de políticas públicas e/ou privadas e deve ser utilizada como instrumento pelos formuladores de políticas econômicas. Fundamentado nas principais teorias e métodos de desenvolvimento regional o artigo apresenta o comportamento setorial em termos do valor bruto de produção e valor adicionado correlacionando-os com o mercado de trabalho formal para o município de Criciúma. No segundo momento apresentam-se os conceitos metodológicos que envolveram a construção da Matriz de Insumo-Produto. Por fim, constata-se que Criciúma possui uma estrutura produtiva diversificada, apresentando grandes setores prestadores de serviços que ostentam um número elevado de postos de trabalho formais.

Palavras-chave: estrutura produtiva, mercado formal de trabalho, Criciúma

THE FORMAL LABOR MARKET IN CRICIUMA CITY: AN ANALYSIS FROM INPUT-OUTPUT METHOD

ABSTRACT: Nowadays the city of Criciúma tries to understand its productive structure system. Therefore the construction of regional analysis tool which allow this comprehension is necessary. The Input/Output Method has an essential role on the formulation of public and private policies and must be utilized as an instrument by the policymakers. Grounded on the main theories and methods of regional development, the paper presents the sectorial behavior in gross production value and added value terms, correlating them with the formal labor market for the city of Criciúma. In the second moment the paper presents the methodological concepts which involved the construction of the input/output method. Lastly, it is noted that Criciúma has a diversified production structure, presenting large service provider sectors which shows a raised number of formal jobs.

Key-words: productive structure system, formal labor market, Criciúma city

¹⁸Graduado em Economia pela Unesc. Email: giovanihansi@gmail.com

¹⁹Professor e Coordenador do Departamento de Economia da Unesc. Email: thiagorfabris@unesc.net

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento econômico do município de Criciúma confunde-se com a história do complexo carbonífero na região do extremo sul catarinense. Até meados de 1980 as atividades ligadas à extração do carvão mineral eram beneficiadas por incentivos públicos federais que fortaleceram e consolidaram esta atividade econômica. Por consequência do seu bom desempenho, Criciúma registrou altas taxas de crescimento, colocando-se entre as principais economias do estado de Santa Catarina.

As mudanças nas políticas do governo federal na década de 1980, influenciadas pelo neoliberalismo, levaram o governo, no primeiro momento, a retirar grande parte dos subsídios que eram fornecidos para atividade extrativista mineral da região. Posteriormente no governo de Collor, a situação agravou-se, através da portaria nº 801 do Ministério da Infraestrutura de 17 de setembro de 1990, que autorizava pessoas jurídicas a importar carvão mineral. Em decorrência disto, o carvão catarinense perdia mercado para o produto importado, de melhor qualidade.

A atividade extrativa mineral tinha participação significativa na economia de Criciúma, principalmente no que diz respeito à geração de empregos. Com o desmantelamento do complexo carbonífero, a estrutura produtiva do município enfraqueceu-se, ocasionando a eliminação de vários postos de trabalho. Alguns setores da indústria, a exemplo o de produtos cerâmicos, plásticos e recentemente o de produtos químicos e de artigos de vestuário desenvolveram-se densamente na economia cricumense. Essas atividades econômicas, que se mantiveram presentes na diversificada estrutura produtiva de Criciúma, ficaram responsáveis por manter as elevadas taxas de crescimento do período áureo do carvão mineral. Do mesmo modo, teriam que absorver a mão de obra desempregada oriunda das atividades carboníferas.

Contudo, atualmente no âmbito do mercado de trabalho formal, mediante as informações do Ministério do Trabalho e Emprego, a geração de empregos nos setores industriais não é tão expressiva em relação aos outros setores da economia, como comércio e serviços. Os resultados recentes sobre o valor adicionado do município, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, demonstraram o declínio da participação do município no valor adicionado estadual. Evidenciando que, na atual estrutura produtiva de Criciúma, mesmo com a geração de empregos crescente nos últimos anos, os postos de trabalho formais criados estão sendo alocados em setores que agregam menor valor

à economia do município, fazendo com que haja declínio no valor adicionado real por empregado.

A diversificação da estrutura produtiva de um município dificulta o aferimento das políticas econômicas que nela são aplicadas, sejam em nível local ou nacional. Desse modo, um método de análise regional que vem sendo utilizada com frequência em estudos sobre as relações produtivas da economia é a matriz de insumo-produto. Ela é uma ferramenta que pode auxiliar na decisão de como planejar, investir e desenvolver a região, a partir das relações inter-setoriais de sua própria estrutura produtiva (WIEBUSCH; FOCHEZATTO, 2008).

O presente artigo viabilizou-se no aspecto bibliográfico, pelo vasto material existente em torno do assunto. Os dados, em sua maioria, foram provenientes da matriz de insumo-produto de Criciúma – SC para o ano de 2009, os quais forneceram informações suficientes para responder a questão central do estudo: Como foi o comportamento do mercado de trabalho de Criciúma, a partir da análise da sua matriz de insumo-produto no ano de 2009?

Diante deste contexto procurou-se verificar, com base nas teorias de desenvolvimento regional com foco no modelo de matriz de insumo-produto, quais os setores da estrutura produtiva de Criciúma que melhor respondem aos aumentos de demanda final, em relação à geração de renda, valor adicionado e emprego. Também se buscou investigar como as alterações na demanda final dos setores impactam o mercado de trabalho formal de Criciúma.

Este artigo é de vasta importância para o entendimento da estrutura produtiva do município, uma vez que as relações entre o mercado de trabalho formal e o nível de produção dos setores da economia de Criciúma possibilitarão identificar os gargalos e ajustes necessários para o seu desenvolvimento econômico. De modo apropriado ao período recente no qual a economia do município procura um norteamento para voltar a alocar-se entre as maiores economias do estado.

I-DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ASPECTOS TEÓRICOS

Antes de falar sobre o desenvolvimento regional, existe a necessidade de definir os conceitos de região. Todavia, não existe um consenso entre os economistas sobre este assunto. Neste sentido, esta seção visa refletir sobre os conceitos de espaço e região, com o objetivo de esclarecê-los, facilitando a discussão sobre o desenvolvimento regional.

1.1 Espaço e região

Os economistas encontram-se divididos acerca do conceito de região, sendo que para alguns a região é considerada uma entidade real, objetiva, concreta, que facilmente é identificada, quase que em uma região natural. Para outros, não passa de uma forma de classificação, por vezes um modelo que pode facilitar a análise, diferenciando espacialmente o objeto de estudo (LOPES, 2001).

Souza (2009, p. 12-13) afirma que “uma região forma uma identidade, apresentando características semelhantes, ela se apresenta como um campo de forças, atraindo unidades econômicas e organizando todo o território à sua proximidade”.

Não devem confundir-se os conceitos de espaço e região. Conforme Lopes (2001), o espaço pode definir-se mesmo que o conjunto de dados econômicos localizados seja advindo de localidades dispersas. Assim, o espaço pode ser mensurado por suas características e a forma de suas ligações de interdependência. “O espaço pode ser visto através de três noções: geográfico, matemático e econômico”. (BOUDEVILLE, 1972 apud SOUZA, 2009, p.13).

A ideia de espaço se diferencia da noção de região pela restrição de contiguidade. A região, necessariamente, precisa ser constituída por um território contínuo, delimitado por uma fronteira. O espaço econômico pode ter descontinuidades. “O espaço econômico de um centro urbano-industrial, por exemplo, ultrapassa as fronteiras político-administrativas daquilo que se poderia denominar de região do referido centro”. (SOUZA, 2009, p.13).

O espaço geográfico condiz com uma noção básica de espaço, que leva em consideração as variáveis, solo, relevo, clima e de acessibilidade aos homens, sem quaisquer considerações técnicas ou econômicas. O espaço matemático corresponde às relações técnicas de variáveis econômicas, fora de uma representação geográfica. As relações técnicas entre as indústrias, a partir de uma matriz de insumo-produto, formam um exemplo. Isto ocorre através das relações desenvolvidas nos complexos interligados, de certo modo, diretamente ou indiretamente, com as outras indústrias intermediárias. Aplicando o espaço matemático ao espaço geográfico, cria-se o espaço econômico (SOUZA, 2009). Nas palavras de Lopes (2001, p.28), “O espaço econômico, de resto, vem a inserir-se no âmbito mais vasto do espaço social, que é uma noção globalizante”.

II- CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

O município Criciúma está localizado na região do extremo sul do estado, pertencendo a Amrec²⁰ e a 21ª SDR²¹ de Santa Catarina. Sua área geográfica é de 235,63 km², o que representa aproximadamente 0,25% da área do estado de Santa Catarina. Segundo o último censo do IBGE, existiam 192.308 habitantes no município em 2010. A população é praticamente urbana, aproximadamente 98,6% da população vive na cidade e apenas 1,4% no campo. A população urbana feminina corresponde a 50,9% do total urbano. Em relação à população rural, o gênero masculino supera o feminino, representando 58,3% desse total. Isto justifica a densidade demográfica de 816,15 hab./km² do município, superior ao resultado verificado no estado de 65,29 hab./km².

2.1 - Indicadores econômicos

Em 2009, o Produto Interno Bruto (PIB) de Criciúma foi de aproximadamente R\$ 3,19 bilhões, o que representou 2,46% do PIB catarinense. Contudo, a representatividade do PIB criciumense em relação ao estadual já foi maior. Em 1999, o PIB de Criciúma atingiu mais de R\$ 1 bilhão, participando em 2,86% do total do PIB de Santa Catarina que foi de R\$ 37,15 bilhões.

Tabela 1 - PIB de Criciúma e Santa Catarina em valores reais correntes (mil reais)

Ano	Criciúma	Santa Catarina	Participação (%) de Criciúma no PIB de SC
1999	1.061.107	37.151.230	2,86
2000	1.221.207	43.311.914	2,82
2001	1.350.061	48.748.248	2,77
2002	1.497.772	55.731.863	2,69
2003	1.688.728	66.848.534	2,53
2004	1.956.874	77.392.991	2,53
2005	2.119.593	85.316.275	2,48
2006	2.381.129	93.146.754	2,56
2007	2.534.434	104.622.947	2,42
2008	2.790.760	123.282.295	2,26
2009	3.190.218	129.806.256	2,46

Fonte: IBGE (2012)

²⁰Compõem atualmente a AMREC os municípios de Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Lauro Muller, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

²¹Constituída pelos mesmos municípios da AMREC.

Verifica-se na Tabela 1, que desde 1999 a representatividade do PIB de Criciúma em relação ao catarinense registra queda na comparação com o ano imediatamente anterior, exceto em 2006 e 2009. Percebe-se que o crescimento do PIB do estado foi maior que o PIB do referido município.

No que diz respeito ao PIB per capita, Criciúma registrou um valor de R\$ 16.919 em 2009. Abaixo da média verificada no estado para o mesmo ano, que foi de R\$ 21.215. Conforme verificamos na Tabela 2, a diferença entre o PIB per capita de Criciúma e o catarinense já foi menor. No ano 2000, a diferença era de apenas R\$ 920 em valores nominais.

Tabela 2 - PIB per capita de Criciúma e Santa Catarina em valores reais correntes (R\$)

Ano	PIB per capita Criciúma	PIB per capita de SC
2000	7.166	8.086
2001	7.792	8.947
2002	8.535	10.082
2003	9.496	11.922
2004	10.860	13.610
2005	11.425	14.543
2006	12.650	15.633
2007	13.275	17.295
2008	14.922	20.369
2009	16.919	21.215

Fonte: IBGE (2012)

Sobre o Valor Adicionado (VA), conforme se verifica na Tabela 3, a participação de Criciúma no total do VA de Santa Catarina apresenta queda comparando o ano 2000 com o ano de 2009. Se em 2000 a participação do VA de Criciúma no VA total do estado era de 2,73%, em 2009 a representatividade diminuiu para 2,54%.

Tabela 3 - Valor Adicionado a preços correntes de Criciúma e Santa Catarina (Mil Reais)

Ano	Criciúma (A)	SC (B)	% (A/B)
2000	1.056.349	38.679.515	2,73
2001	1.170.392	43.223.948	2,71
2002	1.302.710	48.995.185	2,66
2003	1.469.422	58.764.583	2,50
2004	1.724.580	68.497.218	2,52
2005	1.885.969	74.581.637	2,53
2006	2.131.026	81.545.695	2,61
2007	2.262.310	91.316.494	2,48
2008	2.467.548	106.990.500	2,31
2009	2.880.695	113.332.405	2,54

Fonte: IBGE (2012).

O mercado de trabalho formal de Criciúma apresentou resultados expressivos na geração de empregos entre os anos 2000 e 2009. Existiam 33.637 postos de trabalho formais no município em 2000, número que se elevou para 54.432 empregos formais no ano de 2009. O setor que detém o maior número de empregos formais no município é o comércio varejista. Em 2009, o setor representava 21,3% dos postos de trabalho formais de Criciúma. Ou seja, de cada cinco empregos formais que existiam neste ano no município, um encontrava-se em empresas do comércio varejista. As atividades ligadas ao setor de administração técnica e profissional também ganharam destaque nos últimos anos, visto o aumento de sua participação entre 2000 e 2009. O setor em 2009 correspondia a 9,75% do total de empregos de Criciúma, sendo depois do Comércio varejista o maior empregador. No lado industrial, a atividade que mais se destacou foi a indústria têxtil, sendo que em 2009 representava 9,7% dos empregos formais do município.

Em relação à remuneração média mensal dos trabalhadores, verifica-se na Tabela 4, que existiram muitas mudanças entre os anos 2000 e 2009, no que diz respeito à concentração de empregos.

Tabela 4 - Número de empregos por faixa de remuneração média mensal em Criciúma (2000, 2005 e 2009).

Salários Mínimos	Ano 2000	(%)	Ano 2005	(%)	Ano 2009	(%)
Até 0,50	40	0,1	57	0,1	128	0,2
0,51 a 1,00	574	1,7	1.059	2,4	1.777	3,3
1,01 a 1,50	2.555	7,6	7.004	16,0	18.094	33,2
1,51 a 2,00	4.894	14,5	13.008	29,7	11.873	21,8
2,01 a 3,00	11.427	34,0	10.401	23,7	10.514	19,3
3,01 a 4,00	5.048	15,0	4.317	9,8	4.385	8,1
4,01 a 5,00	2.864	8,5	2.198	5,0	2.201	4,0
5,01 a 7,00	2.741	8,1	2.138	4,9	2.187	4,0
7,01 a 10,00	1.745	5,2	1.494	3,4	1.153	2,1
10,01 a 15,00	857	2,5	774	1,8	625	1,1
15,01 a 20,00	321	1,0	349	0,8	237	0,4
Mais de 20,00	449	1,3	341	0,8	161	0,3
{ ñ class. }	122	0,4	705	1,6	1.097	2,0
Total	33.637	100	43.845	100	54.432	100

Fonte: RAIS/MTE e IBGE (2012)

Obs.: Salário mínimo a valor corrente no ano vigente.

No ano 2000, a faixa de remuneração média mensal com maior representatividade foi a de 2,01 a 3,00 salários mínimos que concentrava 11.427 postos de trabalho, correspondendo

a 34% do total de empregos do município. Em 2009, esta mesma faixa de remuneração média mensal representou apenas 19,3% do total de empregos de Criciúma. Em 2005 a faixa de remuneração média mensal com maior participação era a de 1,51 a 2,00 salários mínimos, com uma participação de 29,7% do total. Já em 2009, a faixa de remuneração média mensal que deteve o maior número de empregos foi a de 1,01 a 1,50 salários mínimos, representando 33,2% dos empregos formais do município. Percebe-se que a participação dos empregos que remuneraram em média mensalmente entre 1,01 a 1,50 salários mínimos aumentou significativamente entre o ano 2000 e 2009.

III-MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO

A matriz de insumo-produto é um instrumento de desenvolvimento regional. A literatura do modelo de insumo-produto surgiu através dos pressupostos da matriz de *Leontief* (1936). Entretanto, como observou Richardson (1978) às discussões teóricas acerca da análise de insumo-produto iniciaram antes da publicação de *Leontief*. Em 1758, *François Quesnay* já trabalhava com os conceitos de fluxo circular, equilíbrio geral e relações interindustriais e paulatinamente Walras já analisava a interdependência entre setores produtivos da economia, que foi destacada no seu modelo de equilíbrio geral.

O modelo de uma só região é um modelo "aberto" que nos permite estabelecer os efeitos das mudanças exógenas na demanda final sobre as atividades econômicas da região individual. Mas não constitui um sistema inter-regional, porque as origens dessas mudanças na demanda final não são estabelecidas e as repercussões "transbordantes" das conseqüentes mudanças na atividade econômica regional não são inteiramente percebidas. Em resumo, o modelo de região única nos permite tomar conhecimento dos feedbacks interindustriais locais, mas negligencia os feedbacks inter-regionais. (RICHARDSON, 1978, p.61)

Ainda de acordo com o autor, este modelo é mais utilizado para análises de uma única região, sendo um modelo parcial. Em relação aos seus impactos econômicos na região de estudo e quanto à sua agregação com o resto do mundo com outra região. Na estrutura da indústria local, as relações que acontecem internamente entre os setores são mantidas, mas o modelo não pode explicar os efeitos e interdependências com as outras regiões econômicas.

3.1 - O modelo de insumo-produto

O modelo de insumo-produto é derivado das relações contábeis que os setores da estrutura produtiva da economia realizam. A construção das matrizes de insumo-produto obedece ao princípio contábil de dupla entrada, sendo assim, em seu formato matricial, cada célula representa duas transações, as receitas ficam na linha e as despesas na coluna, de forma que o montante de receitas das linhas iguale-se ao montante de despesas da coluna. A metodologia da construção pode variar, adaptando a região determinada em função de aspectos históricos ou particulares. Pela diversidade das fontes de dados utilizados na construção da matriz, o resultado geralmente não é de uma matriz balanceada, ou seja, o total de linhas e colunas não será semelhante, sendo indispensável à utilização de métodos matemáticos para promover o balanceamento (FOCHEZATTO, 2008).

3.2 - Multiplicadores de insumo-produto

Segundo Lopes (2001), os modelos de insumo-produto além de caracterizarem a estrutura econômica de uma região de estudo, permitem realizar a avaliação dos efeitos multiplicadores sobre a produção, renda e emprego. Sendo de grande importância para a sustentação das decisões de políticas econômicas implantadas e por consequência seus impactos na região.

Através do conceito do multiplicador podemos estimar as repercussões que as mudanças no nível de dispêndios têm sobre a renda total. O multiplicador keynesiano original de renda desenvolvido na teoria macroeconômica tem analogias diretas ao nível regional sob a forma dos multiplicadores de renda regional e de base econômica. [...] os modelos de insumo produto nos dão um conjunto de multiplicadores cuja característica principal é serem desagregados, capazes de reconhecer que o impacto total sobre a renda (produção, emprego) varia de acordo com o setor em que se origina a mudança na renda. (RICHARDSON, 1978, p. 39)

Neste contexto, percebe-se a importância destes instrumentos na análise do impacto provocado pelas alterações de renda na economia local. Inicialmente distinguimos aqui, os principais tipos de multiplicadores.

3.2.1 - Multiplicadores de produção, renda e emprego

O multiplicador de produção, também chamado de multiplicador de coluna, mede de uma forma simples a soma das necessidades diretas e indiretas de todos os setores para

fornecer uma unidade monetária adicional de produto da indústria i para a demanda final (RICHARDSON, 1978).

Em termos formais:

$$MP_j = \sum_{i=1}^n b_{ij} \quad (01)$$

Onde, b é o ij -ésimo elemento da matriz inversa de Leontief e, MP_j é o multiplicador de produção do j -ésimo setor (GUILHOTO, 2011, p.38).

Entretanto, vale ressaltar que os multiplicadores de produção devem ser considerados apenas individualmente para cada atividade industrial, ou seja, eles não têm significado se considerados de maneira agregada (WIEBUSCH, 2007, p.60).

A sua aplicação em modelos fechados que considerem em suas análises as relações das linhas e colunas associadas às famílias, trazem além dos efeitos diretos e indiretos sobre os setores de atividade econômica - que aumentam sua demanda final por produtos - os efeitos induzidos ocasionados pelo aumento dos rendimentos das famílias (LOPES, 2001).

Como é claro, o grau de interdependência estrutural da economia da região fica bem denunciado por um multiplicador deste tipo; mas as análises mais comuns preocupam-se com o impacto do acréscimo da procura sobre os rendimentos e sobre o emprego, razão porque não será o multiplicador da produção [...] o mais utilizado na análise do impacto referida. (LOPES, 2001, p.119).

Conforme Wiebusch (2007) os multiplicadores de renda procuram medir os efeitos provocados pelas mudanças na renda das famílias, sendo que estas aferem as alterações nos gastos da demanda final. Existem dois tipos de multiplicador de renda, os do tipo I e II.

Segundo Richardson (1978), o multiplicador de renda do tipo I consiste na razão entre as variações diretas e indiretas na renda e a variação direta na renda que foi resultado de um aumento unitário da demanda final por um setor.

A variação direta na renda de cada setor é dada pelo lançamento da linha das famílias na tabela regional de I-P quando expressa sob a forma de coeficientes de insumo [...] Obtêm-se as variações diretas e indiretas na renda multiplicando-se cada lançamento de coluna na matriz inversa padrão pelo correspondente coeficiente da linha da indústria fornecedora na tabela de coeficientes diretos, e somando-se as multiplicações das linhas. (RICHARDSON, 1978, p.40)

Segundo Wiebusch (2007), a variação direta e indireta da renda no setor j pode ser explicada pela seguinte fórmula:

$$H_j = \sum_{i=1}^n h_i \cdot b_{ij} \quad (02)$$

Onde b_{ij} é a matriz inversa dos coeficientes e h_i é o elemento do vetor linha dos coeficientes familiares.

O multiplicador de renda do tipo I é dado por;

$$Y_j = H_j / h_j \quad (03)$$

“O multiplicador de renda do tipo II é a razão entre a variação direta, indireta e induzida da renda e a variação direta da renda provocada por um aumento de uma unidade monetária na demanda final”. (WIEBUSCH, 2007, p.61).

De acordo com Richardson (1978), estas variações são obtidas através do coeficiente familiar na tabela de necessidades diretas e indiretas, que derivamos da matriz expandida com as informações das famílias exógenas. A linha das famílias nessa matriz invertida nos mostrará além dos coeficientes diretos e indiretos os coeficientes induzidos para cada setor. Sendo assim, a variação direta da renda é precisamente a mesma que no caso anterior:

$$\bar{Y}_j = \bar{H}_j / \bar{h}_j \quad (04)$$

Os multiplicadores de emprego são decisivos para a análise dos impactos regionais, na visão dos responsáveis pelas políticas regionais. Preocupados com a expansão industrial e seus efeitos na geração de empregos, o diagnóstico dos efeitos dos multiplicadores de emprego e renda são fundamentais para a previsão do volume de emprego em determinada área (RICHARDSON, 1978).

Segundo Wiebusch (2007) o multiplicador de emprego mede a relação entre o total da produção de um determinado setor com a quantidade de empregos gerados neste mesmo setor. Demonstrando de forma básica, a quantidade necessária de emprego para cada unidade de produto dos setores.

Conforme Richardson (1978) a função é a seguinte;

$$E_i = a + b \cdot X_i \quad (05)$$

Onde, E_i é a quantidade de empregos e X_i a produção do setor i . As inclinações da função emprego-produção ($\pi = b$). A variação direta e indireta de emprego para o setor j é a inclinação de sua linha de regressão emprego-produção (π_j). Onde a variação direta e indireta de emprego para i consiste no coeficiente E/X para cada i (π_i) multiplicado pelas necessidades totais, diretas e indiretas de cada i para uma unidade de demanda final j .

Segundo Wiebusch (2007), existem dois tipos de multiplicadores de emprego, os do tipo I e II. O multiplicador tipo I demonstra os efeitos que o aumento de uma unidade monetária na demanda final do setor j impacta sobre o emprego total, considerando o modelo aberto de Leontief. Em termos formais;

$$W_j = E_j / \pi_i \quad (06)$$

Onde, E_j é o requerimento de emprego necessário por unidade de produto de cada setor. O multiplicador do tipo II é diferente do anterior apenas no que diz respeito ao tipo de modelo, que é o aberto. Neste caso, considera os encadeamentos setoriais do modelo fechado de Leontief. É a razão entre a variação direta, indireta e induzida do emprego e a variação direta do emprego. Descrito pela seguinte fórmula:

$$\overline{W}_j = \overline{E}_j / \overline{\pi}_i \quad (07)$$

IV - PROCESSOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DA MIP DE CRICIÚMA

Através das contas regionais do IBGE foram obtidas as informações necessárias sobre o valor bruto de produção (VBP); valor adicionado (VA); e consumo intermediário (CI) para a elaboração da Matriz de Insumo-Produto (MIP) de Criciúma. No entanto estas informações são dispostas ao nível estadual apenas e para um subconjunto de 17 setores, no qual a indústria de transformação compõe um único setor. Desse modo, utilizaram-se as informações obtidas no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2009, coletados no banco de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para realizar a desagregação setorial da indústria, assim como a conversão dos dados de Santa Catarina para o município de Criciúma.

Os dados da RAIS foram extraídos por classe (CNAE 2.0) e posteriormente foram convertidos para a CNAE 1.0 para finalmente serem convertido ao Sistema de Contas Nacionais de 55 setores (SCN-55). No Quadro 1 pode-se verificar a estrutura simplificada da Matriz Insumo-Produto de Criciúma, que é utilizada como referência para descrever os principais procedimentos usados na sua elaboração.

Quadro 1 - Estrutura simplificada da matriz de insumo-produto do município de Criciúma/SC.

Setores		Agricultura	Indústria	Serviços	Demanda Final			Demanda Total	
					C	ODF	ERB		ERM
Agricultura		X_{11}	X_{12}	X_{13}	C_1	ODF ₁	ERB ₁	ERM ₁	X_1
Indústria		X_{21}	X_{22}	X_{23}	C_2	ODF ₂	ERB ₂	ERM ₂	X_2
Serviços		X_{31}	X_{32}	X_{33}	C_3	ODF ₃	ERB ₃	ERM ₃	X_3
Consumo Intermediário (CI)		CI_1	CI_2	CI_3					
Valor adicionado	Remuneração do trabalho (RL)	VA_{11}	VA_{12}	VA_{13}					
	Excedente Operacional Bruto (EOB)	VA_{21}	VA_{22}	VA_{23}					
Valor Bruto de Produção (VBP)		X_1	X_2	X_3					
Emprego (L)		L_1	L_2	L_3					

Fonte: (FOCHEZATTO; MORAES, 2012, p.10)

Onde;

X_{11} é a quantidade que o setor agricultura consome dela mesma para produzir X_1 , sendo X_1 o valor bruto de produção (VBP) do setor da agricultura no ano Y.

X_{12} é a quantidade que a indústria consome da agricultura para produzir X_2 , sendo X_2 o valor bruto de produção (VBP) da indústria no ano Y.

X_{13} é a quantidade que o setor de serviços consome da agricultura para produzir X_3 , sendo X_3 o valor bruto de produção (VBP) do setor de serviços no ano Y.

O consumo intermediário é a soma dos insumos que determinado setor compra dos outros setores e dele mesmo para realizar sua produção, em termos formais;

$$CI_1 = X_{11} + X_{21} + X_{31} \quad (08)$$

O valor adicionado é composto pela remuneração do trabalho (RL) e o excedente operacional bruto (EOB), exemplificando o VA da agricultura;

$$VA (\text{agricultura}) = VA_{11} + VA_{21} \quad (09)$$

O consumo das famílias é apresentado na coluna C, e cada variável C_i demonstra o quanto as famílias consumiram do determinado setor i . Sendo que $i = (1,2,3\dots)$. As exportações para os outros municípios de Santa Catarina e do Brasil são identificadas como (ERB) e as exportações líquidas para o resto do mundo (ERM) no Quadro 1. A quantidade de empregos formais de cada setor é identificada por (L).

Em uma matriz de insumo-produto existe o equilíbrio entre as informações das colunas (oferta) e das linhas (demanda). Sendo assim, a demanda total é composta pela demanda intermediária e demanda final, conforme descrito na fórmula a seguir;

$$X_1 = X_{11} + X_{12} + X_{13} + C_{11} + ODF_1 + ERB_1 + ERM_{11} \quad (10)$$

E a oferta total é a soma do consumo intermediário mais os fatores primárias (valor adicionado), conforme a seguinte equação.

$$X_1 = X_{11} + X_{21} + X_{31} + C_{11} + VA_{11} + VA_{21} \quad (11)$$

A distribuição setorial das informações sobre outros componentes da demanda final (ODF) foi feita por diferença. Assim, para cada setor, foi aplicada a fórmula:

$$ODF = X_i - (C + ERB + ERM) \quad (12)$$

Sendo que $i = (1,2,3\dots)$

Onde por exemplo;

$$C = X_{11} + X_{12} + X_{13} + C_1 \quad (13)$$

Como já citado anteriormente, o valor adicionado é a soma da remuneração do trabalho (RL) e do excedente operacional bruto (EOB). Segundo Fochezatto e Moraes (2012), para desagregar o valor adicionado nestas duas partes, utilizaram-se as proporções contidas na matriz nacional do IBGE de 2005. Os dados do emprego setorial (L) foram provenientes do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). As informações foram coletadas por classes de atividades CNAE 2.0, sendo estas convertidas para CNAE 1.0 e finalmente em SCN-55. A distribuição setorial do consumo das famílias (C) foi feita utilizando as informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE, referente ao período 2008-09.

Esta pesquisa possui informações para as unidades da federação e desagregadas entre capital e interior. Além disso, as informações das despesas de consumo por produto é

desagregada por classes de renda²². Para converter os dados da POF para o município de Criciúma, foram utilizadas as informações de despesa de consumo setorial per capita para as diferentes classes de renda, no interior de Santa Catarina. A partir disso, utilizando-se a participação da população do município por classe de renda, dada pelo Censo Demográfico de 2010 do IBGE, calculou-se o valor do consumo das famílias por setor no município.

Na distribuição setorial das exportações para outros municípios de Santa Catarina e Brasil (ERB) utilizaram-se as informações obtidas na Secretária da Fazenda de Santa Catarina (SEFAZ-SC). Estas informações foram fornecidas na classificação CNAE 2.0, no seu nível mais desagregado de sete dígitos, posteriormente foram convertidas para CNAE 1.0, e sucessivamente para SCN-55. Utilizando-se o mesmo método para as importações de outros municípios de Santa Catarina e Brasil.

A distribuição setorial das exportações líquidas para outros países (ERM) utilizaram as informações coletadas no sítio do Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Usando o mesmo procedimento anterior, as informações sobre as exportações e importações do município de Criciúma foram convertidas de CNAE 2.0 para CNAE 1.0 e depois para SCN-55.

Utilizou-se na elaboração da MIP, os cálculos dos multiplicadores de impacto. Em síntese, este multiplicador demonstra o impacto total das variações na demanda final de um setor sobre uma variável econômica de interesse. Esse efeito total pode ser transformado em impactos direto, indireto e efeito-renda²³ (PORSSE, 2002).

Sendo que;

- a) multiplicador direto - mede o impacto de variações na demanda final do j-ésimo setor, considerando somente as atividades que fornecem insumos diretos a esse setor;
- b) multiplicador indireto - mede o impacto de variações na demanda final do j-ésimo setor, considerando somente as atividades que fornecem insumos indiretos a esse setor;
- c) multiplicador efeito-renda - mede o impacto de variações na demanda final do j-ésimo setor, considerando a variação adicional da demanda provocada pelo incremento no nível de rendimentos da economia quando um setor é estimulado. FEIJÓ *et al.* (2001, apud PORSSE, 2002, p.19).

Na MIP de Criciúma foram calculados os multiplicadores de impacto para três variáveis: o Valor Bruto de Produção (VBP), o Valor adicionado (VA) e o Emprego (L). Utilizando o exemplo de Porsse (2002), para o multiplicador direto do emprego (e_j),

²² Estes intervalos foram definidos em dez classes: a primeira compreende as famílias com renda entre 0 e 2 salários mínimos; a segunda, renda entre 2 e 3 salários mínimos; a terceira entre 3 a 5 salários mínimos; a quarta entre 5 e 6 salários mínimos; a quinta entre 6 e 8 salários mínimos; a sexta entre 8 a 10 salários mínimos; a sétima entre 10 a 15 salários mínimos; a oitava entre 15 e 20 salários mínimos; a nona entre 20 e 30 salários mínimos e, finalmente a décima acima de 30 salários mínimos.

²³ Também chamado de efeito induzido

verificamos o requerimento de emprego por unidade de produto de cada setor. Podendo ser expresso pela seguinte equação:

$$e_j = E_j / X_j \quad (14)$$

Onde E_j e Z_j são, respectivamente, os níveis de emprego e de produção no setor j . “O multiplicador direto e indireto do emprego mostra o impacto de um aumento na demanda final do setor j sobre o emprego total, dado o encadeamento setorial do modelo aberto de Leontief” (PORSSE, 2002, p.20).

Sendo a fórmula;

$$e^w = e^y \cdot Z \quad (15)$$

Onde;

e^w é o vetor do multiplicador direto e indireto do emprego;

e^y é o vetor dos coeficientes do emprego (emprego por unidade de produto em cada setor)

Z é a demanda final.

Para obter-se o vetor do multiplicador direto e indireto e induzido do emprego no modelo fechado de Leontief, utiliza-se a seguinte fórmula;

$$e^{wL} = e^y \cdot \bar{Z} \quad (16)$$

Sendo e^{wL} o vetor do multiplicador direto, indireto e do efeito-renda. A partir disto, podemos expressar o efeito indireto (e^k) e o efeito-renda (e^h) pelas seguintes fórmulas;

$$e^k = e^w - e^y \quad (17)$$

$$e^h = e^{wL} - e^k - e^y = e^{wL} - e^w \quad (18)$$

Para calcular os multiplicadores para o Valor Bruto de Produção (VBP) e Valor Adicionado (VA) foram utilizados os mesmos procedimentos descritos acima. As simulações dos “choques de demanda” que serão apresentadas no capítulo da análise de dados têm explicações simples, pelo fato de ser a etapa posterior da construção da MIP. Como o Valor Bruto de Produção (VBP) é a unidade de referência, utilizasse-o para explicar os efeitos diretos. Vamos à um exemplo, o aumento de uma unidade monetária na demanda final do setor X impacta diretamente no aumento de uma unidade monetária no seu Valor Bruto de Produção, reproduzindo isto em um fórmula;

$$\gamma = \rho \cdot \left(\frac{VBP}{VBP}\right) \quad (19)$$

Onde;

γ é efeito direto na demanda final do setor X;

ρ é a quantidade do estímulo na demanda final do setor X;

Em relação ao Valor Adicionado, o resultado do efeito direto do “choque” de demanda é o seguinte;

$$\gamma = \rho \cdot \left(\frac{VA}{VBP}\right) \quad (20)$$

E na quantidade de emprego;

$$\gamma = \rho \cdot \left(\frac{L}{VBP}\right) \quad (21)$$

Sendo assim entende-se que o estímulo na demanda final de um setor, ocasionará sempre um resultado no VBP da economia superior ou igual a (1,0), haja vista que o impacto inicial é refletido no próprio setor. Diferente do efeito direto no VA da economia, em que o resultado sempre será menor que (1,0) e maior que (0,0). Salve as exceções onde em que o VA de um setor seja igual ao seu VBP (FOCHEZZATO; MORAES, 2012).

V - SIMULAÇÕES DOS MULTIPLICADORES

A MIP tem suas limitações, entre elas destaca-se a dificuldade de aferir os resultados dos impactos de demanda na estrutura produtiva do município. Isto ocorre pelo fato de que os efeitos do aumento de demanda final em um setor não sejam absorvidos completamente pela economia do município.

Uma parte dos impactos acaba vazando devido às importações de produtos intermediários e finais e também porque a renda gerada no município pode ser utilizada em compras nos municípios vizinhos. Por isso, foi feita um ajuste desses impactos usando o Quociente Locacional (QL). Considerou-se que o impacto fica integralmente no município nos setores com QL maior ou igual a 1. Nos setores em que o QL é menor que 1, multiplicou-se o impacto pelo seu QL (FOCHEZZATO; MORAES, 2008). Desta forma, foram calculados todos os quocientes locacionais (QL)²⁴ dos 50 setores da estrutura produtiva de Criciúma contido na MIP.

²⁴No Anexo I, encontra-se a tabela com todos estes resultados.

Tabela 05 - Multiplicadores de impacto no VBP, VA e Emprego

Descrição da atividade Nível 55	VBP	Rank.	VA	Rank.	Emprego	Rank.
Artigos de borracha e plástico	2,89	1º	1,23	7º	22	12º
Produtos químicos	2,84	2º	1,21	9º	22	14º
Produtos e preparados químicos diversos	2,83	3º	1,23	8º	23	11º
Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	2,82	4º	1,21	12º	22	15º
Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	2,76	5º	1,21	10º	22	13º
Jornais, revistas, discos	2,70	6º	1,19	14º	22	16º
Refino de petróleo e coque	2,68	7º	1,06	24º	19	26º
Outros produtos de minerais não-metálicos	2,65	8º	1,15	18º	21	21º
Indústria extrativa	2,65	9º	1,16	17º	21	20º
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	2,60	10º	1,11	21º	20	24º
Artigos do vestuário e acessórios	2,55	11º	1,14	20º	21	23º
Transporte, armazenagem e correio	2,52	12º	1,23	6º	24	6º
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	2,50	13º	1,21	13º	23	10º
Saúde e educação mercantil	2,48	14º	1,41	2º	28	2º
Material eletrônico e equipamentos de comunicações	2,37	15º	1,14	19º	22	18º
Metalurgia de metais não-ferrosos	2,36	16º	1,03	26º	19	25º
Construção	2,34	17º	1,18	15º	23	9º
Fabricação de resina e elastômeros	2,30	18º	1,01	27º	19	28º
Perfumaria, higiene e limpeza	2,27	19º	0,96	29º	18	31º
Serviços de informação	2,23	20º	1,18	16º	23	8º
Intermediação financeira e seguros	2,18	21º	1,32	4º	26	4º
Outros serviços	2,16	22º	1,66	1º	33	1º
Serviços de manutenção e reparação	2,10	23º	1,10	22º	22	17º
Serviços prestados às empresas	2,09	24º	1,26	5º	25	5º
Comércio	2,07	25º	1,33	3º	27	3º
Móveis e produtos das indústrias diversas	2,07	26º	0,95	31º	18	30º
Administração pública e seguridade social	2,04	27º	1,21	11º	24	7º
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2,02	28º	0,96	30º	18	29º
Serviços de alojamento e alimentação	2,00	29º	1,09	23º	22	19º
Artefatos de couro e calçados	1,98	30º	0,98	28º	19	27º
Fabricação de aço e derivados	1,97	31º	0,91	32º	17	32º
Celulose e produtos de papel	1,87	32º	0,89	33º	17	33º
Produtos de madeira - exclusive móveis	1,85	33º	0,87	35º	16	35º
Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico	1,78	34º	0,87	34º	17	34º
Têxteis	1,77	35º	0,85	36º	16	36º
Peças e acessórios para veículos automotores	1,64	36º	0,75	39º	14	39º
Alimentos e bebidas	1,59	37º	0,79	37º	15	37º
Pecuária e pesca	1,50	38º	0,75	38º	14	38º
Serviços imobiliários e aluguel	1,30	39º	1,04	25º	21	22º
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,12	40º	0,65	40º	13	40º
Agricultura, silvicultura, exploração florestal	1,03	41º	0,53	41º	10	41º
Produtos farmacêuticos	0,18	42º	0,06	42º	1	42º

Fonte: dados da pesquisa (2012)

Obs.: Os valores do VA e VBP estão em (milhões de reais) e o emprego em unidade (un).

A intenção de calcular os QL é estimar o quanto dos efeitos derivados dos “choques” de demanda permanece na economia de Criciúma. Entretanto, por tratar-se de uma estimativa, não se podem considerar exatamente os resultados, visto que a existência de anormalidades em um setor pode comprometer toda análise.

Iniciando as análises dos multiplicadores, verificam-se na Tabela 05, acima, os resultados na economia de um “choque de demanda” de R\$ 1 milhão em cada setor da estrutura produtiva de Criciúma, exceto aqueles setores que não apresentaram quaisquer resultados no VBP, VA e emprego.

Para entender melhor, supõe-se que o aumento de R\$ 1 milhão na demanda final do setor de “Artigos de Borracha e Plástico” ocasione, perante o efeito multiplicador, o aumento de R\$ 2,89 milhões no VBP de Criciúma. Da mesma forma, ocasione um aumento de R\$ 1,23 milhão no VA, e na geração de 22 novos empregos no município. Vale destacar que estes efeitos ocorrem no período de um ano, visto que a MIP foi elaborada em função de resultados anuais da estrutura produtiva de Criciúma.

Na tabela 5 acima classificaram-se os setores em ordem crescente em função dos resultados do VBP. Entretanto, percebe-se que nos resultados das simulações na coluna do VA, o maior impacto foi do setor “Outros Serviços”. Estimulando a demanda final deste setor em R\$ 1 milhão, sua resposta na economia é de R\$ 1,66 milhão. Este setor destaca-se também nos resultados do multiplicador de emprego, pois o aumento de R\$ 1 milhão na sua demanda final gera 33 novos empregos na economia. A interpretação segue o mesmo contexto para os outros setores. Entretanto é bom explanar que o aumento na demanda final não é investimento direto neste setor, e sim elevação de seu valor bruto de produção (VBP).

5.1 - Análise via mercado de trabalho

Inicialmente é fundamental esclarecer que os principais setores a serem analisados a seguir não foram escolhidos por sua dimensão ou por suas representatividades na economia de Criciúma, e sim, pelos resultados encontrados a partir das simulações com os multiplicadores. Desta forma, elencaram-se os cinco setores com os maiores efeitos de VA e VBP, descritos na tabela 6, por ordem decrescente.

Entende-se que estes dez setores destacam-se na economia de Criciúma pelo seu potencial, a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico do município. Chama

atenção que os cinco setores com os melhores multiplicadores de VBP são todos industriais e do VA são todos do setor de serviços.

Tabela 06 - Cinco setores com os maiores efeitos sobre VBP e VA

VA	
Setor	Efeito
Outros serviços	1,66
Saúde e educação mercantil	1,41
Comércio	1,33
Intermediação financeira e seguros	1,32
Serviços prestados às empresas	1,26
VBP	
Setor	Efeito
Artigos de borracha e plástico	2,89
Produtos químicos	2,84
Produtos e preparados químicos diversos	2,83
Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	2,82
Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos.	2,76

Fonte: dados da pesquisa (2012)

Como o objetivo central deste artigo é analisar a relação entre o valor adicionado, valor bruto de produção da economia e o nível de emprego, realizou-se uma comparação entre os cinco setores com os maiores multiplicadores de VBP e os cinco setores com os maiores multiplicadores de VA. Isto se justifica pelo fato de que o VBP além de somar o VA, é constituído pelo consumo intermediário, fator que contribui para o desenvolvimento inter-setorial da estrutura produtiva do município. E o VA relaciona o montante da massa salarial e o excedente operacional bruto, fator que influencia diretamente o mercado de trabalho formal. Para facilitar, nomeiam-se os cinco setores com maiores multiplicadores de VBP e VA como “*Grupo Alfa*” e “*Grupo Beta*” respectivamente.

Na Tabela 07, se verifica os resultados dos “choques de demanda” nos grupos “alfa” e “beta”. Para alcançar estes resultados foram realizados choques de R\$ 1 milhão na demanda final de cada setor, de forma conjunta. O intuito foi realmente analisar como os cinco setores do grupo “alfa” impactariam a estrutura produtiva de Criciúma. Do mesmo modo, elevou-se a demanda final individual dos cinco setores do grupo “beta” em R\$ 1 milhão. Os resultados apontam que o impacto dos setores pertencentes ao grupo “alfa”, no VBP total de Criciúma, foi de (R\$ 14,1 milhões) frente aos (R\$ 11,0 milhões) dos setores do grupo “beta”. Ou seja, o aumento de R\$ 5 milhões no grupo “alfa” (sendo um em cada setor) fez com que o VBP da economia de Criciúma aumentasse R\$ 14,1 milhões. Em relação aos impactos no VA e

emprego, utilizou-se a mesma metodologia. O grupo “beta” registrou aumento de (R\$ 7,0 milhões) no VA total da economia, superando o resultado do grupo “alfa” (R\$ 6,1 milhões). Mediante aos aumentos de demanda, o grupo “beta” também gerou (139) empregos e o grupo “alfa” (112) empregos.

Tabela 07 - Simulação de um choque de demanda de R\$ 1 milhão

Impacto	Grupo Alfa	Grupo Beta
Valor Bruto de Produção (VBP)	14,1	11,0
Valor Adicionado (VA)	6,1	7,0
Emprego (L)	112	139

Fonte: dados da pesquisa (2012)

Obs.: Os valores do VA e VBP estão em reais (milhões de reais) e o emprego em unidade.

Realizando outras comparações, percebe-se a dimensão dos setores do grupo “alfa” e “beta” na economia de Criciúma. Enquanto o grupo “alfa” representou apenas 9,8% do VBP total da economia de Criciúma em 2009, o grupo “beta” foi responsável por 30,1%. No que diz respeito ao VA, o grupo “alfa” participou de 6,4% do total do VA em Criciúma, frente aos expressivos 44,4% do grupo “beta”. Outra informação relevante é que os cinco setores do grupo “beta” representam aproximadamente 47,8% do total de empregos, enquanto os setores do grupo “alfa” apenas 5,6%. Fica claro que o grupo “alfa” tem uma participação bem menor na economia de Criciúma que a apurada no grupo “beta”.

Para verificar a estrutura do mercado de trabalho formal destes setores, analisou-se a quantidade de empregos por faixa de remuneração média mensal²⁵. A intenção foi verificar a concentração da renda dos empregados nestes setores. Foram somados todos os empregos dos cinco setores do grupo “alfa” e dispostos nas respectivas faixas de remuneração média mensal. Verificou-se que mais da metade dos postos de trabalho formal (aproximadamente 54%) localizam-se entre a faixa de remuneração média mensal de 2,01 á 5,00 salários mínimos. A segunda maior participação, em torno de 26% fica na faixa de até 2,0 salários mínimos. Entre 5,01 á 15,00 salários mínimos encontram-se 15,6% dos empregos formais dos setores “alfa” e na faixa acima de 15,00 salários mínimos, 4,5% dos empregos.

Na análise da quantidade de empregos por faixa de remuneração média mensal dos setores do grupo “beta” foi utilizado o mesmo procedimento anterior. Somaram-se os resultados dos cinco setores do grupo “beta” e sua distribuição nas faixas de remuneração média mensal.

²⁵ Foram adotadas as seguintes faixas de remuneração média mensal: 1) Até 2,0 salários mínimos; 2) de 2,01 á 5,00; 3) de 5,01 á 15,00 e 4) acima de 15,00 salários mínimos.

É expressiva a concentração dos postos de trabalho na faixa de remuneração média mensal de até 2,0 salários mínimos, encontra-se 65% dos empregados dos setores “beta” em 2009. Na faixa de 2,01 á 5,00 salários mínimos localizavam-se 28% dos empregos, e na faixa de 5,01 á 15,00 salários mínimos 6,8% do total dos empregos dos setores “beta”. Na faixa acima de 15,00 salários mínimos, localizavam-se menos de 1% dos postos de trabalho dos setores “beta”.

Analisando o comportamento do estoque de empregos dos setores do grupo “alfa” e “beta” em anos anteriores e posteriores ao de referência da MIP, percebe-se, na Tabela 08, que a taxa de crescimento do grupo “alfa” e “beta” assemelha-se entre os anos de 2007 e 2011, com leve vantagem do grupo “beta”.

Contudo, pela dimensão dos setores “beta” o seu crescimento nominal entre 2009 e 2011 foi quase o total de empregos existentes nos setores “alfa” em 2011. Mesmo que exista crescimento em ambos, pela magnitude dos setores “beta”, seus resultados são mais expressivos que o do grupo “alfa”.

Tabela 08 - Número de empregos e variação anual do grupo "alfa" e "beta" em Criciúma

Ano	Grupo "Alfa"			Grupo "Beta"		
	Empregos	Var. Nominal	Var. (%)	Empregos	Var. Nominal	Var. (%)
2007	2.823	-	-	23.496	-	-
2009	3.041	218	7,7	26.012	2.516	10,7
2011	3.384	343	11,3	28.992	2.980	11,5

Fonte: dados da pesquisa (2012)

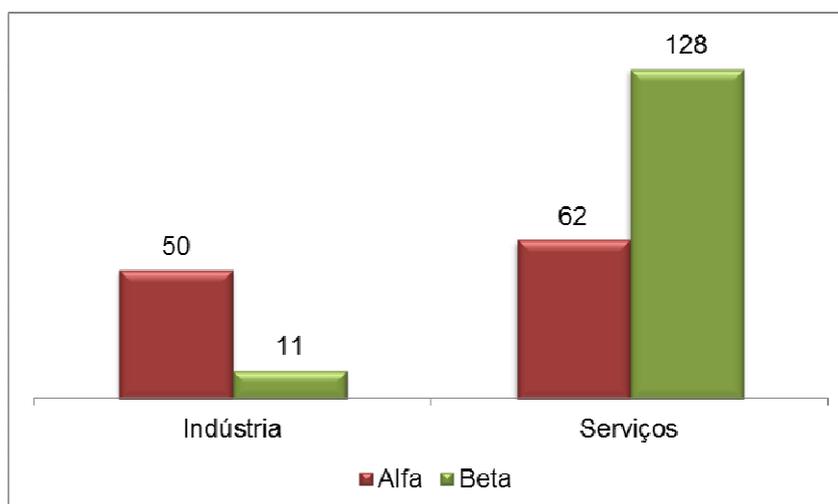
5.2 - Impactos no mercado de trabalho formal

As alterações na demanda final dos setores afetam diretamente e indiretamente o nível de empregos dos setores da estrutura produtiva de Criciúma. Continuando as comparações entre os setores do grupo “alfa” e “beta”, serão investigados a seguir os impactos causados no nível de emprego do município, pelos estímulos na demanda final dos dois grupos. O que se busca saber aqui é como estes novos empregos foram distribuídos na estrutura produtiva do município.

Conforme verificado na Tabela 07, o impacto de R\$ 1 milhão em cada setor do grupo “alfa” gerou 112 empregos na economia. Realizando os “choques de demanda” de forma análoga nos setores do grupo “beta”, gerou-se 139 novos postos de trabalho na economia criciúmena.

Analisando a Figura 01, percebe-se que dos 112 empregos gerados na economia de Criciúma pelos impactos na demanda final do grupo “alfa”, 50 foram destinados para indústria e 62 para as atividades do setor de serviços. No grupo “beta” os impactos na demanda final afetaram o mercado de trabalho formal de Criciúma de forma diferente. Das 139 novas vagas de emprego criadas, grande parte (128) foi destinada as atividades do setor de serviços, e apenas 11 empregos para as atividades industriais.

Figura 01 – Geração de empregos dos grupos “alfa” e “beta” por setor



Fonte: dados da pesquisa (2012)

Obs.: não houve registro de empregos criados no setor agropecuário.

VI - CONCLUSÕES

Este artigo trouxe de forma sucinta, interpretações sobre os resultados da Matriz de Insumo Produto de Criciúma. Seu objetivo principal foi analisar o comportamento do seu mercado de trabalho formal, buscando identificar mediante as alterações na demanda final dos setores, quais os maiores multiplicadores de impacto no emprego, VA e VBP e seus efeitos no mercado de trabalho formal do município.

Visto sua participação em termos de Produto Interno Bruto (PIB) no total do estado catarinense, Criciúma caracteriza-se como um município importante para o desenvolvimento

econômico da região. No entanto, conforme se verificou na pesquisa, a representatividade vem diminuindo na última década em relação aos resultados estaduais. O cenário geral não é favorável também na questão do PIB per capita.

A MIP de Criciúma destaca-se como um importante instrumento de desenvolvimento regional, seja para a realização de políticas públicas que recoloquem Criciúma na rota de crescimento nacional, seja para a realização de políticas regionais que elevem o município a um polo econômico da região sul do estado.

Os resultados da MIP, através da estimação dos multiplicadores de VA e VBP, identificaram os setores da estrutura produtiva de Criciúma que melhor corresponderam a um “choque de demanda”. Foram eles: VA – Outros serviços (1,66); Saúde e educação mercantil (1,41); Comércio (1,33); Intermediação financeira e seguros (1,32) e Serviços prestados às empresas (1,26). Em relação ao VBP – Artigos de borracha e plástico (2,89); Produtos Químicos (2,84); Produtos químicos e preparados diversos (2,83); Tintas, vernizes e lacas (2,82) e Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos (2,76).

Estes 10 setores foram separados em dois grupos, chamados de “*alfa*” e “*beta*”, o primeiro contendo os setores com maiores multiplicadores de VBP e o segundo de VA. Esta análise surge como forma de simulação a uma política pública e/ou privada. Analisando as outras comparações realizadas entre estes dois grupos, percebeu-se que o grupo “*alfa*” que é composto por setores industriais tem uma representatividade menor no total da economia de Criciúma do que o grupo “*beta*” (composto por setores prestadores de serviços) em termos de VA, VBP e emprego. No entanto, os resultados das simulações de demanda final dos dois grupos se assemelham. Levando a entender que os setores do grupo “*alfa*” apesar do pouco dinamismo na economia criciumense, mereçam destaque por terem um potencial a ser explorado, haja vista os seus resultados em relação ao grupo “*beta*”, este mais dinâmico e expressivo.

O trabalho procurou verificar os impactos das alterações de demanda final no mercado de trabalho formal do município. A partir disto, identificaram-se os setores que são mais beneficiados, via geração de empregos. Em geral, mediante aos resultados, obteve-se que as atividades prestadoras de serviços são as que apresentam os maiores efeitos multiplicadores. Este fato pode ser considerado como um reflexo na estrutura produtiva de Criciúma, conforme citado anteriormente, uma economia com viés para atividades prestadoras de serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: maio. 2012.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Secretaria de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: jun.2012.
- BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/>>. Acesso em: jun. 2012.
- BRASIL. Portaria Nº 801 do Ministério da Infraestrutura, Regulamentar o exercício das atividades de importação, exportação, distribuição e revenda de carvão mineral. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 132, n. 146, p. 11509, 19 set. 1990. Seção 1, pt. 1.
- FOCHEZATTO, Adelar. O modelo de insumo produto regional. **Boletim de Estatísticas Públicas**, Salvador, n. 4, p.22-29, nov. 2008. Disponível em: <http://www.anipes.org.br/boletim/pdf/04/artigos_04.pdf> Acesso em: 05 mai. 2012.
- GOULARTI FILHO, Alcides. A questão regional no Brasil: uma introdução ao debate. In: THEIS, Ivo Marcos. **Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008, p. 55.
- GUILHOTO, J.J.M. **Input-Output Analysis: Theory and Foundations**. Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://mpra.ub.uni-muenchen.de/32566/>> Acesso em: 10 jun. 2012.
- LOPES, Antônio Simões. **Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos**. 5 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 406 p.
- PORSSE, Alexandre A. **Multiplicadores de impacto na economia Gaúcha: aplicação do modelo de insumo-produto fechado de Leontief**. Rio Grande do Sul: Fundação de Economia e Estatística – FEE, 2002. (Documento FEE, n. 52).
- RICHARDSON, Harry W. **Insumo produto e economia regional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 267 p.
- SIMÕES, R. F. **Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento**. Texto para Discussão do UFMG/Cedeplar, nº259, 2005. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20259.pdf>> Acesso em: 06 mai. 2012.
- SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas S.A., 2009. 198 p.
- WIEBUSCH, Fernanda Cristina, **Estrutura produtiva e multiplicadores de insumo-produto do Corede Vale do Taquari**. 2007. 88 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento). – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- WIEBUSCH, Fernanda Cristina; FOCHEZATTO, Adelar. **Um método simples de obtenção de matrizes de insumo-produto regionais: aplicação ao Vale do Taquari**. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4., 2008. Porto Alegre: Fee, 2008. p. 1 - 22. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos/localizacao-sessao1-4.doc>>. Acesso em: 29 mai. 2008.

ANEXO I – QL de Criciúma x Santa Catarina

Indústria extrativa	1,00
Artigos do vestuário e acessórios	1,00
Jornais, revistas, discos	1,00
Refino de petróleo e coque	1,00
Produtos químicos	1,00
Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	1,00
Produtos e preparados químicos diversos	1,00
Artigos de borracha e plástico	1,00
Outros produtos de minerais não-metálicos	1,00
Construção	1,00
Comércio	1,00
Transporte, armazenagem e correio	1,00
Intermediação financeira e seguros	1,00
Serviços imobiliários e aluguel	1,00
Serviços de manutenção e reparação	1,00
Saúde e educação mercantil	1,00
Outros serviços	1,00
Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	0,90
Serviços de informação	0,89
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	0,88
Serviços de alojamento e alimentação	0,86
Perfumaria, higiene e limpeza	0,83
Serviços prestados às empresas	0,82
Metalurgia de metais não-ferrosos	0,69
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,63
Administração pública e seguridade social	0,45
Fabricação de resina e elastômeros	0,45
Material eletrônico e equipamentos de comunicações	0,44
Móveis e produtos das indústrias diversas	0,43
Produtos de madeira - exclusive móveis	0,36
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	0,32
Têxteis	0,31
Fabricação de aço e derivados	0,28
Celulose e produtos de papel	0,28
Peças e acessórios para veículos automotores	0,28
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,26
Artefatos de couro e calçados	0,23
Alimentos e bebidas	0,22
Produtos farmacêuticos	0,18
Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico	0,12
Pecuária e pesca	0,07
Agricultura, silvicultura, exploração florestal	0,03

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da RAIS/MTE

Obs.: Foram excluídos os setores que não apresentavam nenhum resultado para cálculo.

BREVES NOTAS SOBRE A DEMOGRAFIA NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Maicon Cláudio da Silva²⁶

Lauro Mattei²⁷

Resumo: As transformações demográficas pelas quais passou o Brasil nas últimas décadas também tiveram reflexo em Santa Catarina. Nesse sentido, este trabalho discutirá as mudanças demográficas que ocorreram na Mesorregião da Grande Florianópolis no último intervalo intercensitário (2000-2010), sobretudo relacionadas ao processo de litoralização de Santa Catarina. Além de analisarmos os dados referentes à dimensão mesorregional, será abordado o tema das disparidades intraregional, que foi agravada pelo processo de metropolização do eixo Florianópolis-São José-Palhoça. A conclusão geral do trabalho é que é impossível compreender adequadamente os problemas demográficos da Grande Florianópolis de forma isolada. Por isso, recomenda-se a necessidade de políticas públicas que atinjam não apenas a mesorregião, mas também as regiões em que predominam os fatores de expulsão populacional

Palavras-chave: demografia, políticas públicas, região de Florianópolis

BRIEF NOTES ABOUT DEMOGRAPHIC SITUATION IN THE FLORIANÓPOLIS REGION IN THE FIRST DECADE OF TWENTY FIRST CENTURY

Abstract: This papers discuss the demographic changes that occurred in Santa Catarina State in the way that this is a process that occurred in all country also. The study has its focus in the Florianópolis main region during the first decade of twenty first century. The method adopted in our research is a combination of two dimensions: one is analyzing the inequality inside of the region; and another is looking to the region situation together. The main perception is that this process was aggravated in the region by the urbanization of three cities: Florianópolis, São José, and Palhoça. The general conclusion of the paper is that is impossible to understand the demographic situation and problems in the Florianópolis main region by itself, and in a isolated context. So, the paper recommended that public policies should look also at the factors that are promoting changes in the population situation in all regions where the people are going out and moving to the Florianópolis main region.

Key-words: demographic, public policies, Florianópolis main region

²⁶Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: maiconclaudio@gmail.com

²⁷ Professor do curso de Graduação em Ciências Econômicas e de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Email: l.mattei@ufsc.br

INTRODUÇÃO

Os últimos trinta anos foram caracterizados por significativas mudanças demográficas no Brasil. Além de aspectos gerais como diminuição da mortalidade infantil, queda da taxa de fecundidade, e aumento da expectativa de vida média, foi significativo o aumento da urbanização (MIOTO, 2012). Esse incremento da população das cidades acaba por trazer consequências às áreas urbanas, que cedo ou tarde os gestores públicos terão que enfrentar.

A Mesorregião da Grande Florianópolis acompanhou a tendência nacional nas últimas décadas, mas ainda assim apresentou especificidades, inclusive em relação a outras mesorregiões catarinenses.

Este trabalho busca analisar as alterações no panorama demográfico da Mesorregião da Grande Florianópolis ocorridas no último intervalo intercensitário (2000-2010). Para tanto, serão analisados os níveis mesorregional, com objetivo de compreender a Grande Florianópolis no agregado, e microrregional, percebendo-se assim de forma mais eficiente as disparidades entre as microrregiões que a compõem: Florianópolis, Tijucas e Tabuleiro. Serão abordados, ainda, os fenômenos da metropolização da Microrregião de Florianópolis e o processo de litoralização catarinense e seus impactos na demografia da região.

I - ASPECTOS GERAIS DA DEMOGRAFIA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Composta por 21 municípios, a Mesorregião da Grande Florianópolis possuía em 2010 uma população de 994.095 habitantes, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE. Isto representa uma proporção de 15,91% da população do estado de Santa Catarina. Este percentual é maior que o registrado no censo de 2000 (14,99%), mas a região continua representando menos da população catarinense que outras, tais como o Vale do Itajaí (24,15%), o Norte Catarinense (19,41%), e mesmo a mesorregião Oeste Catarinense (19,22%).

Essa característica já era levantada por estudo de 2000, em que se afirmava que a Grande Florianópolis possuía em 1996 uma população de “668.561 habitantes, representando 13,71% da população catarinense. Uma concentração populacional bem inferior à das mesorregiões do Vale do Itajaí e do norte-catarinense.” (IPARDES-UNICAMP/IE/NESUR,

2000, p. 141). Contudo, a novidade dos dados de 2010 está no fato da região ter ultrapassado o Sul Catarinense em porcentagem da população do estado (15,91% contra 14,80%).

Apesar de não ser a mesorregião mais populosa de Santa Catarina, dada sua área de 7.465,69 Km², a Grande Florianópolis é a que possui a maior densidade demográfica, com uma taxa média de 135,58 hab./Km² em 2010. Um aumento expressivo de 26,21% em relação aos dados de 2000, quando era de 107,43 hab./Km². Esta característica também já se apresentava anteriormente, como em 1996, quando: “Sua densidade demográfica é de 95,81 habitantes por quilômetro quadrado, a mais elevada do estado” (IPARDES-UNICAMP/IE/NESUR, 2000, p. 141).

A alta densidade demográfica verificada na Grande Florianópolis é acompanhada da mais elevada taxa de urbanização de Santa Catarina, desde 1970²⁸. Em 2010, 92,13% da população residente vivia em domicílios urbanos. Em 2000 este valor era de 90,33% e em 1996 de 84,69%.

A Mesorregião da Grande Florianópolis vem apresentando nas últimas décadas, portanto, grande incremento populacional, tanto em termos absolutos quanto relativos, aumento de sua densidade demográfica e forte urbanização. Muito dessas transformações não decorre apenas do crescimento vegetativo normal da população, mas sim do fenômeno demográfico conhecido pelos estudiosos como “litoralização da população catarinense”.

1.1 O processo de litoralização catarinense e a região da Grande Florianópolis

O processo de litoralização catarinense consiste em movimento verificado nas últimas décadas caracterizado por forte incremento populacional das mesorregiões Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte Catarinense, sobretudo em suas faixas litorâneas. Isto se dá em detrimento de uma diminuição relativa da população das demais mesorregiões do estado (Serrana, Oeste Catarinense, e em menor medida, Sul Catarinense).

“O resultado desse processo concentrador foi não só a litoralização do estado em um período que o país se interiorizava, mas também a formação de aglomerados urbanos com áreas adensadas e contíguas de ocupação” (MIOTTO, 2011, p. 101). Na Grande Florianópolis este processo se refletirá no aumento da densidade demográfica e da taxa de urbanização,

²⁸ IPEA, Características e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul. Brasília, 2000.

como visto no item anterior, além de uma maior representação de Florianópolis na população estadual, conforme gráfico 1.

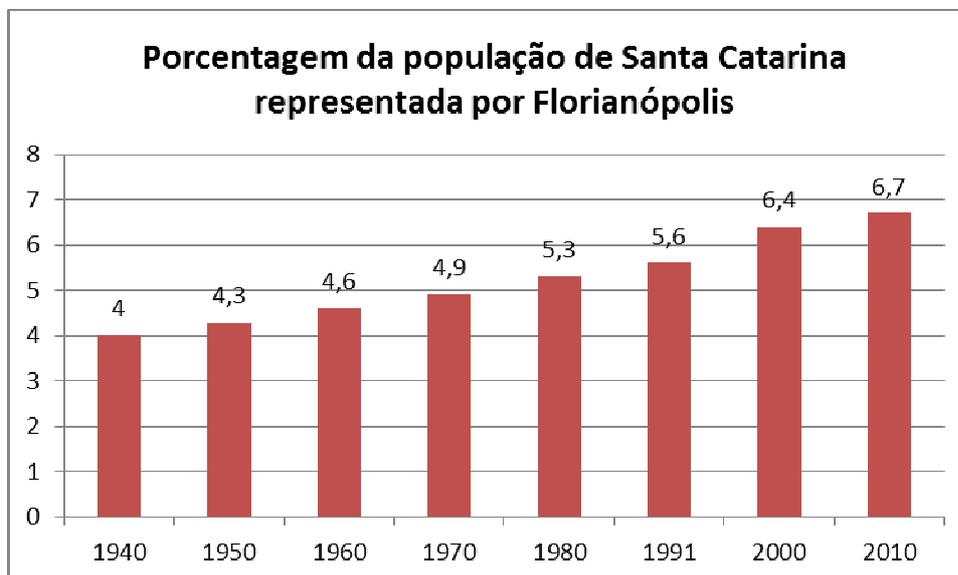


Gráfico 1 – Porcentagem da população de Santa Catarina representada por Florianópolis
Fonte: Dados do IBGE. Elaboração própria.

Boa parte dessa concentração da população catarinense no litoral é explicada pelo aumento do número de migrantes instalados nessa região. Mas “mesmo que Santa Catarina tenha se tornado, no final do século passado, receptor líquido de migrantes em relação a outras regiões do país, a migração interna passou a ser elemento fundamental na dinâmica demográfica” (MIOTTO, 2013, p. 38). Isto é confirmado pelos dados do IBGE sobre migração. De um total de 602.692 migrantes vivendo em Santa Catarina em 2000, somente 207.445 tinham vindo de outro estado; o restante era proveniente de outros municípios catarinenses. Em 2010, essa característica se confirma mais uma vez, sendo 736.702 o total de migrantes, e 346.427 os oriundos de outros estados²⁹.

Em meio a esse contexto, a Grande Florianópolis ocupa posição de destaque no recebimento de migrantes, sendo em 2010 a segunda mesorregião do estado em número de migrantes, tanto de outros municípios, quanto de outros estados³⁰. Já as regiões oeste e serrana são as que apresentam maior perda populacional (MIOTO; LINS; MATTEI, 2010).

²⁹ Vale dizer que a metodologia adotada pelo IBGE para classificar um indivíduo como migrante é perguntar se o mesmo vivia no município de residência há cinco anos. Caso a resposta seja negativa, o mesmo é contabilizado como migrante.

³⁰ Foram 144.307 migrantes provenientes de outros municípios. Desses, 74.435 de outros estados. O número deixa a Grande Florianópolis atrás apenas do Vale do Itajaí, dentre as mesorregiões catarinenses.

A região oeste foi a que mais perdeu população em termos absolutos. “Em grande parte, essa forte evasão está ligada à falta de perspectiva dos habitantes, principalmente daqueles envolvidos com as pequenas propriedades agrícolas familiares” (MIOTO; LINS; MATTEI, 2010, p. 304). Essa situação se agravou durante os anos de reestruturação produtiva da economia brasileira na década de 1990

com a sobrevalorização cambial e a facilidade de entrada de capital externo para adquirir ativos nacionais, o complexo agroindustrial catarinense passou por uma reestruturação patrimonial em favor de multinacionais. Associado a esta desnacionalização, assistimos nos anos 1990 a uma redução no número de suinocultores e uma readaptação dos avicultores. (GOULART FILHO, 2007, p. 332)

Já a região serrana foi a responsável pela maior perda relativa de população. Miotto, Lins e Mattei (2010) consideram que nessa região predominaram os fatores de expulsão ligados à estagnação da economia. Para os autores, “Trata-se da região com o maior nível de concentração de terras do estado e com uma economia em declínio há várias décadas, especialmente após o fim do ciclo madeireiro” (MIOTO; LINS; MATTEI, 2010, p. 308).

Este intenso processo de litoralização em Santa Catarina traz sérias consequências para o desenvolvimento socioeconômico, não só do estado como também da mesorregião da Grande Florianópolis, afetada pelo intenso fluxo migratório.

A concentração engendrada por esses movimentos – que tem respaldo também nos principais indicadores econômicos – é resultado do aprofundamento das desigualdades intraregionais no estado, tendo como correspondência o aumento das desigualdades intraurbanas, oriundas do padrão de crescimento das principais cidades (ocupação ilegal, favelização, violência, condições precárias de habitação e mobilidade urbana, segregação sócioespacial, etc.). (MIOTTO, 2013)

2 - DINÂMICAS INTRA-REGIONAIS

A Mesorregião da Grande Florianópolis se subdivide em três microrregiões: Florianópolis, Tijucas e Tabuleiro. Cada uma, como se verá mais adiante, obedece a dinâmicas diferentes, o que dá um caráter extremamente complexo à mesorregião.

A microrregião de Florianópolis é a mais populosa, maior em termos geográficos³¹ e é composta pelo maior número de municípios: Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos e Paulo Lopes.

Composta por sete municípios localizados na parte Noroeste da Grande Florianópolis, a microrregião de Tijucas é a menor das três em área, mas a segunda mais populosa³² e com mais municípios: Tijucas, Canelinha, São João Batista, Nova Trento, Angelina, Leoberto Leal e Major Gercino.

A menos populosa das três regiões³³, e que possui menos municípios, é a microrregião do Tabuleiro, que ocupa a porção sudoeste da Mesorregião da Grande Florianópolis, e é composta pelos municípios de: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Anitápolis, Rancho Queimado e São Bonifácio.

2.1 - Metropolização da Microrregião de Florianópolis

O grau de centralidade gerado pelas funções exercidas por Florianópolis, capital político-administrativa do estado, na microrregião de mesmo nome, a torna extremamente peculiar se comparada às demais microrregiões, tanto da Grande Florianópolis quanto do estado.

Estudo de 2000 já considera que:

Seu nível de centralidade [de Florianópolis] é muito forte e sua estrutura ocupacional confirma uma seletiva qualitativa dos serviços financeiros e técnicos especializados, já que ocorrem em maior proporção que em Joinville e Blumenau. Essas peculiaridades fazem de Florianópolis um pólo com tendências metropolitanas, distinguindo-se das demais aglomerações urbanas catarinenses. (IPARDES-UNICAMP/IE/NESUR, 2000, p. 141)

A dimensão de Florianópolis como segundo contingente populacional do estado, representando 42,37% da população da mesorregião da Grande Florianópolis em 2010, aliado

³¹ A microrregião de Florianópolis possuía em 2010, segundo o IBGE, 878.852 habitantes vivendo numa área de 2.488,592 Km².

³² A microrregião de Tijucas possuía em 2010, segundo o IBGE, 91.909 habitantes vivendo numa área de 2.127,692 Km².

³³ A microrregião do Tabuleiro possuía em 2010, segundo o IBGE, 23.926 habitantes vivendo numa área de 2.383,147 Km².

à grande centralidade de serviços³⁴, tornam Florianópolis o grande eixo de articulação dos municípios da região.

Sofrendo as limitações de sua geografia³⁵, a ocupação da região avança por áreas inadequadas e se adensa cada vez mais em direção ao continente, “extravasando-se sobre municípios vizinhos. Constitui, assim, uma densa ocupação com contiguidade de mancha urbana, englobando Palhoça, São José – municípios urbanos de média dimensão -, Biguaçu e, em seu vetor de expansão, Tijucas, ambos urbanos com pequena dimensão” (IPARDES-UNICAMP/IE/NESUR, 2000, p. 141).

O processo de metropolização desse eixo torna Florianópolis a microrregião mais urbanizada do estado, com 95,5% de sua população vivendo em áreas urbanas em 2010. São José e Palhoça, os dois maiores municípios da região depois de Florianópolis, e que em termos populacionais estão entre os onze maiores municípios do estado, apresentam índices maiores ainda ao da região, com 98,81% e 98,53% respectivamente, valores inclusive superiores ao da capital.

A grande concentração populacional e a alta taxa de urbanização tornam Florianópolis a microrregião com a maior densidade demográfica de toda a mesorregião: 305,70 hab./Km², superando em 23,88% o valor registrado pelo Censo Demográfico de 2000. Essa densidade demográfica é superior ainda, à registrada pela Mesorregião da Grande Florianópolis, de 135,58 hab./Km².

No conjunto dos seus municípios, quatro se destacam pelas altas densidades demográficas, superiores inclusive à da Mesorregião. Todos tiveram suas densidades aumentadas fortemente no último intervalo censitário, de dez anos, como pode ser observado na tabela 1.

O atual processo de metropolização do entorno de Florianópolis acaba sendo também potencializado pelo fenômeno de litoralização da população catarinense, tratado anteriormente neste artigo. Se no contexto estadual, a Mesorregião da Grande Florianópolis é em 2010, tanto em termos interestaduais quanto intermunicipais, a segunda em recebimento de migrantes, Florianópolis é a principal receptora de migrantes dentre todas as microrregiões catarinenses, com 66.064 migrantes interestaduais e 128.440 intermunicipais.

³⁴ A título de exemplo, em 2010 44,67% dos estabelecimentos de saúde da Mesorregião se encontram instalados na capital do estado.

³⁵ Florianópolis é em sua maior parte uma Ilha, com boa parte de seu território composta por áreas que teoricamente deveriam ser preservadas ambientalmente.

Tabela 1 – Densidades demográficas entre 2000 e 2010

Unidade Territorial	2000	2010	Taxa de Crescimento
São José	1.146,24	1.388,17	21,11%
Florianópolis	508,92	627,24	23,25%
Palhoça	259,93	347,68	33,76%
Biguaçu	128,21	155,44	21,24%
Microrregião de Florianópolis	246,76	305,70	23,89%
Mesorregião da Grande Florianópolis	107,43	135,58	26,20%

Fonte: Dados do IBGE.

Sobre isto, Miotto, Lins e Mattei (2010) afirmariam que:

É perceptível a concentração dos saldos migratórios positivos nos municípios da região que seguem uma faixa contígua a partir da capital, Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz [o eixo de metropolização]. [...] Esses municípios constituem a área periférica da capital do estado, sendo as migrações pendulares um interessante tema de pesquisas futuras, tendo em vista que muitas pessoas que exercem atividades na capital residem nesses municípios. (Miotto, et al, 2010, p. 312)

O alto desenvolvimento do setor de serviços na região talvez seja um importante fator de atração à migração. Em 2010, 72,72% do PIB de Florianópolis era representado pelo setor de serviços. Essa proporção era de 68,96% em São José, e 67,57% em Palhoça. Dado o baixo nível de formação em geral exigido pelo setor de serviços, sobretudo de comércio, e o fato de grande parte da população migrante ser proveniente das regiões rurais do oeste e serra catarinenses, é factível entender que parte dessa população é atraída pelas possibilidades de trabalho no setor de serviços da região, sobretudo Florianópolis, e de moradia nos municípios do entorno.

Esse aspecto condiz com as características gerais da formação da rede urbana brasileira, que alia, historicamente, concentração espacial da população e periferação no entorno dos grandes centros urbanos. A especulação fundiária e a própria ação do Estado tendem a fazer com que áreas cada vez mais distantes sejam ocupadas, geralmente sem oferta de infraestrutura e de serviços públicos capazes de atender dignamente a população dessas localidades. (MIOTTO; LINS; MATTEI, 2010, p. 313)

2.2 - Disparidades intra-regionais

Se em termos interregionais, a Mesorregião da Grande Florianópolis parece ser um mundo-maravilha, em termos intra-regionais a situação é mais complexa. A grande centralidade exercida por Florianópolis, o processo de metropolização do seu entorno e o fenômeno de litoralização da população catarinense, têm causado expansão das disparidades intra-regionais.

As diferenças, presentes desde o começo do povoamento da região que foi centrado, sobretudo, no litoral em detrimento do interior, tem aumentado nos últimos anos com os processos de metropolização do entorno de Florianópolis e litoralização de Santa Catarina.

Enquanto a população da microrregião de Florianópolis cresceu a uma taxa altíssima de 23,89% entre 2000 e 2010, e responde por 88,35% da população da Mesorregião, a microrregião do Tabuleiro cresceu a uma taxa pífia de 2,72%, inclusive diminuindo sua representatividade da população na Mesorregião de 2,90% para apenas 2,41%. Alguns municípios, como os de São Bonifácio e Anitápolis chegaram a ter suas populações diminuídas (-6,53% e -0,50% respectivamente).

Tabuleiro é também a microrregião de Santa Catarina que recebeu menor número de migrantes, tanto inter-estaduais quanto inter-municipais³⁶. Na verdade, Miotto et al (2010) apontam inclusive que os saldos migratórios para 2007 dos municípios de Águas Mornas, Anitápolis e São Bonifácio, todos pertencentes à microrregião, foram negativos, o que significa que houve maior êxodo populacional do que incremento devido às migrações. Esse cenário contrasta fortemente com o visto anteriormente para a microrregião de Florianópolis.

O estudo de 2000 já apontava este cenário para a região e suas possíveis causas:

É surpreendente que municípios localizados muito proximamente a essa aglomeração venham apresentando taxas negativas de crescimento da população total e alguns até mesmo da população urbana. Esse comportamento pode ser explicado pela dependência de uma atividade agrícola que, embora fundamental para o município – com a maior parte da população ocupada em atividades do setor primário –, representa uma contribuição mínima para a produção estadual. (IPARDES-UNICAMP/IE/NESUR, 2000, p. 141)

³⁶ A microrregião do Tabuleiro possuía em 2010 apenas 388 habitantes que não viviam em Santa Catarina em 2005, e 1.683 que não residiam no município atual de domicílio.

Os dados mais recentes confirmam essas características de Tabuleiro. Das três microrregiões que compõe a Grande Florianópolis, esta é de longe a com menor densidade demográfica, sendo em 2010 de 10,19 hab./km². É também a possuidora da menor taxa de urbanização de todo o estado, com apenas 35,46% de sua população residindo em áreas urbanas.

O cenário é complexo também em se tratando da microrregião de Tijucas. Se na microrregião de Florianópolis os fatores de atração populacional parecem ser preponderantes, e na microrregião do Tabuleiro o oposto se verifica, com diminuição relativa da população, na microrregião de Tijucas ambos os fatores parecem agir.

Em sua totalidade, a Microrregião de Tijucas foi a que teve maior crescimento populacional entre 2000 e 2010, a uma taxa de 31,66%; e também a que mais aumentou sua densidade demográfica, chegando a 43,18 Hab/Km². Com isso, possui uma taxa de urbanização média de 74,64% da sua população. Contudo, ao se analisar município por município que compõe a microrregião, se percebe as desigualdades mascaradas pelos dados agregados.

Ao lado de Tijucas (com 83,99%) e São João Batista (com 89,68%) de suas populações vivendo em áreas urbanas, estão municípios como Angelina e Leoberto Leal, com somente 21,39% e 24,37%, respectivamente. Os contrastes se repetem em termos densidade demográfica, com 111,69 Hab/Km² e 118,97 Hab/Km² em Tijucas e São João Batista, contra 10,50 Hab/Km² em Angelina, 11,56 Hab/Km² em Leoberto Leal e 11,48 Hab./Km em Major Gercino.

Mas os dados mais alarmantes, em termos de desigualdades intra-regionais, são os referentes ao crescimento populacional. É na microrregião de Tijucas onde estão localizados dois dos municípios da Grande Florianópolis que tiveram maior crescimento populacional entre 2000 e 2010: São João Batista e Tijucas, com 76,74% e 32,13% de aumento populacional. Em contrapartida, os municípios que tiveram menor crescimento também se localizam na Microrregião de Tijucas: Leoberto Leal, com crescimento de -10,05% de sua população; Angelina, com -9,04%; e Major Gercino, com crescimento positivo de 4,33%.

Os diferentes perfis econômicos dos municípios da microrregião, com a agricultura predominando em Angelina, Leoberto Leal, Major Gercino, e a indústria em Tijucas (cerâmica), São João Batista (calçados) e em menor medida Canelinha (cerâmica) e Nova Trento (vinho); assim como a posição estratégica de Tijucas, São João Batista e Canelinha,

entre a Grande Florianópolis e o Vale do Itajaí, talvez sejam possíveis causas responsáveis pelos movimentos populacionais atuais.

Enquanto na microrregião do Tabuleiro a falta de um polo centralizador e articulador da economia e a grande dependência de um setor agrícola inexpressivo em termos estaduais, agem como fatores de expulsão da população, que em grande parte migra em direção ao eixo metropolitano de Florianópolis, na microrregião de Tijucas, São João Batista e o município de Tijucas agem como um polo centralizador, ainda que em menor medida que Florianópolis. Isto torna a região peculiar, de maneira que os municípios maiores, incapazes de espriar o desenvolvimento para a microrregião, agem como ponto de atração para a população dos municípios menores que migra em direção aos primeiros. Nesse sentido, a região parece estar numa posição intermediária entre o que ocorre em Florianópolis, com o processo populacional atual de Tabuleiro.

Este cenário demográfico complexo indica que o crescimento populacional da microrregião de Florianópolis não é apenas fruto do deslocamento de contingentes do interior de Santa Catarina e de indivíduos de outros estados, mas também de municípios da própria Mesorregião da Grande Florianópolis.

O rápido processo de metropolização da microrregião de Florianópolis e suas consequências para o desenvolvimento (periferização, invasão de áreas impróprias para construção civil, aumento da violência e carência social), assim como o esvaziamento das regiões de interior (Tabuleiro, e alguns municípios de Tijucas), tornam a situação da Grande Florianópolis preocupante, de tal maneira que políticas públicas adequadas se fazem necessárias para frear o aumento das desigualdades sociais na região.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais perspectivas possíveis de serem apontadas para a demografia da Grande Florianópolis são de certa forma alarmante: inchaço populacional do eixo metropolitano Florianópolis-São José-Palhoça-Biguaçu, paralelamente ao aumento das disparidades intra-regionais.

O processo de litoralização da população catarinense, que tem na microrregião de Florianópolis sua principal receptora de migrantes, tende a contribuir fortemente para o crescimento demográfico da região da Grande Florianópolis. É de se destacar ainda que

situação causa reflexos nos municípios vizinhos da capital, principalmente Palhoça e Biguaçu, que se transformam em eixos de expansão desse movimento geral da região metropolitana.

No entanto, ao lado do forte crescimento demográfico da microrregião de Florianópolis, aparece a estagnação da microrregião do Tabuleiro e a de alguns municípios da microrregião de Tijucas, notadamente Angelina, Leoberto Leal e Major Gercino. As disparidades intra-regionais, já altas, podem aumentar nos próximos anos caso nenhuma política pública efetiva seja adotada, de maneira que os municípios mais próximos à Florianópolis tendem a registrar altas taxas de crescimento populacional, em detrimento a estagnação e perda populacional (em alguns casos) dos municípios mais distantes, principalmente daqueles mais próximos geograficamente da mesorregião Serrana.

O crescimento populacional drástico da microrregião de Florianópolis, assim como a estagnação dos municípios do interior da Grande Florianópolis, tende a produzir consequências sociais graves à região. No primeiro caso, exemplo de urbanização descontrolada aparece nas questões de invasão de áreas impróprias para construção civil, aumento da violência, carência social, dentre outros. No segundo caso, típico de estagnação econômica do campo e êxodo rural, surge como tendências problemáticas o envelhecimento relativo da população, a perda de importância econômica e a estagnação das atividades agrícolas, principal fonte de renda desses municípios.

Desta forma, acreditamos que sejam necessárias mais do que políticas públicas que busquem apenas solucionar os problemas gerados pelo boom demográfico da Grande Florianópolis. É preciso entender este problema de forma mais ampla, levando em consideração não apenas os fatores próprios à região (como a grande centralidade em Florianópolis e a existência de zonas mais afastadas e historicamente rurais) mas, também aqueles relacionados ao próprio estado em sua totalidade, especialmente responsáveis pela expulsão populacional existentes nas regiões Oeste e Serrana, por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOULART FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2 ed. Florianópolis, Editora da UFSC, 2007. 473 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br> . Acesso em: Julho 2013.

IPARDES-UNICAMP/IE/NESUR. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000. v. 6.

MIOTO, B. T. Aspectos gerais da demografia catarinense na primeira década do século XXI. **Revista NECAT**, Ano 1, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://necat.ufsc.br/files/2013/01/Revista-NECAT-Ed1.pdf>>. Acesso em: Fevereiro 2013.

MIOTO, B. T. **Integração econômica e rede urbana em Santa Catarina**: transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005). 2011. 139 p. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico. Unicamp, Campinas.

MIOTO, B.T. **Movimentos migratórios em Santa Catarina no limiar do século XXI**. 2008. 85 p. Monografia de Graduação em Ciências Econômicas. UFSC, Florianópolis.

MIOTO, B. T.; LINS, H. N.; MATTEI, L. A realidade demográfica de Santa Catarina na virada para o século XXI. In: MATTEI, L; LINS, H. N. (Orgs.). **A socioeconomia catarinense**: cenários e perspectivas no início do século XXI: Editora Argos, 2010, p. 283-321.